QUE FORÇAS ARMADAS NA ÉPOCA DAS EMERGÊNCIAS GLOBAIS?
VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

O REFERENCIAL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: MARTINS GUERREIRO | N.º 137 | ABRIL – JUNHO 2020

25 DE ABRIL | 46 ANOS

LIBERDADE
NO SILÊNCIO DA PANDEMIA

José Sena Goulão, Lusa

EPAL
Grupo Águas de Portugal

GARRAFA
COOL

água “naturalmente fresca”

EDIÇÃO ESPECIAL
2020 LISBOA
CAPITAL VERDE EUROPEIA

A garrafa COOL mantém a sua água da torneira naturalmente fresca e com consumo zero de energia.

As garrafas de barro são água e é água que elas servem. A melhor. A da EPAL!

As garrafas COOL podem ser adquiridas:
· Museu da Água da EPAL, na Rua do Alviela, 12
· Mãe d’Água das Amoreiras, na Praça das Amoreiras, 10
· Lojas EPAL – Edifício Sede e Loja do Cidadão (Laranjeiras), em Lisboa

Tiago Petinga, Lusa

4 EDITORIAL
Tempos de pandemia, Martins Guerreiro

8 25 DE ABRIL – 46 ANOS
Liberdade, democracia e pandemia | **8**
Ruas vazias, vozes à janela | **16**
O mundo celebrou Abril | **18**
São Bento aberto virtualmente | **23**
Festa em Oeiras | **24**
Memorial aos presos políticos, M. Simões Teles | **26**
Em nome da liberdade | **28**
Comemorações online, Liliana Soares | **31**
25 de Abril do MFA por teleconferência, Jacinto Godinho | **33**
Recordando a Revolução com a UMD, Fernando Reinlen | **46**
Sem beijos nem abraços mas 25 de Abril, sempre! Paulo Sucena | **49**
Marco singular na história dos povos, Manuel B. Martins Guerreiro, Mário J. B. Simões Teles | **52**
Presidente da República apelou à unidade | **58**
Mensagem da Associação 25 de Abril | **64**
25 dias a comemorar Abril das liberdades | **68**

74 MEMÓRIAS DE ABRIL
Sistema prisional militar após o 25 de Abril, Parte II, Costa Neves | **74**
Direito de Resposta, Carlos Campos Andrada | **117**

120 MEMÓRIAS DA HISTÓRIA
Revolta dos Marinheiros, Carlos de Almada Contreiras | **120**
Homenagem aos marinheiros sublevados, D. Nicolás Sánchez-Albornoz | **124**

126 OPINIÃO
Que forças armadas na época das emergências globais?, Viriato Soromenho-Marques | **126**

130 OBITUÁRIO
Defensor dos mais desprotegidos, Martins Guerreiro | **130**
Viveu as causas sociais, Ramiro António Soares Rodrigues | **132**
Registo de sócios falecidos | **133**
Brilhante capitão de Abril, Alberto Ferreira | **134**

136 JANGO
Pandemia não é uma guerra, Pedro de Pezarat Correia | **136**

TEMPOS DE PANDEMIA

MARTINS GUERREIRO

No Editorial do nº134 Julho/Setembro de 2019 - *Tempos sem Tempo* – abordava a complexidade da nossa sociedade em tempos de mudança acelerada e a proximidade de uma alteração qualitativa por um processo de ruptura regulado ou caótico. Não antecipava então que essa alteração estivesse para muito breve e surgisse por via de um agente patogénico, elemento base do processo que, há muitos milhões de anos, originou a vida na terra, elemento muito anterior à humanidade, que continua presente e actuante nos equilíbrios e desequilíbrios das dinâmicas e ciclos do nosso planeta.

O vírus que originou a pandemia da Covid 19 provocou efectivamente uma ruptura profunda e violenta na nossa vida em sociedade. Transformou em travagem brusca um "tempo sem tempo" em aceleração contínua, com tempo que não sabemos utilizar.

A primeira fase foi a das medidas de contenção e combate à difusão do vírus, do reconhecimento do valor fundamental de todas as vidas e de afirmação da importância da solidariedade, da cooperação e da organização neste combate pela humanidade e sustentabilidade da vida em sociedade e pelas dinâmicas de equilíbrio na terra.

Estamos agora na chamada fase de "desconfinamento", tentando regressar aos velhos métodos e processos de apelo ao consumismo, à recuperação do crescimento económico, à competição e à luta corporativa, nacionalista e de blocos, procurando reproduzir e recuperar os processos de crescimento destrutivos e consumistas do antigo sistema produtivo, aproveitando para renovar o seu poder.

É preciso reconhecer que foi esse velho modelo que nos conduziu à situação de ruptura. Não estamos a aproveitar devidamente o tempo de que dispomos para encontrar novos equilíbrios dinâmicos, novos processos colaborativos e solidários que viabilizem a sustentabilidade da vida na terra e a recuperação do planeta.

Esses novos processos – que implicam necessariamente o reforço da democracia e das suas práticas e metodologias, na esfera representativa e na participativa -, são a melhor forma de construir alternativas e contrariar as tendências de reprodução do velho sistema.

Em aspectos importantes, Portugal reagiu e actuou bem na primeira fase do combate ao vírus: conseguiu alcançar o objectivo urgente de evitar a ruptura do Serviço Nacional de Saúde; conseguiu a solidariedade entre todos os portugueses e o poder do Estado; tornou-se, até, uma referência internacional. Porém, não soube envolver activamente e organizar a população no combate.

Na fase de "desconfinamento" começaram a notar-se esses erros de estratégia e as falhas de planeamento e de organização: deixámos de ser uma referência positiva; não estamos a obter bons resultados nem a organizar da melhor maneira as pessoas, os recursos e as capacidades de que dispomos; não estamos a reforçar a democracia participativa nem a mobilizar a solidariedade e a cooperação entre as diferentes estruturas públicas e instituições locais - instrumento essencial para vencer a luta na medida em que promovem e aprofundam a democracia e a coesão.

Se não dermos prioridade à criação e reforço dos mecanismos de solidariedade, proximidade e democracia participativa, teremos falhado uma oportunidade única. Conduzir o combate quase exclusivamente centrado nas Instituições de saúde é um erro estratégico cujas limitações começam a estar à vista

Todos os serviços e servidores públicos -- centrais, regionais e locais - devem constituir um exemplo de informação e apoio aos cidadãos no exercício das suas funções, na promoção e defesa do bem comum e da saúde pública, cumprindo-lhes organizarem-se e articularem-se para esse objectivo.

Continuar a fazer a intervenção separadamente por cada estrutura ministerial ou institucional é

não rentabilizar e potenciar da melhor forma os meios e capacidades existentes, nem articular e integrar adequadamente as autarquias locais
Muito embora se passem ideias correctas de contenção sanitária e da necessidade de distanciamento social, a insistência nas velhas ideias da excessiva valorização do PIB, da produção e do consumo exponenciais, estimulando e apoiando tais procedimentos, será falhar esta oportunidade de fortalecer a democracia e deter o processo destrutivo em sistema aberto que a sociedade do mercado, do desenvolvimento contínuo, do consumo ilimitado e do desperdício acelerou e nos conduziu à actual situação .
Como seres responsáveis podemos e devemos deter isto. Como?
Alterando a nossa forma de viver e de nos organizarmos; valorizando os princípios colaborativos e de solidariedade, em detrimento do conflito pelo domínio; valorizando a democracia e os processos democráticos.
É possível gerar coerência e sustentabilidade no sistema de vida que produzimos e na articulação com a natureza em que vivemos. A verdade é que dispomos de recursos técnico-científicos e do necessário conhecimento para o fazermos. Mas, precisamos de dirigentes com o devido discernimento.
Sem sustentabilidade e sem garantia de recuperação do planeta, de equilíbrio e equidade na satisfação das necessidades e aspirações fundamentais de todos os seres humanos, não conseguiremos deter o caminho destrutivo que a humanidade continua a trilhar, nem reforçar a metodologia democrática.

PORTUGAL NÃO SOUBE ENVOLVER E ORGANIZAR A POPULAÇÃO NO COMBATE AO VÍRUS

As guerras de domínio comercial ou de outro tipo entre blocos regionais, poderes globais e corporativos, ou entre estados nacionais, são vias de destruição da coerência e do equilíbrio dinâmico da vida e da natureza. O populismo e a intolerância constituem enormes riscos para a democracia e para humanidade, promovem culturas de ódio e de conflito permanente, alimentam a destruição sem fim.
Para vencer a pandemia necessitamos, sobretudo, de reforçar a solidariedade e a democracia nas suas diversas dimensões . A democracia participativa é fundamental para construirmos os processos colaborativos indispensáveis na formação de consensos quanto às necessidades e às soluções nos diferentes níveis locais, nacionais e globais.
Será um grave erro pretender regressar a um novo "normal" que reproduza - mesmo que com algumas nuances - o velho normal, caracterizado pelo consumismo, pelo mercado desregulado, pela competição onde tudo vale e pelo egoísmo nacional e individual.

Os tempos da pandemia, que ainda vão durar (nem sequer passámos da primeira fase), são difíceis, complexos, de escolha múltipla. Por isso, devem servir para construirmos e vivermos outro tempo, com outra dimensão e sentido, não escravizado pelo imediato, pelo espectáculo, pelo superficial.

O 25 DE ABRIL

Como não poderia deixar de ser, este tempo de pandemia teve repercussões nas comemorações e celebrações do 25 de Abril. Ao fim de 46 anos, este foi um 25 de Abril muito diferente, mas foi igualmente sentido e afirmado em Portugal e no estrangeiro por novas e variadas formas. Damos conta disso nas páginas deste número d' *O Referencial*.
Em *Memórias de Abril*, Costa Neves continua a publicação do seu trabalho de grande interesse e relevo para a história do 25 de Abril. Incluímos também uma resposta de Campos Andrada ao artigo anterior. Publicamos um texto de opinião de Viriato Soromenho Marques com interrogações da maior importância sobre a atual situação de crise e as missões das Forças Armadas. Acolhemos neste número na rubrica *Memórias da História* um interessante artigo sobre a revolta dos marinheiros de 1936, da autoria de Sanches Albernoz, filho do então embaixador da República Espanhola em Lisboa.
Na sua coluna Jango, o General Pezarat Correia, com a autoridade académica e militar que lhe é reconhecida, clarifica o conceito de guerra, considerando errado o uso do termo em referência ao combate contra a pandemia do Covid 19.

CONTINUAM A PARTIR COMPANHEIROS DE ABRIL, POR FORÇA DA LEI DA VIDA E DA MORTE

Continuam a partir companheiros de Abril, por força da lei da vida e da morte. Curvamo-nos perante a memória e o exemplo de Luís Andrade Moura, Armando Martins Nabais e Fernando Almeida Cavaco. Foi na sua companhia que percorremos o nosso caminho comum e é com a sua lembrança que nele prosseguiremos.

LIBERDADE, DEMOCRACIA E PANDEMIA

José Sena Goulão, Lusa

A pandemia da covid-19 foi inevitavelmente um dos temas recorrente nos discursos ouvidos na Assembleia da República no dia em que se comemorou o 46.º aniversário da Revolução dos Cravos

25 DE ABRIL DE LIBERDADE, de democracia... de pandemia. Não restam dúvidas de que este aniversário de Abril, 46 anos depois da Revolução dos Cravos, foi um marco na história das celebrações. Desta feita, o povo não saiu à rua, pois a luta que domina em 2020 obrigou a ficar em casa, para que, mais tarde, se possa regressar às celebrações em massa do dia em que a democracia venceu e que uma pandemia não pode pôr em causa. A liberdade foi confinada, mas não detida.

Talvez por isso, a palavra unidade foi reforçada no discurso do Presidente da República durante a sessão solene na Assembleia da República: "Esta hora impõe-nos unidade. Unidade que não é nem unicidade nem unanimismo. Mas unidade entre os portugueses, que o têm lembrado no seu dia-a-dia, e unidade entre os responsáveis políticos, uma convergência que tem sido decisiva para Portugal. " Num ano que não será esquecido pela pandemia e pela crise social e económica que esta provocou, Marcelo Rebelo de Sousa salientou a necessidade de "conjugar aberturas amadurecidas com pre-

Tiago Petinga, Lusa

A palavra unidade foi reforçada no discurso do Presidente da República durante a sessão solene na Assembleia da República

Tiago Petinga, Lusa

No Parlamento dedicou-se um minuto de silêncio às vítimas da covid-19 a quem o presidente do hemiciclo, Eduardo Ferro Rodrigues, prestou a sua homenagem

cauções bem explicadas e bem compreendidas que há a conjugar" e "acorrer aos desempregados, aos que estão em risco de o ser, às famílias aflitas, às empresas estranguladas" *[ver discurso na íntegra neste número d' O Referencial]*.

CONTRA A AUSTERIDADE

No Parlamento dedicou-se um minuto de silêncio às vítimas da covid-19 a quem o presidente do hemiciclo, Eduardo Ferro Rodrigues, prestou a sua homenagem: "Portugal e os portugueses têm sido confrontados, nas últimas semanas, com as consequências de uma grave pandemia internacional, cuja evolução tem acarretado sérias implicações ao nível social, económico e financeiro. A perda de centenas de vidas humanas é, sem dúvida, a expressão mais violenta da pandemia, porque irreversível."

Perante as crescentes dificuldades que o país volta a viver, numa altura em que se tentava pôr para trás o período da *troika*, Ferro Rodrigues recordou como "contra todas as expectativas, contra muitos que pensavam nunca tal poder acontecer", os portugueses "foram capazes de ultrapassar bloqueios e encontrar soluções, capazes de recuperar o País da profunda crise, até mesmo de identidade e de valores, em que se encontrava, depois de um período tão difícil e complexo como foi o período de assistência financeira, com profundos impactos na pobreza e na exclusão social". E salientou: "De uma coisa estou certo: Portugal e os portugueses estão vacinados contra a austeridade. Resta saber se a vacina tem 100% de eficácia".

Com a pandemia a ter "deitado a perder parte daquilo que foi conquistado com tanto esforço e sacrifício", Ferro Rodrigues alertou: "Num momento em que os portugueses esperam dos seus representantes sentido de responsabilidade, estou certo de que todos os representantes político – porque todos contam, porque todos são importantes – darão o seu contributo para um novo presente, para um futuro melhor".

NÃO DEFRAUDAR ABRIL

Numa cerimónia em formato reduzido no que ao número de pessoas diz respeito, o discurso da líder parlamentar do PS, Ana Catarina Men-

des, não passou ao lado da polémica em torno do formato das comemorações, criticando os que defendiam que o parlamento não deveria assinalar o 25 de Abril.
"Um parlamento que se deixasse sequestrar pela demagogia estaria a defraudar Abril, tal como defraudaria Abril um parlamento fechado sobre si mesmo. Ter um parlamento forte é cumprir Abril", afirmou. Precisamente sobre este estado de excepção que se viveu durante mês e meio, Ana Catarina Mendes apontou que foram usados "com moderação os poderes de excepção". "Por isso garantimos, na emergência, o papel do parlamento no equilíbrio de poderes que garante o Estado de direito. Um parlamento que nunca interrompeu o seu funcionamento e que não foi suspenso pela emergência", disse. No entanto, advertiu que "o inimigo desconhecido que ameaçou a liberdade fez também aparecer outros demónios já conhecidos: xenofobia, fechamento nacional e medo".

DEMOCRACIA NÃO FICOU SUSPENSA

O presidente do PSD realçou como pela primeira vez o 25 de Abril estava a ser celebrado com "a liberdade condicionada", mas afirmou que Portugal não estava com "a democracia suspensa". "Tem a democracia bem presente, ao demonstrar que ela encerra, em si mesma, mecanismos de funcionamento capazes de responder com eficácia a uma circunstância única e absolutamente excepcional". Para Rui Rio, "teria sido dramático, se, por cobardia ou complexos de ordem ideológica, o estado de emergência não tivesse sido aprovado".

ESTE ANIVERSÁRIO DE ABRIL FOI UM MARCO NA HISTÓRIA DAS CELEBRAÇÕES

O líder do PSD apelou para que o País e, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde (SNS), esteja preparado para uma eventual segunda vaga da covid-19 e, num discurso muito centrado na pandemia, alertou: "As falhas que da primeira vez existiram não poderão ser repetidas." Rui Rio também se referia à paragem da economia e a um possível regresso da austeridade: "O Partido Socialista e os partidos da maioria parlamentar que apoiam o governo têm garantido que, com eles, não haverá qualquer tipo de austeridade. É uma notícia que, seguramente, a todos agrada, mas tal optimismo não pode ser impeditivo de nos prepararmos para o pior cenário, pois, tal como o povo nos ensina, ‹mais vale prevenir do que remediar›."

IMPORTÂNCIA DO SNS

O SNS e a austeridade foram precisamente dois dos focos do Bloco de Esquerda. "Aprendemos que em situações de emergência de saúde pública é o nosso SNS – aquele que é público, universal, geral e gratuito, que nos salva e protege. Não são os privados que fazem da saúde uma mercadoria, os que fecharam portas ou que viam na epidemia mais uma oportunidade de negócio", disse Moisés Ferreira, acrescentando: "Todos os profissionais de saúde são imprescindíveis."

General Luís Sequeira, representou a A25A na sessão parlamentar do 46.º aniversário do 25 de Abril

Devido à crise económica que a pandemia desencadeou, Moisés Ferreira considerou que o País vai responder "aos que começam a espreitar a oportunidade de desenterrar a velha cartilha da austeridade" e que é preciso "responder com o espírito de Abril", ou seja, "solidariedade e proteção do emprego, justiça e proteção dos rendimentos de quem menos tem e igualdade e intensificação dos direitos fundamentais".

VALORES DE ABRIL

O secretário-geral do PCP não só evocou os valores de Abril, como avisou que os tempos difíceis de uma nova crise económica não podem ter como receita cortes salariais ou nas pensões. "Os que há pouco diziam que vivíamos acima das nossas possibilidades, estão de volta empolando dificuldades reais", com "as suas velhas receitas agigantando catastróficos cenários, para justificar o aprofundamento da exploração", afirmou.
Para Jerónimo de Sousa, "não é inevitável que o surto epidémico se traduza em regressão na vida dos trabalhadores e povo", dado que a "resposta às dificuldades passa por valorizar salários e por políticas dirigidas à defesa e criação do emprego." "E se há momento em que o 25 de Abril não pode ser apagado é este, para confirmar e reafirmar a importância do seu projecto libertador e a actualidade dos seus valores e dos seus ideais de liberdade, emancipação social e nacional", reiterou.

ALÉM DA PANDEMIA

José Luís Ferreira, deputado do Partido Ecologista Os Verdes, expressou o desejo de que, depois de se achatar a curva da pandemia, haja "outros achatamentos e para outras curvas". E deu como exemplos a "curva das desigualdades, sobretudo a pensar nos milhares de trabalhadores que ficaram sem trabalho e os que viram os seus rendimentos reduzidos com esta crise" ou ainda a "curva do tratamento entre os bancos e os contribuintes". E sem esquecer o ambiente: "É necessário achatar a curva dos desequilíbrios ambientais. É imperioso achatar a curva da crise climática e da perda de biodiversidade ou do uso insustentável dos recursos naturais."

ELOGIOS PARA A LINHA DA FRENTE

O CDS-PP foi um dos partidos que se opuseram ao modelo escolhido para celebrar o 25 de

Tiago Petinga, Lusa

Em 2019, cerca de 700 pessoas estiveram no Parlamento. Em 2020 foram menos de 100

Abril e no seu discurso respondeu a quem criticou a sua posição. "Não aceitamos lições de democracia de ninguém", disse Telmo Correia. O líder parlamentar referiu como até os partidos que quiseram a sessão solene "a foram reduzindo e espaçando, seja em número de deputados, seja em número de convidados".

Além das críticas, Telmo Correia deixou uma mensagem a quem luta na linha da frente contra a pandemia: "A liberdade coletiva é defendida por todos os que, na primeira linha, estão a salvar vidas, mas também por todos aqueles que, respeitando o que o poder político determinou, estão confinados, abdicando da sua liberdade individual."

"NÃO HÁ DONOS DA DEMOCRACIA"

A líder parlamentar do PAN, Inês Sousa Real, considerou que "Abril está por cumprir no funcionamento das instituições" democráticas, afirmando que "na própria casa da democracia ainda há quem mostre intolerância a desvios ao pensamento único". Salientou também que "não há donos da democracia" e que "só respeitando a pluralidade democrática e as vozes discordantes" é que se trava o "caminho dos populismos e a demagogia crescentes".

Para Inês Sousa Real, a pandemia colocou "um foco sobre as forças e as fragilidades" do regime democrático, o que exige "força redobrada para livremente reerguer o País", começando por "promover o bem-estar social e económico e a qualidade de vida das pessoas e de um Estado criador de um novo modelo de desenvolvimento económico mais justo, sustentável e climaticamente neutro".

NOVOS PARTIDOS

As celebrações do 46.º aniversário na Assembleia da República contaram com a representação de dois novos partidos, o Chega e o Iniciativa Liberal. Pelo primeiro, André Ventura é da opinião de que Portugal precisa de uma "nova madrugada" que traga um "novo regime" porque "este já não serve". "Hoje, celebramos o fim de uma ditadura e o início de um regime democrático mas, por que não dizê-lo, precisamos de outro", disse.

Já João Cotrim Figueiredo, do Iniciativa Liberal, leu uma carta escrita ao seu filho mais novo, que fez 18 anos, realçando, que, "no fundo, se dirige a toda uma geração". "Graças ao 25 de Abril e ao 25 de Novembro, nasceste num país democrático e livre, mas a liberdade que verdadeiramente interessa não é a dos países, é a das pessoas e não há verdadeira liberdade enquanto não houver igualdade de oportunidades e possibilidade de escolha", disse. Lamentou também que, apesar da geração do seu filho ter nascido num "país livre", não nasceu num "país próspero", assumindo "parte da responsabilidade por isso".

De referir que a conferência de líderes parlamentares decidiu que a deputada não inscrita, Joacine Katar Moreira, não usaria da palavra nesta sessão solene dos 46 anos do 25 de Abril.

A POLÉMICA

A cerimónia na Assembleia da República não se livrou de alguma polémica, com alguma discórdia em torno dos moldes da cerimónia. Chegaram a correr duas petições *online*, uma pelo cancelamento e outra a favor da sessão solene, que juntaram centenas de milhares de assinaturas.

Sobre isto, o Presidente da República assumiu uma posição clara: "O que seria verdadeiramente incompreensível e civicamente vergonhoso era haver todo um país a viver este tempo de sacrifício e de entrega e a Assembleia da República demitir-se de exercer todos os seus poderes numa situação em que eles eram e são mais do que nunca imprescindíveis. E também nesta sessão, que sempre foi e será um momento crucial de controlo crítico e plural em liberdade e democracia, porque são esses os valores de Abril".

Em 2019, cerca de 700 pessoas estiveram no Parlamento. Em 2020 foram menos de 100. Os deputados estiverem representados por um por cada ano que passou desde a Revolução dos Cravos. O governo esteve representado pelo primeiro-ministro, António Costa, a ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, o ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, e o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro.

António Cotrim, Lusa

Jovens saíram à janela quando eram 15 horas, conforme foi pedido pelo presidente da A25A, Vasco Lourenço

RUAS VAZIAS, VOZES À JANELA

As regras de confinamento obrigaram a festejos diferentes. Cantou-se "Grândola Vila Morena" à janela, de norte a sul, e nas ilhas

AS RUAS NÃO SE ENCHERAM DE CRAVOS e muito menos de pessoas. Na Avenida da Liberdade, em Lisboa, no dia em que Portugal celebrava essa grande conquista - a liberdade -, assistiu-se a um vazio difícil de se aceitar, mas, em 2020, necessário. Um vírus retirara aos portugueses aquela que parecia ser a mais simples das liberdades: sair de casa. Porém, celebrar o 25 de Abril foi tão importante como sempre. Não houve desfile, mas cantou-se "Grândola Vila Morena" à janela um pouco por todo o País. Os cravos, desta feita, ficaram também mais pelas casas, mas não esquecidos.

Às 15:00 em ponto, o presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, deu o mote ao cantar uma das senhas para a Revolução de 1974. Os líderes partidários do BE e do PCP, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa, seguiram o exemplo que teve o ponto alto no povo que cantou à janela com a voz, com altifalantes e até megafone. A adesão variou de norte a sul, sem esquecer as ilhas. Na Charneca da Caparica, concelho de Almada, as celebrações até começaram logo pela meia-noite com "E Depois do Adeus" (a primeira senha do 25 de Abril) a ouvir-se de uma carrinha que se deslocou pelas ruas vazias.

Com a maioria da população a cumprir as regras de confinamento ditadas pelo estado de emergência, ainda assim houve quem não quisesse deixar passar o momento sem o habitual desfile. Com a bandeira portuguesa bem segura, Adriano Domingues (ver foto da capa), cumpriu a tradição na Avenida da Liberdade e o seu desfile solitário tornou-se a imagem simbólica das celebrações possíveis dos 46 anos do 25 de Abril. "Vivi o 25 de Abril intensamente e todos os anos prometi a mim mesmo que, enquanto eu viver, vou descer a Avenida quer chova, quer neve, ou venha trovoada ou bom tempo", salientou.

Depois da sessão solene no Parlamento, militares das Forças Armadas distribuíram refeições em frente à estação de Santa Apolónia, em Lisboa, principalmente a pessoas sem-abrigo. O Presidente da República juntou-se a esta iniciativa, tendo salientado: "O 25 de Abril não é uma festa pela festa. O 25 de Abril é um apelo, em liberdade e democracia, a resolver os problemas do momento. Neste momento, os problemas são saúde, economia e sociedade."

Manuel Fernando Araújo, Lusa

Não houve desfile, mas cantou-se Grândola Vila Morena à janela um pouco por todo o País. Os cravos não foram esquecidos.

Fernando Veludo

Do Brasil, chegou a reacção de Chico Buarque, que colocou cravos na sua janela para homenagear o fim da ditadura em Portugal

O MUNDO CELEBROU ABRIL

Personalidades da política e da cultura enviaram aos portugueses várias mensagens de felicitação pelo 46.º aniversário da Revolução

"A 25 DE ABRIL, apesar das dificuldades, não deixamos de celebrar o Estado democrático." A frase do presidente do Parlamento Europeu é o exemplo perfeito do que significou celebrar o dia da Revolução em Portugal em tempos de estado de emergência e pandemia. David Sassoli quis associar-se à "celebração da democracia e da liberdade" no nosso País, num ano que marcará a história mundial.

Em Angola, o presidente João Lourenço escreveu ao seu homólogo português, Marcelo Rebelo de Sousa, a recordar a importância do 25 de Abril para os dois países, e não só. Realçou a importância do acontecimento que "resultou dos esforços e da luta gloriosa de angolanos e portugueses" e que desencadeou mudanças conducentes à democracia, em Portugal, e à independência de Angola e de outros países africanos de expressão portuguesa.

João Lourenço fez também referência às "intensas" relações de amizade, de cooperação e de solidariedade entre os dois países: "Estou convencido que o alto nível de compreensão recíproca da realidade de cada um dos nossos Países contribuirá para que continuemos a pôr em marcha, no presente e no futuro, iniciativas práticas e permanentes que conduzam ao estreitamento contínuo das nossas relações bilaterais."

Do Brasil, chegou a reacção de Chico Buarque, que colocou cravos na sua janela para homenagear o fim da ditadura em Portugal. O cantor deveria ter recebido o Prémio Camões neste 25 de Abril, mas a cerimónia foi adiada devido à pandemia.

"Vai aqui minha saudação aos amigos portugueses pelo 25 de Abril. Este ano, eu pretendia estar na festa porque os organizadores da entrega do Prémio Camões me deram a honra de marcar a cerimónia para esta data", disse numa mensagem publicada nas redes sociais da sua editora, a *Companhia das Letras*.

"Infelizmente, não estou aí. Não haverá entrega de prémios nem descerei com vocês a Avenida [*da Liberdade*], mas esta tarde deixarei cravos vermelhos na janela e cantarei, alto e bom som, a 'Grândola, Vila Morena', de Zeca Afonso", acrescentou.

Em Itália, também se celebrou o 25 de Abril. Ambos os países partilham este dia como um dos mais importantes da sua história. Celebrou-se o 75.º aniversário da libertação do fascismo. Também em confinamento, os italianos foram incitados a cantar à varanda o tradicional hino partidário «*Bella Ciao*». O Presidente da República, Sergio Mattarella, recordou que naquele dia, em 1945, nasceu uma nova Itália, «unida em torno de valores morais e civis universais que conseguiram construir seu próprio futuro». Mas também se ouviu a Grândola Vila Morena.

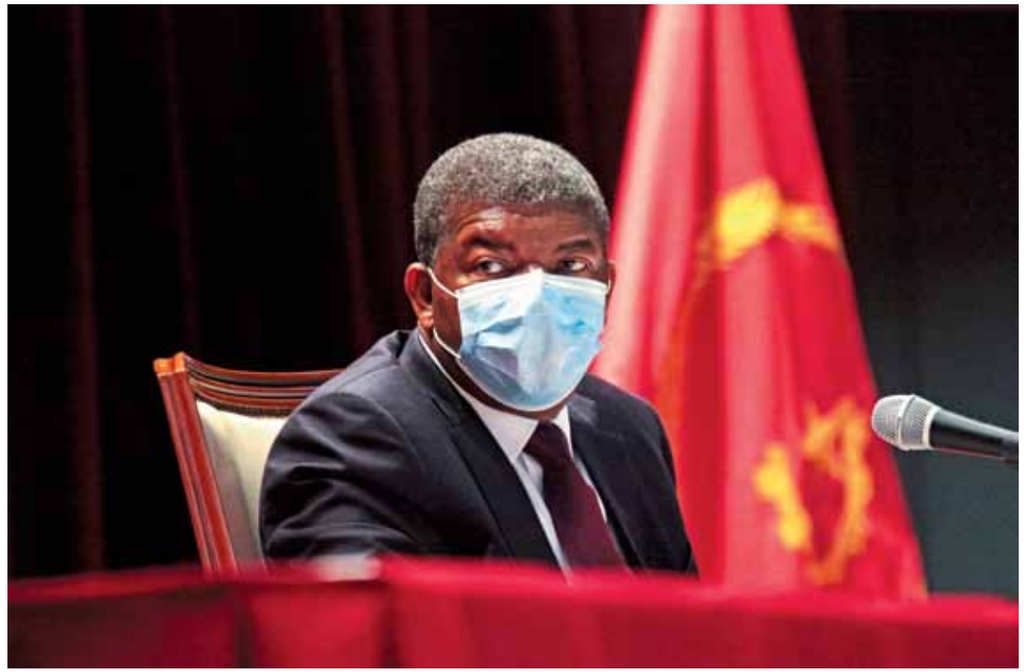
SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- Valor de venda ao público: 1.200,00€
- Valor para Sócios da A25A: 900,00€
- Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio,cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda



Ampe Rogério, Lusa

Em Angola, o presidente João Lourenço escreveu ao seu homólogo português, Marcelo Rebelo de Sousa, a recordar a importância do 25 de Abril

A iniciativa partiu de um grupo de cantoras da Sardenha que, em dialecto sardo, fez uma homenagem à canção de Zeca Afonso. A versão, muito bonita, está disponível no *Youtube*.

Na Galiza, Espanha, a 46.ª festa de Abril fez-se igualmente ouvir. Como em aniversários anteriores, foram diversas as organizações a proporem actividades à volta dos valores revolucionários e democráticos que há 46 anos terminavam com a ditadura e abriam um processo político carregado de esperança. Infelizmente, devido à pandemia, muitas das iniciativas tiveram de ser adiadas. Mas, tal como em Portugal, e à mesma hora, a Grândola ouviu-se em muitas janelas quando soaram as 16:00 horas locais.

MOEDAS DE PORTUGAL 2020

Junho

Julho

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro

ILUSTRAÇÃO

MOEDAS COMEMORATIVAS

LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94
PORTO R. Cândido dos Reis, 97
WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA
INCM

SÃO BENTO ABERTO VIRTUALMENTE

Primeiro-ministro defendeu que os portugueses têm de "vencer esta pandemia para poderem estar juntos como sempre estiveram"

São Bento ficou de portas fechadas no 25 de Abril, mas foi de lá que, via *online*, o primeiro-ministro António Costa se dirigiu aos portugueses, tendo sido essa também a maneira encontrada para, de forma virtual, dar a conhecer um pouco mais o palácio através de uma visita guiada das duas curadoras dos programas "Design em São Bento" e "Arte em São Bento". A cultura acabou por ser o tema eleito num ano em que as celebrações foram quase todas suspensas devido a um País em confinamento.

"Habitualmente, no dia 25 de Abril, abrimos as portas para que se possa conhecer os jardins e todo este espaço. Este ano, como sabemos, é especial. Temos de estar todos juntos, mas separados, para podermos enfrentar esta pandemia", frisou António Costa. "Porque o 25 de Abril, mesmo hoje, mesmo neste 25 de Abril tão diferente dos outros, tem de ser de festa e tem de ser de homenagem à cultura. Por isso, convidámos os diretores dos quatro teatros nacionais para poderem ser curadores daquilo que deve ser uma obra única: Uma peça teatral de dança, de música que celebrará de forma diferente o 25 de Abril", acrescentou, referindo assim o programa diferente que foi preparado.

O primeiro-ministro salientou ainda que os portugueses têm de "vencer esta pandemia para poderem estar juntos como sempre estiveram, celebrando nas ruas ou nos jardins, aqui e ali, aquilo que é o 25 de Abril".

Miguel A. Lopes, Lusa

FESTA EM OEIRAS

Direitos Reservados

A inauguração do monumento aos presos políticos, em Caxias, da responsabilidade da Câmara de Oeiras, foi um das iniciativas do núcleo da A25A

Foram muitas as iniciativas programadas. Mas, com a entrada do País em estado de alerta a 12 de Março, devido à pandemia, quase tudo foi cancelado

O NÚCLEO DE OEIRAS, da A25A, à semelhança dos anos anteriores, projectara um conjunto de iniciativas para assinalar o aniversário da Revolução dos Cravos. Mas a realidade do País, subjugado por uma pandemia, obrigou ao cancelamento da maioria da programação.

Ainda assim, a 5 de Março foram organizadas duas palestras sobre o 25 de Abril de 1974 na Escola Lopes Graça, na Parede, para 55 alunos do 12.º Ano.

Na Escola Ibn Mucana, de Alcabideche, a 4 e 5 de Março, foram dadas duas palestras sobre os 500 anos da viagem de circum-navegação. Estiveram presentes 210 alunos do 8.º ano e 11 professores.

Foram também realizados contactos para agendamento de palestras em Abril e Maio com as escolas de Cascais (cinco), Oeiras (três), Amadora (três), Almada (duas), Lisboa (uma), Ourém (uma) e Aveiras de Cima (uma).

Outras palestras foram agendadas para a Escola Secundária de Carcavelos, a 17 de Abril; escuteiros marítimos de Nova Oeiras, 18 de Abril; e Escola Náutica, 20 de Maio, em parceria com outras entidades.

Realizaram-se igualmente contactos com a Escola Sebastião e Silva, para acerto de datas para palestra, e com a Escola Ibn Mucana para a realização de uma terceira palestra dirigida ao 11.º ano.

A habitual "Festa Náutica Jovem" estava agendada para 26 de Abril na Praia dos Pescadores-Baía de Cascais.

A "Festa Jovem da Linha" tinha este ano por temática a patinagem artística e deveria ser realizada em Porto Salvo - Oeiras, em meados de Abril.

Estava também prevista a realização do *Paddy Paper*, este ano subordinado ao tema "Os poetas e os Descobrimentos". Esta actividade deverá ser realizada em Outubro.

O programa comemorativo previa ainda a peça de teatro " Todos ou Nenhum", do coronel Menino Vargas. Após a tradução para francês, a mesma foi apresentada a 2 de Março em três sessões na Universidade de Toulouse, França, tendo estado presentes familiares do autor e três representantes da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), ex-presos políticos. O Núcleo serviu de ligação entre o autor e a Universidade. A apresentação desta peça estava prevista para o Teatro Eunice Munoz, em Oeiras, pela companhia de teatro da Cooperativa Nova Morada, a 26 de Abril. Mas, naturalmente, foi cancelada.

A inauguração do monumento aos presos políticos, em Caxias, da responsabilidade da Câmara de Oeiras, com algum apoio do Núcleo de Oeiras, prevista para 26 de Abril, foi também adiada.

O Núcleo participou na elaboração do documento « Referencial- Instituições Democráticas», no âmbito da Direção-Geral da Educação.

MEMORIAL AOS PRESOS POLÍTICOS

Direitos Reservados

Discursou o Presidente da Câmara de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, acompanhado do comandante Ramiro Soares Rodrigues, representante da A25A

Foi dado mais um passo para colmatar a injustiça para com a memória dos 9245 homens e 785 mulheres presos políticos que o regime fascista atirou para a prisão de Caxias ao longo de quase 40 anos, de 1936 até 26 de Abril de 1974

M. SIMÕES TELES

A INAUGURAÇÃO DA ESCULTURA alusiva à libertação dos presos políticos, que chegou com o 25 de Abril vitorioso, teve lugar na vizinhança da estação da CP de Caxias no passado dia 10 de Junho. Esta data de âmbito nacional foi a adoptada em substituição da prevista data de 26 de Abril, em que vigorava o estado de emergência de combate à pandemia COVID-19. E assim foi feita justiça à memória dos cerca de dez mil presos políticos vítimas do fascismo reinante em Portugal ao longo de quase quatro décadas.

O local foi-lhe destinado no decurso do processo que teve o seu primeiro momento alto em 26 de Abril de 2019 com a comovente cerimónia de descerramento de uma lápide junto à entrada do reduto Norte da prisão. Esse processo foi da iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, com a qual colaborou uma comissão *Ad hoc* sediada na A25A e presidida por um membro da sua direcção, e na qual estão representados os libertados e os libertadores.

À inauguração acorreram cerca de duas centenas de pessoas, muitas das quais estiveram presas ou tiveram familiares ou companheiros presos. Usaram da palavra o autor, o escultor Sérgio Vicente, o Comandante Ramiro Soares Rodrigues em nome da A25A, o Presidente da Câmara, Dr. Isaltino Morais, e José Pedro Soares em nome dos libertados.

Este acto indispensável de registar publica e perenemente o passado ignóbil das prisões políticas em Portugal durante o fascismo assume tanto mais significado quanto a inexistência de prisões políticas nos países do primeiro mundo, e não só, era já uma realidade há muitos anos, em alguns já há muitas décadas.

Direitos Reservados

EM NOME DA LIBERDADE

O discurso, lido pelo comandante Soares Rodrigues, em representação da A25A, com que libertadores e libertados assinalaram a inauguração da peça escultórica evocativa da libertação dos presos políticos da prisão de Caxias

A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL e a comissão "*Ad hoc*", constituída na sequência de convite da Câmara Municipal de Oeiras por representantes dos libertadores e dos libertados – Associação 25 de Abril, Comissão de Instalação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade na Fortaleza de Peniche, Movimento Cívico Não Apaguem a Memoria, União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Núcleo de Oeiras da A25A e Otelo Saraiva de Carvalho – cumprimentam o senhor presidente da Câmara Municipal de Oeiras, bem como o respectivo Município, na pessoa do seu presidente, e manifestam publicamente a sua satisfação e reconhecimento pela iniciativa que, 46 anos depois da libertação dos presos políticos de Caxias, em 26 de Abril de 1974, vem finalmente assinalar e projectar no futuro, mediante uma obra escultórica, um dos objectivos maiores do Programa do MFA, de entre outros, expressamente nele enunciado: "a amnistia imediata de todos os presos políticos".

Aproveitamos a oportunidade para dar público testemunho da cordialidade e receptividade que todas as estruturas da Câmara Municipal de Oeiras, envolvidas no projecto, manifestaram no relacionamento institucional com a comissão "*Ad hoc*", relativamente às propostas conceptuais, memória descritiva, localização, indicação de alguns escultores a consultar e caderno de encargos. O júri, para a apreciação das propostas presentes a concurso, teve a participação de dois elementos indicados pela comissão "*Ad hoc*", por solicitação da autarquia de Oeiras.

A obra de arte – Peça Escultórica Evocativa da Libertação dos Presos Políticos da Prisão de Caxias – projectada e edificada por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, que hoje aqui se inaugura, tem quanto a nós por objecto:

- Por um lado, assinalar a libertação e amnistia, definitiva e incondicional, de todos os presos políticos – mulheres e homens – à data da revolução de Abril de 1974;

- Por outro, reconhecer e homenagear as distintas memórias resultantes da libertação pelo MFA dos presos políticos, ou seja:
  - os militares – MFA – pela sua decisão de libertação de todos os presos políticos;
  - e, actuando na prisão de Caxias em 26 de Abril de 1974, os coronéis paraquedistas Mário Pinto e António Braz, os capitães de mar e guerra – fuzileiros especiais – Abrantes Serra e Pedreira Carneiro e o coronel de artilharia Menino Vargas;
  - os presos políticos pela vitória da sua

permanente e persistente luta e emoção na libertação;
> os familiares e amigos dos presos políticos, o reencontro, o fim das negras e longas noites privadas de liberdade;
> o Povo pela genuína e inequívoca manifestação de regozijo que, rodeando o perímetro exterior da prisão com uma mole imensa de cidadãs e cidadãos, ansiava pela libertação dos presos políticos e enorme expectativa do seu significado político.

É também objectivo deste memorial suscitar – provocar – a consciencialização, reconhecimento e interiorização da existência, à data da revolução de Abril de 1974:

- de um regime político ditatorial, fascista, autoritário, totalitário, violento, repressivo e colonialista:
- de uma polícia política e tribunais plenários, instrumentos usados pelo estado totalitário, para pretensamente dar cobertura "legal" à infâmia, arbitrariedade, prepotência, violência, mentira e embuste a que sujeitava a cidadania;
- de uma justa luta de resistência e de oposição antifascista e anticolonialista contra o medo, a tirania, a humilhação e a violência dos instrumentos de repressão;
- de um sentimento de que, apesar de tudo, valeu a pena não desistir;
- lutar e resistir até à vitória foi a opção correta que abriu as portas da Revolução de Abril;

LUTAR E RESISTIR ATÉ À VITÓRIA FOI A OPÇÃO CORRETA

- as liberdades e a cidadania conquistam-se – usufruem-se – pela resistência e luta permanentes.

É ainda objectivo deste memorial induzir e associar, ao contexto de então, as palavras chaves:

- Ditadura, Fascismo, Colonialismo, Guerra, Oposição, Resistência, Luta, Capitães de Abril, Vitória, Liberdade.
- "Fascismo nunca mais. O Povo é quem mais ordena"

Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!
Muito Obrigado!

COMEMORAÇÕES "*ONLINE*"

Este ano, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo celebrou a Revolução dos Cravos com um programa *online*, pertinente e dinâmico, cruzando diferentes áreas do saber

LILIANA SOARES

AS CONTINGÊNCIAS DA PANDEMIA obrigaram a que muitas das iniciativas comemorativas do 25 de Abril fossem realizadas virtualmente.
O primeiro momento celebrativo em Viana do Castelo, intitulado "De onde vem o teu cravo?", foi promovido pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), pela Federação Académica e por todas as associações de estudantes da academia. Foi lançado o desafio para que todos colocassem uma fotografia de um cravo identificando a região onde cada um se encontrava de forma a assinalar os 46 anos da Revolução de Abril. Para isso, bastava simplesmente que cada elemento desta grande comunidade publicasse uma imagem nas redes sociais, identificando o lugar e colocando as seguintes *Hashtag: #emcasa #emliberdade #ipvc*. Como resultado, chegaram cravos de quase todas as regiões de Portugal e ilhas, assim como de França, Brasil, Canadá, Suíça, Estados Unidos da América, Luxemburgo e Bruxelas.

Direitos Reservados

Cravos de Portugal e do mundo

A segunda iniciativa destas comemorações, designada "Maio Maduro Maio", relacionou-se com a música e a vida académica dos estudantes da instituição. Segundo o ex-aluno da licenciatura em Design do Produto e presidente da Hinopoturna, Tuna Académica do IPVC, Ricardo Sá (2018), "juntámos todas as gerações de Hinoportunos e fomos ao encontro da História do nosso País e, humildemente, nos inspiramos num dos maiores nomes de Abril, José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, Zeca Afonso. Decidimos reproduzir em casa uma das músicas deste enorme senhor de Abril."
Cada elemento gravou som e vídeo em casa e depois compilou-se tudo. O vídeo, com locução do ex-aluno da licenciatura em Turismo e veterano/fundador da Hinoportuna, André Oliveira (1998), foi montado pelo ex-aluno de licenciatura em Informática, Carlos Dias (2006). O vídeo está disponível no *Youtube*.

PROXIMIDADE

"Grândola Vila Morena" foi o terceiro momento dinamizado pelos estudantes da licenciatura de Educação Social e Gerontológica e do Mestrado em Gerontologia Social. "Trata-se de uma acção de proximidade e suporte às pessoas mais velhas que vivem, neste momento, sozinhas ou com contacto limitado com os seus familiares e amigos em consequência do estado de emergência decretado em Portugal. No dia 24 de abril, estes estudantes convidaram cada português a cantar a Grândola com os seus vizinhos mais velhos à janela ou varanda. Página nas redes sociais: *https://m.facebook.com/JanelasConVIDA*
A última ação destas comemorações residiu no Design do IPVC, nomeadamente, na apresentação do projeto "24-04-74: Um Design para a Liberdade" desenvolvido em 2019 pelos estudantes do 3.º ano de licenciatura em Design do Produto em parceria com a Associação 25 de Abril. O projeto culminou na exposição que o curso realizou o ano passado na sede a A25A, em Lisboa, com a presença do presidente da associação, coronel Vasco Lourenço, da secretária de Estado da Cultura, Ângela Ferreira, e dos alunos e docentes daquele ciclo de estudos. Este projecto pode ser visto em *https://a25abril.pt/um-design-para-a-liberdade/*
Como imagem clara da mensagem do 25 de Abril de 1974, as comemorações deste ano refletiram o sentimento holístico e de unidade da comunidade do politécnico de Viana do Castelo em tempos de pandemia.

Direitos Reservados

Estiveram representados os três ramos das Forças Armadas numa icónica "assembleia do MFA aos quadradinhos". Realizou-se por teleconferência e quando todos surgiam no ecrã pareciam espreitar por minúsculas janelas

25 DE ABRIL DO MFA POR TELECONFERÊNCIA

Vinte e quatro dos oficiais que participaram no Movimento dos Capitães em 1974 realizaram uma inédita assembleia-geral do MFA para assinalar o 46.º aniversário da revolução dos cravos. Estiveram representados os três ramos das Forças Armadas numa inédita e icónica "assembleia do MFA aos quadradinhos", como lhe chamou o comandante Almada Contreiras. Realizou-se por teleconferência e quando todos surgiam no ecrã pareciam espreitar por minúsculas janelas. Foi a celebração possível em tempos de pandemia provocada pela Covid-19. Apesar de tudo, a festa foi bonita! O texto que se segue, muito peculiar, é um relato real do que aconteceu *online*

JACINTO GODINHO

Santos Coelho – Olá Martelo!
David Martelo – Olá, boa tarde!
Santos Coelho – Prazer em ver-te. Vou lendo os teus escritos, mas já não te via há muito tempo.
David Martelo – Vimo-nos pela última vez num funeral, como vem sendo hábito.
Santos Coelho – Deve ter sido do Brandão *[Mário Alfredo Brandão Rodrigues dos Santos 1938-2012]*!
David Martelo – Exactamente, em Penafiel, o nosso querido Brandão.
Santos Coelho – Tenho tantas saudades dele...

No dia 25 de Abril de 2020, às 12 horas e 10 minutos, José Santos Coelho e David Martelo aguardavam o início de mais uma assembleia de capitães de Abril, igual a muitas outras em que participaram, marcada para as 12:30 horas. Foram os primeiros a chegar e recordaram, saudosos, a memória de Mário Alfredo Brandão Rodrigues dos Santos, falecido em Penafiel, em 2012.
Desta vez, porém, ao fim de 46 anos, não houve nem abraços nem cumprimentos de mãos. Pela primeira vez, em muitos anos, as portas da Associação 25 de Abril mantiveram-se fechadas. Não houve o tradicional jantar dos sócios nem o concorrido desfile na Avenida da Liberdade.
Depois de terem saído à rua em 25 de Abril de 1974, para derrubar o regime do Estado Novo, os capitães de Abril decidiram, desta vez, comemorar em casa o dia mais importante das

TENHO PENA DE NÃO ESTAR NA PONTINHA MAS O CONFINAMENTO ASSIM OBRIGA

suas vidas, para dar um exemplo de responsabilidade cívica.
O ano de 2020 ficará marcado pela pandemia da Covid-19 que obrigou a uma quarentena forçada em quase todos os países de mundo. Portugal decretou o estado de emergência para entrar em vigor a 22 de Março e renovou-o duas vezes até 2 de Maio.
O mês de Abril ficou marcado por algumas discussões, mas nenhuma tão polémica como a decisão do presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, de manter a sessão solene comemorativa do 46.º Aniversário do 25 de Abril. A sessão realizou-se com a presença de 46 deputados e alguns convidados, entre eles o representante da Associação 25 de Abril, Luís Sequeira, presidente do Conselho Fiscal.
Espalhados pelo País, separados, em parte, das suas próprias famílias, alguns militares de Abril aceitaram o convite da RTP, feito pelo presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, para participarem numa inédita e invulgar assembleia do MFA. A teleconferência ficou marcada para as 12 horas e 30 minutos do dia 25 de Abril de 2020. O objectivo seria reunir o maior número de militares, capitães de Abril, com recurso à aplicação ZOOM que se popularizou, precisamente como ferramenta essencial de teletrabalho e de aulas *online* no período da quarentena forçada.
Primeiro, entraram na sala virtual os mais hábeis em manusear tecnologias digitais. Depois, surgiram os que tiveram a ajuda de filhos e netos. Uns de computador portátil, outros de *ipad* ou telemóvel, aos poucos, foi-se juntando uma assembleia que reuniu 24 dos oficiais que participaram no Movimento dos Capitães em 1974.

DIÁLOGOS

José Castro Carneiro *[falando ao telefone com um amigo sem se aperceber que já estava na tele-reunião com o som ligado]* – Nós vamos ter agora uma reunião, eu já estou a ver aqui o Martelo, precisamente com o Vasco Lourenço e um gajo da RTP que vai gravar esta reunião, mas já estou a ver que isto vai dar bronca. Isto não vai ser grande coisa. Ok?

Estiveram representados os três ramos das Forças Armadas, nesta inédita e icónica "assembleia do MFA aos quadradinhos", como lhe chamou o comandante Almada Contreiras.
Vasco Lourenço, encarregue de ser o moderador desta inédita teleconferência, repetindo, aliás, o histórico papel que desempenhou nas assembleias do MFA de 1974 e 1975, assinalou logo de início a presença de um estranho que não tinha sido convidado, um tal Sérgio de Carvalho.

Vasco Lourenço – Antes de mais, ò Sérgio Carvalho, eu peço-te desculpa mas não te estou a reconhecer, pá.
– O Sérgio Carvalho é o computador do meu filho. Eu ainda não estou registado.

HOJE É QUASE IMPOSSÍVEL NÃO FALARMOS DO CLIMA DE INCERTEZA QUE VIVEMOS E DIZER QUE OS HERÓIS SÃO OUTROS

Vasco Lourenço – Ai, é o Otelo! Eh pá, Otelo, estás com essa barba!?

Otelo Saraiva de Carvalho – Acertaste, pá! Estou com esta moldura pilosa devido aos dois meses de confinamento.

Soaram umas gargalhadas digitais, cumprindo assim o desejo anteriormente expresso por alguns dos intervenientes que não queriam que a reunião derivasse para um rol de lamentos e descrição de maleitas.
Vasco Lourenço deu a palavra a todos os participantes, que tiveram, assim, oportunidade de homenagear o 25 de Abril, cada um à sua maneira, ora destacando momentos inéditos do passado, com novas interpretações sobre a história do 25 de Abril, ora recordando companheiros falecidos ou ainda comentando a atualidade de 2020 marcada pela pandemia da Covid-19.

Vasco Lourenço – A ideia não é estarmos aqui a debater nada de especial. É darmos um abraço, que vamos adiar para dar mesmo um abraço físico, quando pudermos, e fazer uma saudação a todos neste dia em que os nossos ideais estão a servir para lutar contra esta – ò Pedro Peza-

rat, vais-me desculpar, eu ponho entre aspas – "guerra virtual" em que estamos envolvidos.

Otelo Saraiva de Carvalho – Folgo muito em estar aqui convosco, em ver-vos, mesmo que seja através desta distância e destes meios tecnológicos. Um grande e genuíno abraço para todos.

Pezarat Correia – É para vos avisar do seguinte. O meu nome aparece como Filipa. Não é um nome clandestino, não estou na clandestinidade. Só estou é a falar do computador da minha neta, que é a Filipa. Em nome de todos nós, eu, logo à tarde, estarei aqui, em Grândola, no monumento ao 25 de Abril, do nosso saudoso Bartolomeu Cid dos Santos, a perfilar-me ali e a lembrar-me de todos vós e dos nossos amigos que já cá não estão.

Franco Charais – Eu recordo que, uns dias antes do 25 de Abril, falei com o Vítor Alves, perguntando-lhe qual seria, na sua opinião, a possibilidade de êxito do 25 de Abril. Ele disse-me que possivelmente teríamos um êxito de 42 por cento. Íamos todos presos, mas com a certeza de que teríamos dado um grande abalo ao regime da ditadura. Mas, afinal, o 25 de Abril aconteceu. Os capitães vieram para a rua de norte a sul do país e o êxito foi de 100 por cento. Nós, na altura, não contávamos com a principal arma do 25 de Abril - a população portuguesa - que imediatamente rodeou os capitães e acabou por nos proteger e auxiliar na destruição da ditadura em Portugal. Quero deixar aqui a minha homenagem a todos os capitães que não puderam estar presentes neste painel. Quero deixar um grande abraço, porque protagonizaram um grande feito em Portugal.

Luís Vilas Boas – É uma grande alegria estar convosco e não saber distinguir entre o orgulho, a saudade e a emoção. Perpassa-me a memória dos que partiram e, cada um à sua maneira, fizeram com que se abrissem as portas da liberdade e o caminho da democracia. Ao fim destes anos todos, uns com os cabelos mais brancos, outros mais carecas, como eu, o que é facto é que criámos uma dinâmica comum de cumplicidade e de responsabilidade que assumimos em regra para connosco próprios, entre nós próprios, quando falamos desta aventura que foi 1973, 1974 e o que se lhe seguiu. Há cumplicidades especiais e todas elas convergiram para, 46 anos depois, termos um país livre, próspero, fazendo notar que isso é o melhor para nós e para os nossos filhos.

Garcia dos Santos – Em primeiro lugar, queria salientar um aspecto que me parece esquecido. O 25 de Abril foi a maior operação militar realizada em Portugal desde que Portugal é Portugal, e recordo que abrangeu todo o território português, do continente às ex-colónias. Em termos militares, incluiu os três ramos das forças armadas e não podemos esquecer que, de facto, foi uma operação militar. Há um aspecto que talvez seja estranho: é o facto de não ter havido praticamente mortos, nem feridos numa operação militar tão grande. Eu considero que talvez seja fácil explicar. É que todos os militares que

Direitos Reservados

Vasco Lourenço foi o moderador desta inédita teleconferência, repetindo, aliás, o histórico papel que desempenhou nas assembleias do MFA de 1974 e 1975

intervieram, militares do quadro permanente, estiveram na guerra colonial. E na guerra colonial tiveram relações entre si que os tornaram praticamente como irmãos. Seria impossível, aqui, na operação do 25 de Abril, que se matassem uns aos outros. Há muitos aspectos importantes que por vezes não são salientados sobre o que se passou no 25 de Abril. Eu quero dizer também que isto que está a acontecer entre nós é de facto uma transição enorme daquilo que foi ao longo dos tempos a evolução tecnológica. Um abraço para todos e desejo que estes encontros se possam repetir por muitos anos.

Vasco Lourenço – Santos Coelho, tens aí moedinhas para pôr no telefone?

Santos Coelho – Queria dar um grande abraço fraterno a todos e aos que cá não estão, porque somos, de facto, a grande família do 25 de Abril. Queria salientar a saudade, a saudade dos que nos deixaram, nomeadamente o saudoso Mário Alfredo Brandão Rodrigues dos Santos que foi o meu irmão muito grande na parte preparatória.

Vasco Lourenço – Em Coimbra, na conspiração!

Santos Coelho – Queria também saudar os professores que estão na linha da frente e que com o seu trabalho estão a lutar para que a nossa sociedade seja mais justa, mais fraterna mais humana. Tal como tu disseste que era preciso deitar mais democracia na democracia, também

Acácio Franco, Lusa

Os Capitães de Abril, Vitor Alves , Fisher Lopes Pires, Vasco Lourenço, Sanches Osório, Carlos Crujeira e o sindicalista Torres Couto, em 1988, no desfile comemorativo do 14.º aniversário do 25 de Abril

acho que tem que ser deitada mais educação sobre a educação, porque é a única forma de preservar e defender os ideais de Abril. Porque só uma sociedade culta pode ter a noção dos valores que representa a democracia. E uma palavra também para as nossas Forças Armadas que estão a representar um papel também muito importante na nossa sociedade, apesar da menorização que ao longo destes anos tem sido sujeita. Ainda mal nós pensávamos do que seria isto do vírus e já elas estavam a preparar uma guerra bacteriológica, demonstrando ter capacidade e condições para desempenhar, assim o poder lhes dê a responsabilidade que elas merecem, e a que saberão certamente fazer jus.

Vasco Lourenço – Obrigado. Agora já não te chamamos amarelo, porque tens o cabelo branco. Passo a palavra ao David Martelo. Espero pelo próximo artigo na *Bigorna*.

David Martelo – Eu, aproveitando esta alusão que foi feita aos actuais capitães de Abril, pessoal médico, enfermeiros e auxiliares que tratam da nossa saúde, devo dizer que sempre me emocionou muito os aplausos que vimos distribuídos por esses novos capitães de Abril. E, como tenho pouco tempo para falar, além de gostar de ver as vossas caras, gostava de fazer aqui uma brevíssima retrospectiva histórica para verem bem a diferença entre os aplausos que o pessoal médico recebe hoje e aquilo que acontecia connosco na guerra colonial. Vou ler um pequeno parágrafo do *Jornal do Exército*, de Julho de 1970, no seguimento das comemorações do 10 de Junho, que tinham ocorrido pouco tempo antes. O articulista lamentava o desinteresse que o desenrolar do conflito ia merecendo à maior parte dos portugueses e não escondia o ressentimento da instituição militar. E agora passo a citar: "Esse esquecimento, por vezes quase alheamento do que por lá se passa, é uma ofensa para todo aquele que, generosamente, está combatendo e sacrificando anos da sua vida para o bem comum. A indiferença generalizada pela tropa que vai e que regressa é, Infelizmente, facto mais do que comprovado para a quase totalidade das pessoas que ali não tenham parentes ou amigos".
Que diferença, meu Deus! Um grande abraço para todos!

Vasco Lourenço – Um grande abraço David e como sempre *na mouche*!

Aniceto Afonso – Eu acho que é a primeira vez que temos uma assembleia de capitães de Abril por este meio. Eu queria falar de uma coisa que é importante. É a Associação 25 de Abril. Nós somos membros da A25 e praticamente estamos afastados do lugar onde nos podemos reunir e onde há uma ideia da nossa reunião às quartas-feiras que há muito tempo, há praticamente um ano, não se realiza. Não são apenas estes dois meses em que estamos cada um em sua casa, mas já vem de um período alargado em que não podemos estar presentes para nos vermos. Acho que devemos retomar isso, logo que possível, de forma a também encontrar-nos pessoalmente, sem deixar de ter estes encontros através destes novos processos. Isto complementa os almoços da A25, porque há camaradas que estão longe de Lisboa e nem sempre podem aparecer. Mas gostava de transmitir esta ideia de que, quando tudo isto passar, podermos retomar os nossos almoços das quartas-feiras na A25 - aqueles que puderem estar presentes, obviamente. Acho que é a melhor forma de nos juntarmos e falar uns com os outros, porque, apesar de tudo, este processo que nos possibilita vermo-nos, cumprimentarmo-nos, não é bem a mesma coisa que estarmos na presença uns dos outros. Um grande abraço.

DESTA VEZ, AO FIM DE 46 ANOS, NÃO HOUVE NEM ABRAÇOS NEM APERTOS DE MÃOS

Vasco Lourenço – Um grande abraço Aniceto. Agora o Carlos Contreiras. Carlinhos, um abraço aí no Alentejo profundo!

Carlos Contreiras – Este não é profundo! Este é superficial, porque fica junto do mar.

Vasco Lourenço – Essas comunicações funcionam pior que as da Marinha no 25 de Abril!

Carlos Contreiras – As da Marinha sempre funcionaram bem, com a devida vénia ao nosso general Garcia dos Santos, sempre funcionaram bem. Poderiam ter funcionado melhor, poderia ter havido mais ligações, mas isso faz parte de outra história. É sempre um prazer grande voltar a ver estas caras, "tele-caras", passados estes anos todos. Há 46 anos, a esta hora, as coisas ainda estavam um pouco complicadas. Da parte da Marinha, houve aquele vai e vem em torno da rua António Maria Cardoso e, a estas horas, estavam as coisas ainda numa situação muito complicada. E, felizmente, resolveram-se graças à determinação do então comandante da força de fuzileiros, Pinheiro de Azevedo. Só queria lembrar este momento de há 46 anos, exactamente a esta hora, em que as coisas estavam complicadas. E termino dizendo que aquilo que fizemos valeu a pena, e aqui todos juntos relembramos também as dezenas de camaradas que estão ausentes. Hoje, estamos muito melhor, apesar de todas as coisas que foram sucedendo e estão a suceder por esse mundo fora. Estamos muito melhor do que poderíamos pensar há 46 anos. Um grande abraço para todos.

Santos Silva – Só queria agradecer ao Jacinto Godinho esta oportunidade que nos dá de nos reunirmos uma vez mais. Ultimamente, os nossos contactos têm sido muito escassos por causa do restaurante da Associação. Sobre o muito que ouvi e das coisas que foram afirmadas, eu gostaria de acrescentar alguma coisa. Ao fim destes 46 anos de vida e de participação na nossa democracia, apropriando-me da linguagem mais própria dos marinheiros que da Força Aérea, é que há várias décadas que estamos fazendo uma navegação à vista. Começámos esta navegação naquela madrugada gloriosa que hoje comemoramos e durante 46 anos temos vindo a manter a nossa rota com algumas características. O percurso não tem sido fácil. Maus ventos, tempestades, situações difíceis e complicadas, mas tivemos a virtude de conseguimos manter o nosso rumo com uma característica muito especial: mantivemos sempre os valores de Abril a bombordo. Assim, vamos continuar até que se chegue àquilo que almejámos: uma sociedade mais democrática, mais livre, mais progressista e sobretudo que tenhamos a capacidade de reunir os esforços necessários para afastarmos de vez todas estas ameaças, quer esta que vivemos agora, quer muitas outras que, de certa forma, pretendem pôr em causa aquilo que conquistámos.

Aprígio Ramalho – Eu queria saudar-vos. Aos que estão presentes neste painel, aos que não podem estar e muito especialmente aos que nos deixaram. E, aqui, gostaria de fazer uma referência muito especial a um camarada, muito, muito amigo e que não há muito tempo nos deixou, que foi o Gertrudes da Silva, um grande capitão de Abril. Queria deixar uma mensagem de homenagem às nossas mulheres, às capitãs de Abril de que muitas vezes nos esquecemos. Não só nós, mas a generalidade dos portugueses. Não se lhes dá o devido valor.

Ramiro Soares Rodrigues – Um grande abraço para todos os presentes e também para os ausentes. Quero dizer que estou mais que convencido de que vamos vencer este escolho que temos pela frente, tal como vencemos o regime decrépito há 46 anos. Tive necessidade, imprevista, de passar pelo Serviço Nacional de Saúde, que eu não conhecia, e a única coisa que posso dizer é que, apesar das dificuldades, da falta de pessoal e eventualmente de equipamentos, têm sido extraordinários. Muito obrigado para eles. Merecem o nosso aplauso.

Vasco Lourenço – Sousa e Castro, tens um minuto para falar, pá.

Rodrigo Sousa e Castro – Um minuto é pouco, mas está bem. O que eu tenho a dizer é imenso, mas cabe num grande abraço para todos vós. É um prazer enorme estar a rever-vos através destas novas tecnologias. No nosso tempo, não era nada disto. Permitam-me que dê um abraço especial ao Luís Vilas Boas. Porque ele, ao dedicar a sua vida, um camarada que era nosso camarada e na altura capitão de cavalaria e que há décadas que dedica a sua vida a tratar dos mais débeis, dos mais desprotegidos, dos que mais precisam de carinho, de solidariedade e de compaixão, eu não posso deixar de lhe dar um abraço, porque ele representa o verdadeiro espírito do 25 de Abril. Representa, no fundo, tudo aquilo que nós sentimos ainda hoje e vamos sentir até morrer, que é cuidar do nosso povo. E ele cuida dos mais frágeis e cuida dos mais débeis. Muito obrigado a todos vós e muito em especial ao Luís Vilas Boas, que é um exemplo de vida.

> COMEÇÁMOS ESTA NAVEGAÇÃO NAQUELA MADRUGADA GLORIOSA QUE HOJE COMEMORAMOS

Vasco Lourenço – Rodrigo, passaste mais de um minuto, mas valeu a pena para te ouvir dizer isso. Sanches Osório!

Sanches Osório – Um abraço. Cumprimentos a todos e, mais que recordar o que se passou há 46 anos, acho que nos importa a todos, embora confinados, pensar e dar ideias, dar a nossa experiência e a nossa vivência, para os dias de hoje, aos nossos netos.

Martins Guerreiro – Um abraço para todos os presentes e para vos dizer que, realmente, isto é uma inovação. São novos processos, novas técnicas e que o 25 de Abril foi isso e continua a ser. Nós adaptámo-nos aos novos tempos e utilizamos os instrumentos que temos à nossa disposição e não há dúvida que há um valor que se mantém sempre, que é o da solidariedade. Hoje, é um tempo de solidariedade e de luta contra o vírus, mas de luta contra os outros vírus, os do egoísmo e, enfim, daquelas tentativas oportunistas que se verificaram a propósito das comemorações do 25 de Abril e que foram muito bem refutadas já hoje, na Assembleia da República. Estamos em tempos de

solidariedade, em tempos de construção da nova sociedade, lutando pela paz e naturalmente agora salientando o papel de todos os profissionais de saúde que estão exactamente a dar tudo o que podem, como nós demos então no 25 de Abril, e continuamos a dar ainda por muitos anos. Viva os capitães de Abril e viva Portugal.

Vasco Lourenço – Já que estamos em maré de Marinha, Simões Teles!

Simões Teles – Eu falo, aqui, de Oeiras, em nome do grupo da Associação 25 de Abril Oeiras e Cascais, que se passou a chamar Grupo da Linha, em homenagem a um "grupo da linha" que houve antes do 25 de Abril por estes lados. Temos várias iniciativas que este ano foram interrompidas por causa da situação que vivemos, mas eu não deixo de nomear duas ou três. Uma das quais, e a principal, chama-se Abril Hoje. Abril Hoje vai às escolas e emula o processo do Movimento dos Capitães. São os alunos que estabelecem os objectivos e estabelecem aquilo que querem representar e comemorar. Nós apenas empurramos a carroça, porque são eles que puxam. Já teve lugar na Escola de Carcavelos e na Escola Ibn Mucana, onde esteve o Ministro da Educação a assistir. É um programa e uma ideia com imenso sucesso e que está a ter imenso acolhimento nas escolas. O monumento à libertação dos presos políticos de Caxias está a ser erigido em frente à estação de Caxias. A parte de betão está a ser feita e o monumento vai lá ser colocado no dia 30, de manhã.

Temos também um programa de ida às escolas a convite dos professores que abrangeu cerca de dois mil alunos e cento e tal professores. Nós temos a Festa Jovem da Linha que já vai na quarta edição em colaboração com as câmaras de Oeiras e de Cascais, à vez. Temos a Festa Náutica Jovem, que leva jovens velejadores às praias. Estava marcada para amanhã, mas, infelizmente, não se pode realizar. Mas combinámos retomar, logo que as condições o permitam. Deixo aqui a mensagem do Abril Hoje.

Vasco Lourenço – Agora íamos ao Porto. O Carneiro está por aí?

José Castro Carneiro – Não vou falar do 25 de Abril no Porto de que não se conhece muito, mas também não é disso que eu quero falar. Queria recordar o Salgueiro Maia do meu curso. O Salgueiro Maia escreveu um texto numa operação que fez sobre Guidage - os militares sabem do que estou a falar e vou passar a citá-lo: "Dirijo-me ao ferido mais grave, o ferimento provém-lhe da perna, tem em cima dela várias compressas empastadas de sangue; tiro as compressas e vejo que o homem não tem garrote. Pergunto estupefacto porque é que lhe não fizeram um garrote. Alguém me respondeu que o enfermeiro está ferido. Começo a sentir raiva. Continuo a tirar as compressas, que foram postas a monte, sem sequer terem sido apertadas. O homem tem um estilhaço na zona da articulação do joelho. Vê-se a tíbia; toda a carne se encontra como que seca, envolvendo um buraco do tamanho duma laranja. Enquanto o enfermeiro lhe presta os primeiros socorros, quase duas horas depois do ferimento, dou-lhe uma palmada no ombro e digo-lhe: 'Já estás safo. Vamos evacuar-te', mas acreditando pouco no que estou a dizer. Os restantes feridos não são muito graves, para além de um que tem um buraco no peito e deve ter hemorragias internas. O dia começa a cair. Na zona, não é possível fazer descer helicópteros. Resta a solução de, na caixa dos Unimogs, levar os feridos a saltarem, como fardos, em cada salto da viatura. Quando estamos para arrancar, ouvem-se várias explosões. Todo o mundo vai para o chão. Fico sem perceber, não ouço tiros de armas ligeiras. Na fracção de segundo em que, deitado no chão, tento perceber o que está a acontecer, começamos a ouvir como que o barulho de aviões a jacto. São os "jactos do povo", foguetões de 122 mm que o PAIGC atira para a povoação, sede do batalhão. Como a guerra não é connosco, mando retirar. O ferido da perna é acondicionado com as roupas do morto e todos os panos disponíveis na caixa do Unimog. O cabo enfermeiro segue sentado a seu lado com um frasco de soro nas mãos. O morto é colocado ao lado, embrulhado num pano de tenda; tem o peito aberto, parece um porco no talho. Pouco depois de iniciar o regresso, o ferido na perna morre. Nunca falou ou gritou. Guardo dele uns olhos assustados a brilhar, numa pele branca e seca, a ficar vazia de vida porque, em 60 homens, ninguém sabia o mais elementar em primeiros socorros – fazer um garrote. Chego ao destacamento de C... Estão à minha espera uma coluna com ambulância para evacuar os feridos por terra, o médico do batalhão receita injecções e dá conselhos aos enfermeiros. Sigo no Unimog, que agora só tem cadáveres. Agradeço ao pessoal que saiu comigo a sua dedicação e digo-lhes que, mais que os agradecimentos, a nossa consciência nos recompensará. Mando preparar a minha secção para regressar ao meu destacamento. Enquanto se forma a coluna para Bissau e o meu pessoal se prepara, dou comigo a contemplar os mortos de olhos e boca aberta com aspecto de quem não compreende nada do que aconteceu. Mecanicamente, tiro os atacadores das três botas dos mortos, ato-lhes os queixos, as mãos em cruz, os pés juntos, com a água do cantil molho-lhes os olhos e fecho-lhos. Olho para a minha obra e também não entendo. Entretanto, os seus camaradas contemplam de longe, mas não se acercam. Ainda agora, sempre que um Senhor General da Brigada do Reumático diz que 'a guerra estava ganha', me vem à memória a morte estúpida daqueles homens e a vitória que eles ajudaram a reparar."

CAPITÃES VIERAM PARA A RUA DE NORTE A SUL DO PAÍS E O ÊXITO FOI DE CEM POR CENTO

Garcia Correia – Estou, aqui, em Santarém, a falar com muita emoção. Apenas queria dizer que lamento a saída da Escola Prática de Cavalaria aqui de Santarém e permitam-me que, além de saudar o Vasco, pela actividade de

André Kosters, Lusa

Os capitães de Abril Otelo Saraiva de Carvalho, Sanches Osório, Garcia dos Santos e Vítor Crespo no quartel da Pontinha onde há 46 anos, e em 48 horas, mudaram o destino do país.

manter o 25 de Abril em alta, saudar também o Vilas Boas. Não só por aquilo que o Sousa e Castro referiu sobre ele, mas porque, em Angola, onde começámos o Movimento, e eu vim para Santarém em Janeiro de 1974, o Vilas Boas foi o grande motor do 25 de Abril em Angola. Sei que o general Pezarat Correia foi dos primeiros-oficiais superiores que assinou o documento e também não posso esquecer o Sousa Guedes. E também lembrar neste dia o que era a educação em Portugal, o que era a saúde em Portugal, o que era a Segurança Social nessa altura em Portugal. Foram todos estes valores que se conseguiram pela nossa acção.

Rosado Luz – É uma felicidade, para mim, ver tantos amigos aqui, é uma forma inovadora de comemorarmos e que me sensibilizou bastante. Queria recordar que são 13 horas e 10 minutos. A esta hora, há 46 anos, eu estava junto do Salgueiro Maia, que entrou na Academia Militar no mesmo dia que eu, como o Carneiro. Queria recordá-lo, porque é aquela figura, é o ícone que gostamos de recordar. Queria cumprimentar o Luís Vilas Boas, que está na minha cidade a fazer uma obra espantosa e que é uma referência.

Vasco Lourenço – Está aí o Luís Macedo? Ele organizou a Pontinha!

Luis Macedo – Olá a todos. Tenho pena de não estar na Pontinha mas o confinamento assim obriga. Queria prestar homenagem a todos os que aqui não estão, mas não só aos capitães de Abril. O 25 de Abril não se tinha feito, se fosse só com capitães. Fez-se com sargentos, fez-se com soldados, que ainda não foram falados, foram pouco falados. Queria estender a todos eles a minha homenagem. Estou em Santarém e, hoje, à tarde, vou passar alguns momentos de recolhimento ao pé do monumento ao Salgueiro Maia e penso poder representar a todos nesses momentos de reflexão que vou passar ao pé dele...

Vasco Lourenço – O Pinto Soares está com o nome de Zuquini. Nuno, um grande abraço.

Nuno Pinto Soares – Gostava de deixar um abraço a todas as centenas, talvez milhares de soldados que no 25 de Abril entraram, partilharam, estiveram connosco e a quem eu chamo sempre Soldados de Abril. Para eles, que devem estar ainda muitos vivos, eu mando um grande abraço e um grande agradecimento.

Jorge Golias – Hoje, é quase impossível não falarmos do clima de incerteza que vivemos e dizer que os heróis são outros, que a linha da frente é outra e o inimigo é outro. Os heróis são os profissionais de saúde a quem devemos prestar a nossa homenagem e também àqueles portugueses que já partiram, a nossa vénia. Nós somos nós e as nossas circunstâncias e a nossa circunstância, aqui e agora, é a contradição incrível de estarmos a celebrar a liberdade num estado de confinamento, num estado de detenção. Eu só espero que neste estado de confinamento, quando começar a abrir, não sejam esquecidos os velhos. Os velhos somos nós. São a geração de Abril. Espero que não nos confinem *sine die*. Espero que nos dêem a liberdade de poder correr riscos, se tiver que assim ser. Um grande abraço. Foi um prazer e um honra estar aqui convosco.

Vasco Lourenço – Houve alguns que pediram para dar um abraço porque não puderam vir. Alfredo Assunção, Delgado Fonseca, Rui Guimarães, Artur Sarmento, Rui Rodrigues.

Sousa e Castro – O Otelo agora está de barbas. Ainda não te tinha visto. Mas ficam-lhe bem. Parece mais jovem. Eu se o visse na rua não o conhecia.

Otelo Saraiva de Carvalho – Mas é propositado, pá.

Sousa e Castro – Óscar, daqui fala o engenheiro Sousa!

Otelo Saraiva de Carvalho – É um protesto pelo confinamento de dois meses.

Sousa e Castro – Tenho uma proposta a fazer, ò Vasco! Bater palmas e fazer uma homenagem aos capitães de Abril do momento que estão a salvar vidas e a melhorar a saúde das pessoas nos hospitais.
[Todos batem palmas]

Vasco Lourenço – Um abraço a todos, um bom 25 de Abril. Vamos sair desta com certeza, espero que bem, e vamos abraçar-nos a sério um dia destes na Associação 25 de Abril. E não se esqueçam de, às 15 horas, cantar a Grândola Vila Morena.

RECORDANDO A REVOLUÇÃO COM A UMD

Direitos Reservados

Em 2010, já reintegrado no Exército, Fernando Reinlen foi agraciado pela ministra da Defesa, Carmén Chacon, com a "Cruz de Mérito Militar", pelo facto de haver pertencido à UMD

Militares espanhóis reconhecem a importância do 25 de Abril em Portugal para a conquista da democracia e da liberdade no seu próprio país

FERNANDO REINLEN*

ESCREVO ESTAS LINHAS em 25 de Abril de 2020, aniversário da Revolução dos Cravos em Portugal no ano de 1974. Passaram 46 anos e muitos foram os acontecimentos que vivemos desde então. Aquela festa dos cravos explodiu imediatamente a seguir ao momento em que o capitão Salgueiro Maia, respeitando os semáforos, entrou em Lisboa e tomou o Quartel do Carmo. Aquela festa em que povo saiu à rua, apesar da proibição das autoridades, submergiu o golpe de Estado e pôs flores nos canos das G3 dos soldados.

Aqueles dias despertaram as consciências de alguns militares espanhóis, os quais, poucos meses depois, se reuniram para fundar a União Militar Democrática (UMD), organização militar antifranquista, impensável na sociedade espanhola daqueles tempos e muito menos no âmbito da instituição militar franquista. Mas concretizou-se e, embora sendo poucos e não muito bem organizados, colocaram – colocámos – o nosso grão de areia para que a democracia e a liberdade chegassem a Espanha.

Mas essa é outra história que, empurrada pela revolução dos cravos, seguiu por outros caminhos. Não houve revolução em Espanha. Não era possível nem desejável. Assim o entenderam os companheiros portugueses, com os quais os "Capitães de Agosto" entraram em contacto, contacto esse que ainda se mantém desde então.

Os Capitães de Abril alcançaram o poder em Portugal e ajudaram-nos de muitas maneiras, principalmente assegurando refúgio ao capitão Ignacio Domínguez, porta-voz da UMD no estrangeiro. A UMD autodissolveu-se em 26 de Junho de 1977, após as primeiras eleições livres desde a República.

Os contactos dos antigos membros da UMD com os camaradas portugueses do MFA (Movimento das Forças Armadas) continuaram e consolidaram-se, chegando a ser muito profundos, apesar dos diferentes avatares políticos pelos que passaram ambos os países. A Associação 25 de Abril, reconhecida pelos governos portugueses de todo o espectro ideológico, inspirou a criação da Associación-Foro Milicia y Democracia (FMD), fundada por antigos membros da UMD, à qual se associaram militares, diplomatas, advogados, jornalistas... Inclusivamente foi assinado um protocolo de colaboração entre ambas as organizações, que deu os seus frutos no decorrer dos anos, através da realização de diversos actos conjuntos, tanto em Lisboa como em Madrid.

Num deles, quando se celebrava o XXXV aniversário da Revolução na capital lusa, cinco oficiais superiores da antiga UMD, revivemos os preparativos do 25 de Abril, tendo connosco os melhores guias: os seus protagonistas. Seguidamente, assistimos às cerimónias comemora-

tivas que terminaram com o desfile do 25 de Abril pela Avenida da Liberdade, numa multitudinária manifestação popular. Terminámos cantando, milhares de pessoas, o hino português e, como não podia deixar de ser, Grândola Vila Morena, de José Afonso, com cuja emissão na rádio se iniciou tudo, naquela longínqua madrugada de 1974. Foram umas jornadas emocionantes de confraternização com alguns heróis da Revolução como Vasco Lourenço, Martins Guerreiro e Carlos Almada, entre outros, com os quais mantivemos uma amizade sem interrupção durante todos estes anos.

Este ano não houve desfile em Lisboa e as comemorações foram de circunstância. Na televisão espanhola, nas breves imagens que passaram a propósito da cerimónia na Assembleia da República portuguesa, reconheci Vasco Lourenço – que antes definira a UMD como o "filho do MFA" – na tribuna reservada para os Capitães de Abril. O coronavírus e talvez o tempo decorrido impedem mais comemorações, embora o povo português o celebre em casa ou nas varandas. A recordação persiste e assim o demonstram as redes sociais – refiro-me somente às espanholas – inundadas de reproduções de Grândola Vila Morena e de documentos de então.

Em 1977, tive a honra de conhecer outros líderes da dimensão do almirante Rosa Coutinho ou do major Otelo Saraiva de Carvalho. Acabavam de ser desalojados do poder e das suas cercanias: "Hoje estamos na lama, depois de quase ter tocado o céu" – cito de memória - dir-me-ia, então, Otelo. Eu respondi-lhe dizendo que a história dedicaria talvez três linhas ao então Presidente de Portugal, mas escrever-se-iam capítulos de ouro sobre os Capitães de Abril.

E assim foi. E, para nós, sempre ficará Portugal

*Texto publicado em *infoLibre, información libre e independiente*, em 25 de Abril de 2020. Fernando Reinlen, Tenente-Coronel de Infantaria, reformado. No verão de 1975, sendo capitão paraquedista, foi preso, conjuntamente com outros militares, por pertencer à UMD. Julgado em Tribunal Militar, foi condenado e expulso do Exército. Em consequência dos Pactos de Transição, ele, tal como os restantes membros da UMD condenados, não foram abrangidos pela Lei de Amnistia promulgada após a institucionalização da Democracia, tendo continuado, em consequência, afastado do Exército, até 1986. Entretanto, dedicou-se ao jornalismo, tendo vindo a ser Diretor do Diário 16. Em 2010, já reintegrado no Exército, foi agraciado pela Ministra da Defesa, Carmén Chacon, com a "Cruz de Mérito Militar", pelo facto de haver pertencido à UMD. Atualmente é Presidente do Foro Milicia y Democracia (FMD).

Miguel A. Lopes, Lusa

SEM BEIJOS NEM ABRAÇOS MAS 25 DE ABRIL, SEMPRE!

A Revolução dos Cravos comemorou-se este ano de modo diferente, sem beijos nem abraços, sem multidões nas ruas, com o país e o mundo ameaçados por um vírus extremamente letal. Estamos certos de que a luta vai continuar por um novo Portugal, mas sempre um Portugal de Abril

PAULO SUCENA*

HÁ QUARENTA E SEIS ANOS, o dia 25 de abril foi um dia de festa. Um dia de beijos e abraços, de sorrisos e risos, um dia iluminado pela luz da liberdade que rompia, finalmente, nos céus de Portugal que permaneceram negros durante quarenta e oito anos de ditadura.
As nuvens mais negras amontoavam-se sobre a sede da polícia política, chamasse-se ela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) ou Direção Geral de Segurança (DGS), cuja radical mudança de nome não escondeu as atrocidades exercidas sobre os presos políticos, nos "curros" do Aljube, nas prisões de Caxias e Peniche e durante muito tempo no campo de concentração do Tarrafal onde os presos eram tratados com uma desumanidade inaudita que levou à morte de muitos deles. Nuvens nascidas e sopradas pela violência que caracterizou os regimes de Mussolini e de Hitler, de que Salazar foi um subserviente imitador.

LUTA PELA DEMOCRACIA

Um ministro da I República, o engenheiro Cunha Leal, escreveu em 1930 que Salazar dirigia dois ministérios "montado às cavaleiras sobre o cachaço humilde da Nação". Porém essa Nação humilde, parte da qual aplaudia o ditador, não era toda a Nação e por isso a resistência e a luta pela liberdade e pela democracia foi uma constante durante todos aqueles anos, tendo começado logo no tempo da Ditadura Militar imposta em 1926.

NA LUTA CONTRA ESSE PERIGO INVISÍVEL O POVO PORTUGUÊS TEM MOSTRADO GRANDE FIRMEZA

Essa resistência foi alimentada por diversas organizações (não só políticas), sendo de justiça referir, como exemplo, o PCP, cujos militantes foram ferozmente perseguidos. Muitos dos oposicionistas, fosse qual fosse a sua ideologia, foram perseguidos, demitidos dos seus empregos públicos, presos, torturados, alguns barbaramente espancados e outros assassinados.

JOVENS COM CORAGEM

Se pensarmos na luta clandestina que se manteve sempre firme, nas grandes manifestações que festejaram, no final da II Guerra Mundial, a vitória dos aliados contra o nazi-fascismo, se lembrarmos a campanha de Norton de Matos e o enorme comício da Oposição Democrática que se realizou no campo do Salgueiros ou se recordarmos as triunfais chegadas ao Porto, Coimbra e Lisboa do general Humberto Delgado, ficamos com a certeza de que a ditadura já só ia às cavaleiras dos néscios e dos timoratos que não ousavam defender a transformação de Portugal num país livre e democrático, justo e solidário.
Apesar de se saber que houve sempre portugueses, de todas as classes e camadas sociais, que bateram palmas à Ditadura, cuido que a quem lutou pela liberdade apetecerá dizer que o medo, à medida que a luta ia recrudescendo, começou a difundir-se mais acentuadamente nos que temiam perder poder e privilégios. Por outro lado, ia crescendo entre os democratas a esperança de derrubar um regime opressor que, desde 1961, mandava a juventude para uma guerra absurda porque condenada ao fracasso.
A circunstância histórica, política e social passou a ser mais bem compreendida por cada vez mais jovens e também por um punhado de militares que, organizados no MFA, tiveram a coragem, a ousadia e a inteligência estratégica de pôr uma revolução na rua na madrugada do dia 25 de abril de 1974. Uma revolução com cravos vermelhos nas espingardas e gente feliz que transformou as viaturas militares em espaços de alegria e fraterna solidariedade. A tristeza veio de onde era mais natural que viesse, da PIDE/DGS, e foi provocada pelas balas assassinas dos seus esbirros, refugiados na sede daquela execranda polícia.

AMEAÇADOS POR UM VÍRUS

A Revolução dos Cravos comemora-se este ano de modo diferente, sem beijos nem abraços, sem multidões nas ruas, com o país e o mundo ameaçados por um vírus extremamente letal. Mas na luta contra esse perigo invisível o povo português tem dado mostras de grande firmeza e disciplina.
Num tempo em que a economia se fragiliza, em que milhares de trabalhadores foram atingidos pelo desemprego e muitos patrões se atascam em ilegalidades e prepotências, num tempo em que há perigosas manifestações de ataque aos direitos fundamentais dos cidadãos e apelos inquietantemente reacionários, os homens e mulheres progressistas, apesar de naturais preocupações com o futuro, mostram-se confiantes de serem capazes de virar vitoriosamente esta página da História e abrir outra inexoravelmente diferente.

A RESISTÊNCIA E A LUTA PELA LIBERDADE E DEMOCRACIA FOI UMA CONSTANTE

Todos nós, democratas de todos os credos e ideologias progressistas, a vamos virar com a confiança de quem sabe que a maioria da Nação não quer que as portas que Abril abriu se vão fechando de tal modo que só a custo a liberdade e a democracia possam por elas passar.
Estamos certos de que a luta vai continuar por um novo Portugal, mas sempre um Portugal de Abril.

---

* Este texto foi lido numa sessão (fechada) comemorativa do 46º aniversário do 25 de Abril, realizada na Casa da Cultura de Pedrógão Grande, com a presença do Presidente da Câmara Municipal. Esta sessão contou com a participação do cantor António Ataíde, que interpretou canções, entre outros, de José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, acompanhado pelo conjunto de guitarras de Coimbra de Manuel Portugal. Colaboraram ainda na sessão, com depoimentos previamente filmados, Manuel Alegre, Rui Pato e Vitorino Salomé.

MARCO SINGULAR
NA HISTÓRIA DOS POVOS

Mário Cruz, Lusa

O 25 de Abril tornou-se um fator de identidade portuguesa, valorizou o ser português

Celebrar Abril hoje é inspirar-nos no 25 de Abril de 1974, refletir sobre os seus valores e aplica-los no presente visando o futuro. Porque os valores de Abril — liberdade, cooperação, solidariedade, generosidade e democracia — são intemporais como o foram as nossas motivações: terminar a guerra, alcançar a paz entre os povos, criar condições para que cada um possa realizar-se e ser feliz, viver na sua pátria se o desejar, e que a sua opinião conte nas decisões que lhe digam respeito.

MANUEL B. MARTINS GUERREIRO*
MÁRIO J. B. SIMÕES TELES

O 25 DE ABRIL É UM MARCO SINGULAR na história portuguesa e na história dos povos, pela forma como foi concretizado, pelas ideias e valores que difundiu, pelas ruturas que provocou com o mínimo de violência e o máximo de participação popular. As ruturas nas dimensões cultural e estética projetaram mundialmente a revolução portuguesa. Portugal e os portugueses inscreveram o 25 de Abril na História dos povos.

O 25 de Abril tornou-se um fator de identidade portuguesa, valorizou o ser português. Isso sentiu-se na forma vibrante como as comunidades de emigrantes na Europa e na América aderiram, e como reencontrámos o nosso caminho de ligação e encontro de diferentes povos e culturas. Ser português voltou a ser positivo e motivo de "orgulho".

Um processo de derrube da ditadura e construção da democracia como o 25 de Abril não foi prevista pelos teóricos das revoluções nem pelos movimentos e organizações da resistência ao fascismo. Porém, se lermos e estudarmos Bento de Jesus Caraça (BJC) e Gramsci entenderemos melhor o que se passou, como se passou e porque adquiriu o 25 de Abril a projeção mundial que efetivamente teve e continua a ter.

DEVIR HISTÓRICO

O 25 de Abril juntamente com as condições a seguir indicadas é uma solução da equação geral com que BJC formulou o devir histórico. Escreveu ele:**

"Creio que essa lei [... à qual se subordine todo o desenvolvimento que a história nos apresenta ao longo do extenso caminho percorrido] existe e que pode formular-se, pouco mais ou menos, nos seguintes termos: *no seio das sociedades humanas manifestam-se permanentemente dois princípios contrários — o individual e o coletivo — de cuja luta resultará um estado superior dessas mesmas sociedades, em que o primeiro princípio — o individual — chegado a um elevado grau de desenvolvimento, se absorverá no segundo.*

As condições aos limites são o movimento internacional de emancipação colonial iniciado após a Segunda Guerra Mundial, a crise do petróleo de 1972-73, a ditadura salazarista e o esforço de treze anos de guerra colonial em três teatros de operações.

A formulação de BJC tem dois pressupostos a estabelecê-la, o primeiro dos quais é:

O poder revolucionário duma ideia mede-se (...) pelo grau em que ela interpreta as aspirações gerais, dadas as circunstâncias do momento em que atua.

O segundo é a tese mais cara a BJC – a da necessidade de despertar a alma coletiva das massas (reivindicando, simultaneamente a cultura para a coletividade inteira), formulada em face das suas argutas constatações:

Mas, mesmo nesses períodos de tranquilidade [onde as sociedades parecem ter encontrado uma

posição de equilíbrio fecunda para o progresso espiritual e material], as forças íntimas que trabalham a estrutura social não estão em repouso. Não é difícil discernir as correntes que carreiam incessantemente os materiais para a nova fase de luta. A agitação do organismo social não é menos viva, simplesmente ela exerce-se em camadas mais fundas, interessando os alicerces e deixando provisoriamente de parte a epiderme. Por isso, em todas as épocas de transformação nas relações sociais se encontram sempre pessoas a quem os acontecimentos surpreendem e que até ao fim negam aquilo que é a própria evidência.

O Movimento dos Capitães, a que se juntaram o Movimento Democrático da Marinha, e camaradas da Força Aérea sob a designação de M.F.A. - Movimento das Forças Armadas, verifica a tese de BJC:

- Conjugou a acção militar de derrube da Ditadura com um programa político próprio que apelou à congregação das forças populares para a instauração da Democracia;
- Ultrapassou os aspetos corporativos e agiu no plano político em consonância com a sociedade civil;
- Conduziu um processo intrinsecamente democrático no seio de um sistema militar hierarquizado, ademais em ditadura e com uma guerra colonial às costas;
- Não podendo deixar de fazer um golpe militar, concebeu a sua estratégia e o seu Programa Político de forma a criar condições para a participação popular e assim superar, não só a própria ação militar, como combater o golpismo do General Spínola.

JOVENS MILITARES FIZERAM CONVERGIR DIFERENTES CONHECIMENTOS E CAPACIDADES

Os jovens militares fizeram convergir diferentes conhecimentos e capacidades: militares, organizacionais, políticas, científicas, culturais, artísticas e estéticas, que lhes permitiu iniciar um processo de grande originalidade de transformação da sociedade portuguesa.

O processo de amadurecimento e preparação da acção militar foi relativamente rápido: os jovens militares tem consciência do seu poder e da sua posição na estrutura militar e sociedade portuguesa; foi um pouco mais difícil e longo o processo de capacitação e formação em diferentes áreas do conhecimento, das ciências, das artes e da cultura que nos levou à elaboração do programa politico; a luta e dimensão cultural da resistência à ditadura foi particularmente importante, e muito significativo o papel e a influência dos escritores e dos artistas, quase tanto quanto a guerra colonial e as difíceis condições de vida do povo que obrigavam à emigração em massa.

LIÇÕES DA HISTÓRIA

No âmbito da Marinha, o processo de maturação cultural e política, que começou de forma organizada em 1970, passou pela leitura e estudo das lições da história, dos escritores do neo-realismo — com especial destaque para Alves Redol — pela leitura de vários livros da

Manuel Fernando Araújo, Lusa

Atrevemo-nos a avançar que é urgente repensar a Constituição e o funcionamento do Estado

colecção Biblioteca Cosmos, e de Bento de Jesus Caraça — naturalmente os *Conceitos Fundamentais da Matemática* — e de um curso de materialismo dialético, isto sem discriminação social ou de classes; este processo de forte natureza cultural abrangeu oficiais, sargentos, marinheiros e civis.

O aparecimento repentino do MFA à luz do dia ilustra e enriquece a análise de BJC: não se enquadrou em nenhuma das orientações ou previsões de teóricos das revoluções e das forças políticas à época; não se tratou nem de as Forças Armadas fazerem um golpe de Estado, nem de um levantamento popular; o MFA e o seu Programa foram uma surpresa completa, nacional e internacionalmente (e até para muitos dos seus intervenientes...). Os libertadores surgiram de um dos pilares do

regime ditatorial derrubado, não para exercerem o Poder, mas para devolverem ao povo a liberdade de escolha da forma como desejam viver.
Naturalmente que esse processo tem de ser creditado também à longa luta da Oposição contra a Ditadura, de que o III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro (1973) foi um marco muito importante.
Por seu lado, o Programa do Movimento das Forças Armadas satisfaz integralmente o primeiro pressuposto atrás enunciado, como se tornou irremediavelmente evidente logo uma semana depois, naquele 1º de Maio de 1974 e nos acontecimentos que se seguiram durante os 500 dias de Abril. Os militares do M.F.A. escreveram um programa político em perfeita sintonia com as aspirações do povo: paz, liberdade, melhores condições de vida e trabalho, enfim democracia. Este programa significava que o M.F.A. estava com o povo e o povo respondeu: "O povo está com o M.F.A." Esta dinâmica de grande originalidade deu início a um profundo processo de transformação da sociedade portuguesa.

PÓS 25 DE ABRIL

O pós 25 de Abril também verifica a formulação de BJC feita quatro décadas antes:
A vitória de uma ideia revolucionária significa, na época em que se dá, um acomodamento momentaneamente estável, mais perfeito que o anterior, entre as forças em presença; significa que se deu um novo passo no sentido de subtrair o coletivo à tirania do individual; sentem-no bem as massas que, nessas épocas de comoção dos fundamentos da sociedade, se lançam, numa explosão de entusiasmo, ao assalto do corpo decrépito e parasitário que sobre elas vive.
Mas a sua falta de preparação cultural, o não reconhecimento de si mesmas como um vasto organismo vivo e uno, torna-as incapazes de levar a sua obra mais além da destruição do passado; impossibilita-se de proceder à construção da ordem nova que a sua revolta preparou.
E então dá-se, no dia seguinte ao do triunfo, a sua abdicação, num grande gesto de renúncia - essa obra de reconstrução, é um novo grupo, uma nova classe, mas não a coletividade inteira, que a vai empreender sob a égide da bandeira que presidiu à vitória.
E o futuro...? como que perguntou há dias João Caraça*** para em seguida responder:
"Teremos de começar hoje mesmo a construir as novas instituições que farão a humanidade evoluir, aproveitando a profunda transformação no domínio da comunicação que estamos a viver."
Atrevemo-nos a avançar que é urgente repensar a Constituição e o funcionamento do Estado. O Estado republicano tem vindo a ser sistematicamente capturado pelos mercados em escalas crescentes. Da pandemia que vivemos emergem sintomas de grave desarticulação e de forte desregulação no seu seio, que são, aliás, objetivos declarados da finança internacional. Em grande medida, o Estado atual não está a dar resposta às necessidades e aos anseios das populações – não está garantidamente a dar no campo da cultura integral do individuo na justa definição de BJC.

MILITARES ESCREVERAM UM PROGRAMA POLÍTICO EM PERFEITA SINTONIA COM ASPIRAÇÕES DO POVO

Pedro Pina, Lusa

Um processo de derrube da ditadura e construção da democracia como o 25 de Abril não foi prevista pelos teóricos das revoluções nem pelos movimentos e organizações da resistência ao fascismo

Lisboa, no 25 de Abril de 2020

*Texto com que a Associação Bento de Jesus Caraça (ABJC) assinalou o 46.º aniversário do 25 de Abril. Os autores são dois "militares de Abril": Manuel B. Martins Guerreiro e Mário J.B. Simões Teles. Ambos simultaneamente membros da Associação 25 de Abril (A25A) e da AJBC, sendo que o primeiro é também o Director de O Referencial – revista da A25A. A Direcção da A25A recebeu da Direcção da AJBC uma carta com a proposta de publicação deste texto n' O Referencial, pela pertinência do tema e da reflexão, proposta que a A25A imediatamente acolheu.
**Bento de Jesus Caraça, A Cultura Integral do Indivíduo — Problema Central do Nosso Tempo; Conferência realizada na União Cultural Mocidade Livre, em 25 de Maio de 1933
*** João Caraça, Duas ou Três Coisas que Sei sobre a Crise Covid-19; 2020, Documento divulgado pela ABJC

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
APELOU À UNIDADE

Tiago Petinga, Lusa

"Deixar de evocar o 25 de Abril, no tempo em que ele, porventura, mais está a ser posto à prova nos últimos 46 anos, seria um absurdo cívico", disse o Presidente da República

No discurso comemorativo do 46.º aniversário do 25 de Abril, com o País em estado de emergência, e envolto em alguma polémica sobre se a Assembleia da República deveria, ou não, abrir as portas para as comemorações, o Presidente da República falou de unidade que não é nem unicidade nem unanimismo, mas unidade entre os portugueses. "O 25 de Abril é essencial e tinha de ser evocado", disse

DELIBEROU A ASSEMBLEIA da República manter, neste tempo de sacrifício de todos os portugueses, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril. E mantê-la aqui nesta casa nos termos em que a tem realizado, embora com um número muito reduzido de Deputados e convidados.

Fê-lo também tendo presente o nunca ter interrompido as sessões plenárias durante o estado de emergência, o constituir a presente fórmula a que mais facilmente daria voz à multiplicidade acrescida de formações partidárias e o preencher o número de presentes as condições, há dias definidas, pelas autoridades sanitárias.

Compreendem os portugueses que o Presidente da República respeite a competência própria da Assembleia da República sobre a evocação, o local, o formato e a composição dos participantes, tal como por princípio sempre respeitaram os seus antecessores quando a Assembleia se encontrava em funções, isto é, fora de períodos eleitorais.

Compreendem ainda os portugueses que o Presidente da República, símbolo da unidade nacional, em caso algum concebesse sequer um desencontro com a casa da democracia, que traduz a diversidade nessa unidade, num momento da vida do país que exige convergência perante desafios tão graves como os da vida e da saúde e ainda o da vida digna no emprego, nos salários, nos rendimentos, nas famílias, nas empresas.

Esta hora impõe-nos unidade, unidade que não é nem unicidade nem unanimismo, mas unidade entre os portugueses que o têm lembrado no seu dia-a-dia e unidade entre os responsáveis políticos, uma convergência que tem sido decisiva para Portugal.

O Presidente da República é, porém, obviamente sensível às dúvidas de alguns portugueses surgidas nas últimas semanas acerca da Sessão que hoje aqui nos reúne. Entende mesmo que é fundamental para continuarmos todos juntos – porque o caminho a fazer ainda é longo, difícil e imprevisível –, dizer o que pensa de cada uma dessas interrogações críticas.

Não é este um tempo excecional e em tempos excecionais não devem dispensar-se evocações costumeiras e para muitos ritualistas?

Não. É precisamente em tempos excecionais que se impõe evocar o que constitui mais do que um costume ou um ritual, o que é manifestamente essencial.

O 10 de Junho é essencial e vai ser evocado. O 1.º de Dezembro é essencial e vai ser evocado. O 5 de Outubro é essencial e vai ser evocado. O 25 de Abril é essencial e tinha de ser evocado.

Em tempos excecionais de dor, de sofrimento, de luto, de separação, de confinamento é que mais importa evocar a Pátria, a independência, a República, a liberdade e a democracia.

Mas sendo este um tempo em que vários de nós não vemos filhos ou netos, nem visitamos doentes ou lares há mais de um mês e só podemos, alguns de nós em grupo de risco, sair das nossas casas em termos muito mais limitados não é um tempo que rejeite o que nesta evocação traz consigo um espírito de festa de políticos?

Não. A presente evocação não é uma festa de

políticos alheia ao clima de privação vivido na sociedade portuguesa.
Evocar o 25 de Abril é falar deste tempo, não é ignorá-lo. É falar dos seus desafios presentes e futuros, do que fazemos e do que falta fazer, do que acertamos e do que erramos. É ainda ir às raízes buscar forças adicionais, encontrar mais razões para mobilizar, para enfrentar cansaços, desânimos e frustrações.
E os que aqui estamos vale a pena lembrá-lo, na diversidade de opiniões, não viemos de outro país, de outro mundo, de outra galáxia, fomos a livre escolha dos portugueses. E o que nos reúne hoje são os seus dramas, os seus anseios, as suas angústias pelas quais somos assumidamente responsáveis.
Mas mesmo aceitando que o espírito da Sessão é esse num tempo de confinamento de tantos portugueses, como foi na Páscoa e é agora no Ramadão, não estamos perante um mau exemplo em estado de emergência no plano dos princípios como no do acatamento das diretivas sanitárias?
Não. O estado de emergência implica um reforço extraordinário dos poderes do Governo. E porque vivemos em liberdade e democracia, e é com elas que queremos vencer estas crises, quanto maiores são os poderes do Governo, maiores devem ser os poderes da Assembleia da República para o controlar.
Por isso, a Assembleia da República nunca parou de funcionar e discutiu e votou o mais importante em sessões plenárias. Ao fazê-lo, trabalhou e trabalha para cumprir a sua missão nacional. E tem-no feito, e fá-lo hoje também,

COMPREENDEM OS PORTUGUESES QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESPEITE A COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

respeitando as diretivas sanitárias como obviamente se impõe.
Esta Sessão é o exemplo disso mesmo. Um bom e não um mau exemplo.
Aqui se ouviram vozes discordantes que falaram de Abril de 2020, de sucessos e também de fracassos passados e presentes, e de sonhos e temores futuros numa situação crítica da vida nacional.
O que seria verdadeiramente incompreensível e civicamente vergonhoso era haver todo um país a viver este tempo de sacrifício e de entrega, e a Assembleia da República demitir-se de exercer todos os seus poderes numa situação em que eles eram e são mais do que nunca imprescindíveis. E também nesta Sessão que sempre foi e será um momento crucial de controlo crítico e plural em liberdade e democracia. Porque são esses os valores de Abril.
Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, saudar de modo especial o Presidente António Ramalho Eanes aquele dos seus militares que foi o primeiro Presidente da República democraticamente eleito em Portugal. Símbolo, também ele, do espírito de unidade deste nosso encontro cívico.

Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, agradecer ao representante dos Capitães de Abril, aqui presente, o seu gesto insubmisso e dos seus pares.
Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, recordar a Constituição que dois de nós aqui presentes em bancadas muito diferentes votámos há algumas décadas.
Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, recordar neste primeiro ano em que já não estão todos eles aqui connosco os quatro principais fundadores partidários do constitucionalismo pós-Abril que sucessivamente nos deixaram: Francisco Sá Carneiro, Álvaro Cunhal, Mário Soares, e este ano Diogo Freitas do Amaral.
Evocar Abril é, nesta circunstância, combater a crise na saúde que ainda atravessamos e vamos atravessar, e a crise económica e social que, por causa dela, começamos a viver e viveremos durante anos.
Evocar Abril é chorar os mortos que hão de merecer no fim desta provação uma homenagem coletiva daqueles que não puderam prestar a sua homenagem pessoal.
Evocar Abril é testar os que há a testar. É isolar os que há a isolar. É internar os que há a internar. É ventilar os que há a ventilar, pacientes do vírus e de outras doenças. É proteger os que há a proteger, incluindo os que vivem em lares ou instituições similares. É conjugar aberturas amadurecidas com precauções bem explicadas e bem compreendidas que há a conjugar. É acorrer aos desempregados, aos que estão em risco de o ser, às famílias aflitas, às empresas estranguladas. É lembrar os compatriotas que

EVOCAR ABRIL É RETIRAR, A SEU TEMPO, AS LIÇÕES DO QUE FOI E É ESTA VIVÊNCIA ÚNICA

sofrem a pandemia por esse mundo fora. É exigir ainda mais uma Europa lúcida, solidária, empenhada e rápida a agir. É ultrapassar egoísmos, unilateralismos, visões fechadas do mundo e da vida que há a ultrapassar. É não imolar quem ficou para trás no altar do progresso, como lembrava o Papa Francisco, ou seja, não excluir ainda mais os mais excluídos.
Evocar Abril é testemunhar gratidão sem fim aos que salvaram, salvam e salvarão vidas e por isso deverão ser permanentemente acarinhados, agora e sempre, e os que ajudaram a salvar e a manter o básico na nossa sociedade: civis, Forças Armadas e Forças de Segurança.
Evocar Abril é reconhecer improvisos, imprepararações, atrasos, mas também competências, devoções, determinações, trabalho e mais trabalho, contenção e mais contenção que pareciam e parecem intermináveis.
Evocar Abril é retirar, a seu tempo, as lições do que foi e é esta vivência única. As fragilidades, as desigualdades, as clivagens no nosso tecido social, as debilidades, as carências, as descoordenações, a rigidez, a lentidão em demasiadas das nossas instituições. Mas também os exemplos de criatividade, de versatilidade digital, de

Manuel Almeida, Lusa

Presidente António Ramalho Eanes, o primeiro Presidente da República democraticamente eleito em Portugal, ao lado do cardeal patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente

excelência na pesquisa biomédica, de inspirado e inspirador desarincanço, de generoso voluntariado, de ilimitada solidariedade, de permanente maturidade cívica, de inimaginável resistência, de incondicional disponibilidade para abraçar causas nacionais determinantes.

Evocar Abril é viver tudo isto em liberdade e democracia. Com comunicação social insubstituível, como é sempre em democracia, sem censura e redes sociais sem controlos. Com estado de emergência preventivo e não repressivo, adotado sem um voto contra nesta casa. Com confinamentos assumidos e não arregimentados, combatendo o vírus e não o escondendo.

Se isto não é razão para percebermos a diferença entre liberdade que assume e repressão que apaga e entre democracia que revela e ditadura que silencia, então nunca perceberemos que a nossa determinação nos combates que estamos a travar, e vamos vencer, vem da nossa história de quase novecentos anos, mas também de termos criado e preservado um Portugal livre e democrático.

Perante os problemas que defrontamos e os que vamos defrontar em liberdade e democracia temos de continuar a resistir ao desgaste, à fadiga, à lassidão. Temos de manter a máxima convergência possível. Temos de não ceder ao simplismo de separar velhos e novos, metropolitanos, urbanos e rurais, Regiões Autónomas sem embargo da sua autonomia específica, Porto, Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa. E também não cair na tentação fácil de descriminar ideias, correntes de opinião ou pessoas, como se o 25 de Abril fosse só de uma parte de Portugal.

Nenhum de nós portugueses, a começar nos que mais podem e por isso mais devem ser responsabilizados, se estivesse nas suas mãos, teria querido viver estas crises. Nenhum. Mas agora que elas aí estão nas nossas vidas temos de as vencer.

Deixar de evocar o 25 de Abril, no tempo em que ele, porventura, mais está a ser posto à prova nos últimos 46 anos, seria um absurdo cívico. E o não fazer nesta casa da democracia com a presença de todos os principais poderes do Estado, e para além deles, seria um mau sinal, um péssimo sinal de falta de unidade no essencial e de compromisso de juntos, na nossa diferença, continuarmos uma missão que não está acabada. Como unidos e juntos têm estado os portugueses.

Seria ainda sobrepor o passageiro, o transitório, o efémero, ao duradouro, ao permanente, ao essencial, em vez de olhar longe e fundo como, nos momentos cruciais, os portugueses sempre fizeram. Fizemo-lo na improvável independência; na impossível expansão marítima; na inesgotável presença universal; na intemerata semente de liberdade que há duzentos anos foi lançada na Revolução do Porto; no inadiável gesto de Abril de 74.

EVOCAR ABRIL É TESTEMUNHAR GRATIDÃO SEM FIM AOS QUE SALVARAM, SALVAM E SALVARÃO VIDAS

Olhar longe e fundo. Eis por que razão o Presidente da República nunca hesitou um segundo sequer em aqui vir e aqui estar nesta evocação de Abril.

Não se troca um momento único para evocar o Abril de 74 falando dos sacrifícios de Abril de 2020, pela satisfação momentânea de pulsões passageiras, transitórias, efémeras, insistentes que pareçam ser. O efémero é efémero.

Se Abril tivesse atendido ao efémero, as nossas liberdade e democracia teriam tardado e muito e não seriam o que são.

Se Portugal tivesse, logo no início da sua história, atendido ao efémero, não teria sequer sido Portugal.

E agora, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Portugueses,

Vamos ao essencial. Vamos vencer as crises que temos de vencer.

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Capitães de Abril abriram as portas à Liberdade, à Paz, à Democracia, à Igualdade, à Justiça Social, à Solidariedade

Direitos Reservados

O escultor João Duarte, Amigo de Abril e da A25A, graciosamente, é o autor da medalha comemorativa do 46.º aniversário do 25 de Abril. Trata-se de uma peça que, além da estética própria, servirá para nos recordar o ano em que celebramos Abril em casa. Os sócios da A25A interessados em adquirir a peça poderão contactar por e-mail a tesouraria@a25abril.pt , ou pelo telefone 966 321 663. O custo é de 20 euros.

FOI HÁ 46 ANOS QUE PORTUGAL e o mundo acordaram para o 25 de Abril, madrugada libertadora, em que os Capitães de Abril, no seguimento de uma dura luta de muitos portugueses na longa noite escura, aproveitaram as consequências dessa luta e da cegueira dos ditadores em continuar uma guerra ilegítima e sem fim à vista, e derrubaram o fascismo e o colonialismo, abrindo as portas à Liberdade, à Paz, à Democracia, à Igualdade, à Justiça Social, à Solidariedade!

Em boa hora o fizeram, em boa hora o povo português os secundou e apoiou, numa luta pela cidadania plena, numa luta pela igualdade de direitos, numa luta pela criação de uma sociedade mais livre, mais democrática, mais justa e mais solidária.

O escultor João Bernardo é o autor do cartaz, e autocolante, com que este ano a A25A assinalou o 46.º aniversário da Revolução. Mais uma vez um Amigo de Abril e da A25A a colaborar graciosamente nas comemorações. Os sócios da A25A interessados na aquisição destes materiais poderão contactar por e-mail a tesouraria@a25abril.pt , ou pelo telefone 966 321 663.

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

25 DE ABRIL | 46.º ANIVERSÁRIO

Foram tempos de afirmação, tempos de sonhos até então impensáveis, tempos de perseguição de utopias, em busca da Felicidade, há tantos anos ausente da sociedade portuguesa!

Este ano evocamos o 25 de Abril envolvidos numa guerra viral, inesperada e global, onde a própria sobrevivência do ser humano é jogada.

Para a vencermos, torna-se indispensável deitar mão a um dos maiores valores do 25 de Abril, glorificado pelo Zeca Afonso na sua imortal Grândola, Vila Morena.

Falamos da Fraternidade, valor essencial para, em conjunto, conseguirmos fazer frente à situação e vencermos esta terrível e tenebrosa batalha!

Estamos convictos de que só com os valores de Abril conseguiremos alcançar a tão almejada e ansiada vitória!

Por isso, confiamos que Abril seja o futuro da Humanidade!

Confiamos que o ser humano compreenda que é forçoso terminar com as guerras, sejam de humanos contra humanos, sejam de humanos contra os demais seres vivos ou contra a própria Natureza!

Confiamos que a Paz seja mais possível na Humanidade!

Confiamos que as lições resultantes desta crise desmascarem a enorme mediocridade de algumas personagens que ascenderam ao poder, se transformaram em líderes dos seus povos e os estão a arrastar para o abismo!

Confiamos que esse desmascaramento mostre quão frágeis são os pedestais a que se alcandoraram, mostre quão efémeros podem ser os poderes que os sustentam!

Por tudo isso, não podemos descuidar-nos, teremos de estar alerta e prontos a, com a Coragem indispensável à conquista da Liberdade, actuarmos em conjunto, sobrepondo o colectivo ao individual, desmascarando a mentira e exigindo a Verdade!

Com essa determinação, com essa Coragem, que tem de começar por dominar o natural medo que situações como as que atravessamos produzem, evitando entrar em pânico, tornar-se-á mais fácil entender que os valores da Justiça, da Solidariedade e da Igualdade são essenciais para se alcançar a Paz!

Paz que, junto com a Liberdade, a Democracia e a defesa do Ambiente, mas também com a Verdade, nos permitirá construir uma sociedade melhor!

Uma sociedade que dê ao Homem a Felicidade almejada!

O sonho pode parecer muito alto. Talvez seja, mas é "o sonho que comanda a vida" e foi ele que nos levou a um 25 de Abril, nunca antes imaginado e realizado ... até acontecer!

Porque Abril é tudo isso, continua a ser tudo isso, o nosso objectivo, o nosso sonho terá de ser continuar Abril, consolidar Abril, realizar Abril!

É com essa determinação, que nos inspira e anima, que afirmamos

25 DE ABRIL, SEMPRE!
VIVA PORTUGAL!

Um grande abraço de Abril!
A Direcção da A25A

25 DIAS A COMEMORAR
ABRIL DAS LIBERDADES

Representar e falar da liberdade conseguida em Abril de 1974 no ano de 2020 foi o desafio lançado a 25 pessoas de várias áreas de actuação no mundo das artes e cultura entre os dias 5 e 30 de Abril

CATARINA GAMITO

O ESTADO DE EMERGENCIA INSTITUÍDO no país pela pandemia e consequente isolamento social obrigava a uma manifestação cultural e artística diferente do que até aqui se tinha feito por estar muito dependente das plataformas digitais disponíveis.
Por outro lado a ausência de liberdade para sair de casa, excepto para satisfazer necessidades essenciais, tornava algumas fragilidades visíveis.

O **25 a comemorar Abril** aconteceu no youtube, facebook, instagram e no site da associação Colectivo a Postos com publicações diárias para fazer cumprir Abril como uma manifestação de liberdade, um dos valores recebido pela revolução de 1974.

DIA 05

Quarenta e seis anos depois no "dia inicial inteiro e limpo" de Sophia, Abril é uma referência para os jovens que hoje debatem os problemas que os afectam e procuram soluções para eles, tendo como cimento o exercício da cidadania e a vontade de construir uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais saudável.

A abertura da iniciativa é feita por Jorge Bettencourt, militar de Abril que, dizendo não ser homem da cultura ou artista, testemunha a vivência tida nas idas às escolas e contacto com os jovens no projecto "Abril hoje" da A25A, contextualizando a acção planeada e realizada em 1974 pelos jovens militares do Movimento das Forças Armadas.

DIA 06

Com som de fundo de Elizeth Cardoso e Maria Bethânia a artista plástica Clo Bourgard apresenta um vídeo de 5 minutos de processo criativo solitário e livre na pintura de um rosto universal na parede do seu atelier, representando todas as vozes em "Quarentena".

DIA 07

"Mar mexido e livre" do artista plástico Pedro Oliveira transporta-nos para uma praia de mar revolto e convida a sentir a liberdade.

DIA 08

"Para se sentir livre é preciso olhar. Para se olhar tem de se estar livre de alguma forma. A liberdade de ir e voltar, de escrever e dizer e pensar é a mãe da invenção. Liberdade de poder olhar para algo relacionando-o com outro."
Maria Appleton apresenta "Liberdade" como inspiração para o processo criativo. Numa sequência de imagens a artista plástica leva-nos a viajar e a olhar as suas criações de peças têxteis.

DIA 09

Música e criação em "Processo" de Thiago Gomes, num vídeo de 4 minutos e meio, para descobrir no papel o "aka" visual do artista plástico sentado numa poltrona.

DIA 10

Direitos Reservados

Cláudia Carvalho Fonseca e António Gouveia, "Contabandistas de Estórias", oferecem uma sessão de contos de 30 minutos em directo num "Abril recluso e de pouca liberdade para se conseguir viajar com imaginação e liberdade através das estórias"

DIA 11

Limão BRG (16h - 17:30h), Remis Aouros (17:30 - 19h), Grosso DJ (19h - 20:30), Assali (20:30h - 22h) apresentam 5 horas de música em directo.

DIA 12

Inês Santos, cantora, oferece uma versão da "Canção de Embalar" de José Afonso a partir de casa.

DIA 13

Rui A. Pereira, artista plástico, apresenta o protótipo de uma escultura concebido para ADAFA Associação de Deficientes das Forças Armadas com o nome de "Memorial".
"Liberdade, a independência, a livre expressão dos povos, individualmente ou colectivamente, é intrínseco a esta peça. Em termos gerais pode-se afirmar que este memorial escultórico está aberto à nossa imaginação. É uma peça que corporiza uma identidade humana, que se junta, que se soma, são partes do corpo e de uma alma que se pretende Livre. São braços, são pernas, torsos, cabeças, uma asa, um voo de uma identidade emancipada. Somos todos juntos a pensar, a manifestar uma força sem amarras – um futuro sem mu-

tilações, sem opressões, sem violações de qualquer espécie – da alma e do corpo."

DIA 14

"*Make sound not war*" por Kraut Kontrol que de uma caixa de munição militar produz uma orquestra de sons desconhecidos.

DIA 15

5 minutos de vídeo apresentam-nos a "Dissipação do absoluto" de Catarina Oliveira e o GRUPO gF6.

"Aquilo que percepcionamos nos objectos é resultado da nossa constituição enquanto observadores, mais do que qualquer coisa que tenha de ver com os objectos propriamente ditos. A mente não cria o mundo, constitui antes a maneira como o mundo se manifesta."

DIA 16

Manuel Martins Guerreiro, militar de Abril, assinala alguns dos aspectos e singularidades do 25 de Abril relevantes e inspiradores para a luta por valores e princípios intemporais com o texto "Celebrar Abril em tempo de COVID".

"Para a tomada de consciência política sobre a sociedade e as suas formas de governo, organização participativa e democrática tiveram particular importância a dimensão cultural, a criatividade, a arte e as suas diferentes formas de expressão."

DIA 17

"Comemorar Abril em Abril em tempos de emergência" num vídeo de 2 minutos, que percorre as ruas vazias pelo olhar do fotógrafo António Rendeiro.

"Assim foi em 1974, assim é em 2020. Nestes dois momentos das nossas vidas somos convidados a trabalhar, para ultrapassar tempos difíceis e de grandes dificuldades. Se fomos capazes, também hoje seremos, com a mesma fibra, capazes de encontrar caminhos procurando novas soluções."

DIA 18

"Liberdade, para mim, é poder levantar da mesa serenamente quando o amor e o respeito já não são os pratos principais."

Heidy Bastos, artista plástica, apresenta uma sequência de 4 imagens intimistas sobre a liberdade de partir com "*I always has been discreet departing*".

DIA 19

A CERCICA capacita pessoas com deficiência intelectual, desde 1976, através de projectos de arte, nomeadamente pintura, dança e teatro, formação profissional e intervenção terapêutica, com o objectivo de potenciar as suas competências individuais. Neste sentido os artistas da Oficina de Arte e Criatividade realizaram um projecto criativo a partir da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Este projecto privilegiou uma perspectiva mais centrada nas experiências de cada artista e numa abordagem na primeira pessoa das diversas formas de discriminação que ainda persistem na nossa sociedade e surge na iniciativa com título "Obras dos Artistas da CERCICA" com a duração de cerca de 1 minuto e meio.

DIA 20

Rita Correia, ilustradora, apresenta "25 de Abril"

DIA 21

Pela mão de "a lápis, digo" constrói-se, sob um arco-íris, um prédio com janelas e cravos num vídeo de 30 segundos. Invoca-se o apelo da A25A para celebrar Abril à janela, às 15:00 de dia 25.

DIA 22

Ana Pêgo, bióloga marinha e leme do projecto Plasticus maritimus, oferece uma animação de 40 segundos construída com fragmentos de plástico encontrados na praia, dando-lhe o nome de "Liberdade é um mergulho no mar".

DIA 23

"Verso e Reverso" é o nome da peça que Sílvia Maria Perloiro, artista plástica, concebe como resposta ao desafio proposto. A mesma peça tem 2 lados susceptíveis de leituras diferentes sendo um consequente do outro.

DIA 24

Num desenho e colagem em madeira, Sheila Rocha figura "Heróis de nós mesmos".

A artista plástica diz-nos que "As obras representam a revolução com as armas do amor, união e respeito, virtudes inerente a todo ser humano. Quando há um despertar interno, quando conhecemos

e dominamos a nós mesmos, a conexão com o outro acontece com mais generosidade e sabedoria. Sem preconceitos, sem apegos. As peças expressam essa luta que começa "dentro", expande para "fora" e orienta a nossa jornada. Todos somos heróis, por vezes adormecidos."

DIA 25

Fernanda Viana do Papa-Papel Atelier fala-nos de "Liberdade", liberdade aos olhos de uma criança, a sua criança, das mudanças, de sonhos, da passagem do preto e branco ao cinzento e do cinzento ao colorido, inspirada por António Gedeão e a sua Pedra Filosofal.

DIA 26

"Cravo" de Eduardo Salavisa, desenhador do quotidiano.

transporta-nos numa viagem de cravos desenhados ao longo de alguns anos para celebrar Abril. A canção "Hoje é o primeiro dia do resto da tua vida" de Sérgio Godinho, sentida no dia 26 de 1974, acompanha a viagem finalizada num "25 de Abril, sempre".

DIA 27

NoomRa, artista performativa, interpreta "*Under the sunset*".

"Esta canção é para ti, que muitas vezes te sentes cansado e preso pela subordinação da estrutura do "mundo real", pelos relógios e pelo dinheiro e por tudo o que te impede de fazer o que amas.
Esta canção é para todos aqueles que... simplesmente precisam dela."

DIA 28

"Better turn it down" de Sebastian w. Kleff, artista conceptual, realiza um só vídeo musical a partir da filmagem de luz ultravioleta na natureza e criação de música adequada ao que filmou.

DIA 29

Teresa Ruivo, *urbansketcher*, dedica desenhos de imagens históricas "Aos rapazes dos tanques" ao som de "Povo que cais descalço" dos Dead Combo.

DIA 30

"Diferentes expressões para celebrar a liberdade de expressão" de Teresa Franco, artista plástica, apresenta um trabalho de animação feito a partir de vários rostos moldados a barro.

Porque a "música é um lugar de encontros, um espaço especial e único, onde se cruzam ideias e emoções por mecanismos indecifráveis"*, finalizou-se a iniciativa com Saxofone Solo n.º 2 do músico Paulo Chagas. ***https://paulochagas.weebly.com/**

O **25 a comemorar Abril** aconteceu devido à generosidade e entrega de todos. O contributo de muitos para um todo tem sido o alento e a razão da existência da nossa associação e o leme do projecto Edifício Arte Contínua.

O registo do **25 a comemorar Abril** pode ser apreciado seguindo a ligação:
https://www.artecontinua.pt/25acomemorarabril2020

Direitos Reservados

Foram utilizados sectores do Estabelecimento Prisional de Lisboa para acomodar os ex-elementos da PIDE/DGS

SISTEMA PRISIONAL MILITAR
APÓS O 25 DE ABRIL

Contributos para o estudo dos sistemas prisional e judiciário militares imediatamente a seguir ao 25 de Abril e, em particular, durante o período transitório para a democracia, no qual tive a honra e a felicidade de participar enquanto elemento convicto do MFA e membro do Conselho da Revolução (continuação do número anterior)

JOSÉ MANUEL COSTA NEVES

PARTE II

Não há caminhos para a Paz,
a Paz é o caminho.

Mahatma Gandhi

2.1 DO CREPÚSCULO DA DITADURA À AURORA DA LIBERDADE

O primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi lido no dia 25 de Abril de 1974, às 04h20 da madrugada, aos microfones da emissora Rádio Clube Português. No texto, o MFA solicitava a todos os habitantes da cidade de Lisboa [para] recolherem a suas casas, nas quais se [deveriam] conservar com a máxima calma. Desobedecendo ao apelo, a população saiu à rua num espontâneo e entusiástico movimento de apoio aos conjurados - que rapidamente cresceu e se transformou numa valiosa contribuição para a retumbante vitória das forças do MFA sobre as governamentais.

Após a rendição da PIDE/DGS, símbolo da repressão fascista em Portugal, os militares vitoriosos iniciaram uma vaga de detenções de agentes da organização que se encontravam refugiados nas respectivas sedes espalhadas um pouco por todo o País. Alguns fugiram, mas a maior parte entregou-se voluntariamente. Houve, porém, os que eram identificados pela população que os retinha para depois entregá-los à força militar que se encontrasse mais próxima. Na generalidade dos casos, sem violência física. Como se dizia na altura, irónica e depreciativamente, estava aberta a época da caça ao pide.

Na cidade do Porto, o aprisionamento dos elementos da polícia política mostrou-se mais complexo. É relevante lembrar, por exemplo, que Companhia de Comandos 4041 – coman-

dada pelo capitão Delgado da Fonseca com o objectivo de ocupar as instalações da sede da organização – chegada ao local, na manhã de 26 de Abril, deparou-se com o tenente-coronel Carlos Azeredo, com um outro militar não identificado, a atirar euforicamente por uma janela documentação da PIDE/DGS recolhida avidamente pela população concentrada no exterior.[1] Procedimento bem diferente do seguido pelas forças da Marinha que ocuparam a sede, em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, que desde logo se preocuparam, segundo nos informou o respectivo responsável, comandante Costa Correia, com a preservação do acervo existente, pese embora os boatos sobre o desaparecimento de "fichas" e "processos".

Já depois disso, os agentes detidos foram conduzidos em viaturas militares para o Quartel-General da Região Militar do Porto. Porém, o impensável aconteceu: poucas horas depois, os prisioneiros foram novamente embarcados em viaturas militares para serem libertados logo a seguir num pinhal, na berma da estrada, escassos quilómetros a norte da cidade. Escusado será dizer que muitos aproveitaram para escapar definitivamente às malhas da justiça, apesar de alguns terem pensado que seriam fuzilados ali mesmo.

Estes lamentáveis episódios ilustram bem a fraca convicção e, ao mesmo tempo, a forte ambiguidade política com que alguns militares do MFA encararam a questão da PIDE/DGS e dos respectivos agentes e informadores – tema já abordado na primeira parte deste trabalho.

POPULAÇÃO SAIU À RUA NUM ESPONTÂNEO E ENTUSIÁSTICO MOVIMENTO DE APOIO AOS CONJURADOS

Nas outras localidades do País, os agentes da polícia política optaram, na sua maioria, por entregar-se às forças militares, não tendo havido quaisquer outros incidentes que mereçam ser assinalados.

Relativamente às colónias, o princípio previamente debatido e negociado entre os militares do MFA, que participaram na elaboração do Programa do MFA, e os porta-vozes dos generais Spínola e Costa Gomes foi plasmado no texto final com a seguinte redacção: no Ultramar, a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem. Esta cláusula explica por si só a razão pela qual não foram feitas detenções de agentes nos territórios ultramarinos durante a fase inicial do período que se seguiu ao 25 de Abril. Apesar da excepção, alguns agentes, atentos ao que se estava a passar na metrópole e receando que lhes acontecesse o mesmo, resolveram aproveitar o interregno para fugir para o estrangeiro, designadamente para a Rodésia e para a República da África do Sul, tradicionais aliados do regime ditatorial e colonialista recentemente derrotado em Portugal. Foi já posteriormente que chegou a ordem de prisão para os elementos da polícia política que por lá ainda se encontravam.

Muitos desses fugitivos foram engrossar as hostes contra-revolucionárias que estavam a reorganizar-se para impedir o avanço das políticas progressistas do novo regime português, sobretudo no que se referia aos processos de descolonização que já estavam na agenda política das autoridades político-militares.

Em nosso entender, deixar os agentes da PIDE/DGS à solta teria sido um grave erro estratégico. Mais cedo ou mais tarde, eles iriam certamente engrossar as hostes dos que estavam decididos a minar os processos de democratização, descolonização e desenvolvimento previstos no Programa do Movimento das Forças Armadas (PMFA). Por isso, defendemos que os militares que assumiram a iniciativa de os prender, logo a seguir ao 25 de Abril, agiram correctamente, política e militarmente. No entanto, muito embora compreendendo os fortes condicionalismos resultantes da conjuntura que se vivia nas Forças Armadas, temos razões para acreditar que era possível conduzir melhor o processo de criminalização e subsequente julgamento dos elementos da polícia política, com maior rapidez e eficácia. Outros camaradas do MFA pensavam como nós.

Por exemplo, em princípios de Junho de 1974, um deles dirigiu uma carta à Junta de Salvação Nacional (JSN) onde, entre outros assuntos relativos ao poder político e ao ramo a que pertencia, exprimia claramente a sua preocupação relativamente a este assunto. Refiro-me ao comandante Costa Correia, o oficial da Marinha que liderou a força de fuzileiros que participou na ocupação da sede da PIDE/DGS, em Lisboa.

ALGUÉM OS ESCUTAVA E OS TRATAVA COMO CIDADÃOS DE PLENO DIREITO

Aliás, por não ter recebido da Junta qualquer resposta à sua carta, solicitou o regresso às funções que desempenhava antes do 25 de Abril.

Os Serviços Prisionais Militares à data do movimento militar não dispunham nem de capacidade, nem de condições técnicas e logísticas para encarcerar um tão elevado número de prisioneiros. Nestas circunstâncias, as autoridades político-militares consideraram que a solução mais rápida para responder à urgência requerida pela situação, seria recorrer às infra-estruturas e respectivo pessoal do Ministério da Justiça, isto, naturalmente, para além do Forte de Caxias e da Fortaleza de Peniche, que já se encontravam sob comando militar. Estes dois estabelecimentos prisionais, especialmente usados pela polícia política da ditadura para encarcerar os presos políticos do regime, começaram a receber os primeiros detidos da PIDE/DGS nos dias 26 e 27 de Abril de 1974, respectivamente, a maior parte deles já depois da libertação dos presos políticos.

Feito o necessário acordo, começaram também a ser utilizados sectores dos estabelecimentos prisionais de Monsanto e da Penitenciária de Lisboa para acomodar os detidos do foro militar, que não paravam de aumentar.

Esta solução apresentava vários inconvenientes que era preciso resolver rapidamente. O primeiro, residia no facto de os funcionários dessas prisões terem convivido, colaborado e obedecido aos que agora se encontravam à sua guarda, isto é, aos actuais detidos da ex-PIDE/DGS. Outro inconveniente tinha a ver com a natural dificuldade de adaptação dos guardas prisionais e das forças policiais e de segurança à nova situação política, militar e social que afectava notoriamente a motivação, a confiança e a determinação exigidas para o exercício cabal das suas responsabilidades funcionais. Além destes, vale a pena ainda referir os potenciais problemas resultantes do simples facto de esses funcionários, na sua generalidade, se encontrarem objectivamente do outro lado da barricada no dia 25 de Abril de 1974. Não obstante, consideramos que o recurso aos serviços prisionais do Ministério da Justiça e às forças policiais e de segurança, apesar de não ter sido a solução ideal, era a que permitia satisfazer as necessidades imediatas até que outras mais eficazes e com menores riscos fossem estudadas e postas em prática.

2.2 ENSAIOS ORGANIZATIVOS DOS MILITARES DO MFA

Desde muito cedo se percebeu que os militares em 25 de Abril ambicionavam muito mais do que um simples golpe de Estado. Desde que passou a música de intervenção política que acompanhou a leitura dos sucessivos comunicados do MFA aos microfones do RCP, passando pelo imediato e maciço apoio popular que legitimou a acção militar e, finalmente, pelo gesto marcadamente simbólico da deposição das fotografias dos ditadores António Oliveira Salazar, Marcello Caetano e Américo Thomaz, de uma parede do gabinete do ex-director da PIDE/DGS, determinada pelo comandante Luís Costa Correia após a sua entrada na sede, acto que teve a colaboração do próprio major Silva Pais, tudo apontava para que o MFA, em vez de uma simples dança de cadeiras, estivesse determinado a abalar a estrutura mestra do sistema que suportara, durante décadas a fio, a ditadura portuguesa.

A LIBERDADE TINHA CHEGADO PARA FICAR

Após o 25 de Abril, alguns militares afectos ao MFA, incitados pela vitória alcançada e pelo apoio popular maciço, começaram a organizar-se em grupos ad hoc, mais ou menos enquadrados pelas novas autoridades político-militares, com o objectivo de neutralizar eventuais ameaças ao novo regime e contribuir dessa forma para resolver os inúmeros problemas que surgiam a toda a hora, e quando menos se esperava.

Repentinamente, tudo em Portugal passou a ser urgente. O povo, finalmente livre e sem mordaças, desabafava, interrogava, reclamava e, sobretudo, exigia dos seus libertadores a felicidade e a justiça que tanto tardara a chegar. Mas, acima de tudo, as pessoas ultrapassavam velhos preconceitos e aproveitavam para fazer com os militares uma espécie de catarse emocional que os ajudava a libertar tensões há muito acumuladas e a revelar sem inibições legítimas aspirações até ali ocultadas. Finalmente, alguém os escutava e os tratava como cidadãos de pleno direito.

Direitos Reservados

Deposição da fotografia do ditador Salazar no gabinete de Silva Pais, na sede da PIDE/DGS, em Lisboa

A liberdade tinha chegado para ficar. Porém, dentro do próprio poder instalado, havia quem quisesse impedi-la de voar.

Como se sabe, quando se deu o 25 de Abril, as cadeias do regime estavam repletas de gente cujo único crime tinha sido protestar contra a ditadura, a guerra, a injustiça, a miséria, as condições de vida sub-humanas, etc., que negava ao povo os direitos, liberdades e garantias que lhe cabiam por direito inalienável. Ora, um dos objectivos imediatos do Programa do MFA era precisamente a reposição desses direitos e, consequentemente, dar a liberdade incondicional a todos esses homens e mulheres que ainda continuavam presos, apesar do sucesso do 25 de Abril.

Para surpresa de muitos militares do MFA, após a vitória do 25 de Abril, as horas foram passando sem a libertação desses cidadãos. Constava entre os militares do MFA que a demora se devia a uma exigência do novo Presidente da República, general Spínola, no sentido de se analisar os processos para identificar aqueles que poderiam estar associados a "crimes de sangue". Na prática, esta decisão escondia a vontade de manter na prisão muitos desses lutadores cívicos que, generosa e corajosamente, se sacrificaram para que os seus concidadãos pudessem usufruir de um país livre onde todos fossem tratados com justiça e equidade.

O mais espantoso é que os indivíduos indicados pelo Presidente da República para fazer a referida selecção pertenciam ao grupo dos que, enquanto agentes da extinta PIDE/DGS, os tinha perseguido, enclausurado e torturado e que, contra tudo o que seria expectável num país de Abril, continuavam impunemente a circular pelos corredores do poder com credenciais emitidas pelo próprio presidente e, mais grave ainda, com acesso à documentação da organização a que tinham pertencido com todos os graves riscos que isso representava para o futuro do País.

A notícia chegou à prisão de Caxias, tendo os detidos enviado de volta a única resposta que a sua dignidade lhes impunha: *Ou saímos todos ou nenhum!* [2]

Valeu a pronta e decidida reacção de uns quantos militares do MFA, familiares dos presos, e muitos populares para obrigar as autoridades militares a libertarem, incondicional e indiscriminadamente, a totalidade dos presos políticos. Primeiro, em Caxias, dia 26; depois, em Peniche, dia 27, abriram-se finalmente para a liberdade os pesados portões das cadeias onde se encontravam os presos políticos.

Quase em simultâneo, o 1.º tenente Ramiro Soares Rodrigues, um oficial de Marinha que estava destacado no EMGFA, aliás, instalado ainda na Cova da Moura, em Lisboa, indignado com a situação dos agentes da ex-PIDE/DGS que por ali circulavam, resolveu telefonar no dia 27 ao seu camarada de Marinha capitão-Tenente Abrantes Serra, comandante da prisão de Caxias, sugerindo-lhe que os prendesse logo que regressassem à prisão de Caxias. Este oficial concordou e fê-lo na primeira oportunidade, telefonando de seguida para o gabinete do CEMGFA a comunicar as detenções.

Por mera coincidência, quem atendeu o telefone foi o tenente-coronel Franco Charais, oficial da Comissão Coordenadora MFA do Exército e que tinha feito parte do posto de comando do MFA instalado no quartel da Pontinha. Prevendo que aquelas prisões iriam provocar a ira do presidente da JSN, propôs-se enviar um emissário a Caxias com uma solução que atenuaria uma eventual reacção intempestiva do general Spínola. No entanto, como já tinha sido autorizada pela Junta de Salvação Nacional a libertação dos presos políticos, a tal solução ficou sem efeito e os agentes da PIDE/DGS que a tinham motivado permaneceram detidos na prisão de Caxias.

Porém, é importante lembrar que o 1.º tenente Ramiro Soares Rodrigues ainda foi chamado ao gabinete do presidente, tendo sido recebido no dia 27 pelo tenente-coronel Dias de Lima, chefe do gabinete, que ameaçou puni-lo, usando palavras menos próprias, provocando a pronta reacção do oficial de Marinha tendo contestado que não aceitava aquele tipo de linguagem. No final do encontro, informou-o de que, afinal, o general lhe perdoara.

Este episódio é elucidativo do ambiente vivido nos dias seguintes ao 25 de Abril em que os militares do MFA eram "pau para toda a obra". O próprio CEMGFA, general Costa Gomes, recorria a esses homens generosos e sempre disponíveis para o ajudar a responder à avalanche de problemas urgentes que era constantemente chamado a resolver. Na maioria dos casos, não havia tempo nem serenidade, nem formação adequada para reflectir, organizar e formalizar a criação dos grupos informais que iam sendo constituídos para responder às situações. Havia apenas vontade firme de servir a causa do 25 de Abril.

Foi o que se passou com a Comissão de Coordenação Operacional (CCO) organizada na dependência do CEMGFA e sob a orientação do tenente-coronel Franco Charais, constituída por militares dos três ramos: Exército, Marinha e Força Aérea. O major Menino Vargas chefiava o grupo, que incluía oficiais como o 1.º tenente Ramiro Soares Rodrigues, o capitão engenheiro Santos Coelho ou o capitão piloto-aviador Oliveira Simões.

Há quem ainda hoje se interrogue sobre as razões que conduziram a Marinha a assumir sozinha, a partir do dia 27, a responsabilidade por todos os assuntos relacionados com o desmantelamento das organizações fascistas, em especial da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa, em que, na fase inicial do processo, os responsáveis pelas matérias relacionadas com a segurança e tratamento da documentação existente na sede foram os comandantes Geraldes Freire e Costa Correia, enquanto o capitão-tenente Abrantes Serra assegurava o comando do Forte Militar de Caxias. Para os apoiar, contaram com diversos oficiais superiores e subalternos, bem como uma de força de fuzileiros. Tudo indica que a resposta aponte para o facto de a Junta de Salvação Nacional, por ocasião da distribuição de pelouros entre os seus membros, tenha decidido atribuir superiormente ao almirante Rosa Coutinho essa responsabilidade, depois de obtida a indispensável concordância do Chefe de Estado-Maior da Armada, almirante Pinheiro de Azevedo, também ele membro da junta.[3]

RELATÓRIO NÃO MENCIONOU QUE A PRESENÇA DE MULHERES NO FORTE DE CAXIAS ERA EPISÓDICA

Relativamente à retirada do pelotão de reconhecimento do Exército que se encontrava na rua António Maria Cardoso, a explicação mais plausível resume-se em poucas palavras. Segundo o capitão Alberto Ferreira, na tarde do dia 26 de Abril, o major Campos Andrada informou-o de que tinha estado em contacto telefónico

com o posto de comando da Pontinha, tendo-lhe sido comunicada uma decisão superior que mandava a Marinha permanecer sozinha na sede da polícia política, devendo o pelotão de reconhecimento do Regimento de Cavalaria n.º 3, de Estremoz, retirar-se dessas instalações e deslocar-se para Cavalaria 7. O capitão Alberto Ferreira obedeceu, partindo pelas 18h00 desse mesmo dia para a referida unidade.

Já depois disso, o capitão Andrade de Moura, que comandava os dois pelotões do Regimento de Cavalaria n.º 3 de Estremoz afecto ao MFA, que se tinham deslocado no dia 25 de Abril para Lisboa, informou pessoalmente o capitão Alberto Ferreira que estivera em contacto telefónico com o Posto de Comando do MFA na Pontinha, tendo-lhe sido dada ordem para regressar a Estremoz a fim de escoltar o novo Comandante da Região (Sul) Exm.º coronel de Cavalaria Fontes Pereira de Melo até Évora, onde permaneceria. Assim fizeram, partindo ambos com os dois pelotões na madrugada do dia seguinte.[4, 5]

Para completar este assunto, apenas acrescentar que a Comissão de Coordenação Operacional, por intermédio do seu chefe, major Menino Vargas, colaborou activamente com o capitão-tenente Costa Correia nos trabalhos relacionados com a gestão da documentação da PIDE/DGS atrás referida, tendo mais tarde assumido sozinho essa responsabilidade, depois de aquele oficial ter regressado às funções que desempenhava na Marinha.

Assim, podemos concluir, sem grande margem de erro, que estes três oficiais estiveram

CADEIAS DO REGIME ESTAVAM REPLETAS DE GENTE CUJO ÚNICO CRIME TINHA SIDO CONTESTAR A DITADURA

na génese do que veio a ser mais tarde o Serviço Coordenador da Extinção da PIDE/DGS e da LP (SCEDGSLP), de que falaremos a seguir. Os militares que posteriormente herdaram estas responsabilidades, continuando a constatar que as estruturas organizativas e os recursos de que dispunham eram francamente insuficientes para capazmente responder às exigências legais dos respectivos cargos, comprometendo, em consequência, a imagem de competência, rigor e juridicidade que os portugueses tinham dos militares de Abril, resolveram apresentar, por escrito, em princípios de Junho de 1974, as suas preocupações à Comissão Coordenadora do Programa do MFA (CCPMFA).[6]

Sem demora, elaboraram uma proposta para a constituição de um Serviço Coordenador da Extinção da PIDE/DGS e da LP (SCEDGSLP) na dependência da Junta de Salvação Nacional, devidamente formalizado, estruturado e dotado dos meios necessários para preparar os processos para julgamento dos respectivos membros, inventariação de armas e de outro material apreendido na sequência do 25 de Abril e, finalmente, para a gestão dos estabelecimentos prisionais.

Por sua vez, a CCPMFA, também preocupada com a complexidade e o agravamento da situação, submeteu-a à consideração do general Costa Gomes, vice-presidente da JSN e, ao mesmo tempo, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), que reconheceu a necessidade urgente de *definir os critérios de actuação e dar início a uma actividade organizada*, emitindo em 7 de Junho de 1974 um despacho que determinava a criação do serviço proposto, com a nomeação do almirante Rosa Coutinho, também membro da JSN, para a respectiva presidência. O despacho regulamentador do serviço foi assinado pelo CEMGFA em 28 de Junho seguinte.

Curiosamente, o general Costa Gomes teve o cuidado de frisar no texto do primeiro despacho que *nenhuma ordem de detenção futuramente [poderia] ser executada [...] sem ser dado prévio conhecimento à JSN*. Esta última frase foi entendida na altura como uma crítica indirecta à forma espontânea, voluntariosa e sumária, numa palavra, revolucionária, que tinha sido usada até à data pelos militares do MFA para proceder a certas prisões sem a prévia autorização da junta e, sobretudo, do general Spínola. Certo é que, independentemente da interpretação que possa ser feita desta frase, o novo serviço foi devidamente oficializado e posto a funcionar.

O SCEDGSLP tinha quatro vertentes distintas, ainda que inter-relacionadas e com influências mútuas: uma dedicada à instrução dos processos dos indivíduos que tivessem pertencido à DGS e suas predecessoras, Legião Portuguesa e outras organizações com elas relacionadas; outra dedicada à gestão do sistema prisional militar criado já depois do 25 de Abril; uma terceira encarregada

HAVIA APENAS VONTADE FIRME DE SERVIR A CAUSA DO 25 DE ABRIL

da guarda, inventariação, análise e tratamento de toda a documentação apreendida às organizações políticas e policiais do fascismo; e uma última encarregada do arrolamento das armas e outro material apreendido durante a ocupação dessas instalações e posterior entrega aos organismos competentes das Forças Armadas.

É apenas à vertente prisional que dedicaremos a nossa atenção no âmbito do presente trabalho.

Após a criação do SCEDGSLP, as ordens de prisão e a ligação aos comandos e directores dos estabelecimentos prisionais com detidos sob a jurisdição militar passaram a ser da exclusiva responsabilidade da respectiva Secção de Justiça, cuja chefia foi atribuída ao comandante Conceição e Silva,[7] jurista da Marinha, ficando assim estabelecida a seguinte hierarquia funcional relativamente às questões prisionais: Junta de Salvação Nacional (colectivo), EMGFA (general Costa Gomes), SCEDGSLP (almirante Rosa Coutinho), Secção de Justiça (comandante Conceição Silva) e, finalmente, os comandantes dos estabelecimentos prisionais militares.

Como se compreende, a variação das necessidades aconselhavam, por vezes, a introdução de adaptações ao sistema. Por exemplo, o aumento substancial e rápido da população prisional a seguir ao 25 de Abril implicou a cedência de áreas na Penitenciária de Lisboa e em

Direitos Reservados

Houve que recorrer ao estabelecimento prisional de Monsanto para acomodar os detidos do foro militar que não paravam de aumentar

Monsanto pelo Ministério de Justiça e a criação da figura de delegado do MFA, cuja função principal consistia em apoiar os directores das prisões civis nos assuntos que diziam respeito aos detidos do foro militar, designadamente na resolução de questões relacionadas com a segurança dessas cadeias.

Em finais de Junho de 1974, deu-se a partida do almirante Rosa Coutinho para Angola,[8] passando o cargo de presidente do SCEDGSLP a ser desempenhado interinamente pelo comandante Conceição Silva até ao dia 9 de Julho seguinte, data em que o general Galvão de Melo foi convidado pela JSN a preencher a vacatura.

Menos de um mês depois deu-se a primeira grande crise prisional militar do período pós 25 de Abril, que passaremos a relatar no ponto seguinte.

2.3 MOTIM NA PENITENCIÁRIA DE LISBOA

No dia 11 de Agosto de 1974, domingo, pelas 18h15, os elementos da PIDE/DGS presos na Penitenciária de Lisboa, certamente encorajados pela excessiva tolerância com que estavam a ser tratados pelas autoridades militares, neutralizaram um guarda prisional[9] e forçaram-no a entregar as chaves do interior da prisão. Depois de o libertarem, barricaram-se na zona central do edifício concebido em estrela, a partir da qual assumiram o controlo de alguns pontos nevrálgicos do edifício, como os acessos ao telhado e a algumas janelas de onde podiam comunicar com o exterior da prisão.

O pretexto invocado pelos insurrectos foi a morte de um dos colegas na cela, que afirmavam ter sido assassinado. Esta acusação foi desmentida pelo resultado da autópsia, revelando que a morte súbita se deveu a doença cardíaca crónica, aliás, há muito diagnosticada e em tratamento.

O delegado do MFA na Penitenciária de Lisboa, na altura o 2.º tenente Rosa, apercebeu-se rapidamente da gravidade da situação e que os meios internos disponíveis para enfrentar o motim eram insuficientes. Pondo de parte o uso da força sem ordens superiores, entrou em contacto com o comandante Conceição Silva, director do SCEDGSLP, de quem dependia funcionalmente, para fazer o ponto de situação e pedir orientações. De facto, lidar com um motim de 577 elementos da PIDE/DGS, homens determinados, experientes e bem treinados, não se afigurava fácil. Pelo seu lado, o comandante Conceição Silva, consciente de que o motim, para além de escandaloso, poderia transformar-se num grave problema político, procurou contactar com urgência o general Galvão de Melo.

Um tão grande motim numa prisão numa zona central da cidade foi imediata e repetidamente noticiado pelos órgãos de comunicação social, transformando-se rapidamente no mais importante acontecimento do dia. A população de Lisboa não tardou a concentrar-se no local, ruidosa e indignada, para reclamar a punição exemplar dos amotinados. Pouco a pouco, a situação foi-se agravando e atingiu o ápice no momento em que constou que os pides tinham amortalhado o cadáver numa bandeira nacional. A exaltação dos manifestantes acabou por provocar uma violenta e desproporcionada reacção policial da força chamada ao local para assegurar a ordem no interior e no exterior da prisão, reacendendo memórias de pretéritas cargas da PSP e da Guarda Nacional Republicana (GNR) no tempo da ditadura. Contrastando com o que se passava na rua, o motim prosseguia no interior da cadeia perante a passividade de uma força de fuzileiros que tinha comparecido no local às ordens do Comando Operacional do Continente (COPCON).

AUMENTO SUBSTANCIAL E RÁPIDO DE RECLUSOS A SEGUIR AO 25 DE ABRIL

É curioso notar que este órgão tinha sido criado recentemente[10] na dependência directa do CEMGFA, coadjuvado por um oficial do Exército que foi, até à data da sua extinção, em Novembro de 1975, o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. O COPCON, entre outras finalidades, tinha por missão *intervir directamente na manutenção e restabelecimento da ordem e da paz e tranquilidade públicas* em situações em a intervenção da PSP ou da GNR pudesse revelar-se problemática. O motim da penitenciária era, sem dúvida, um bom exemplo de uma situação desse tipo. Porém, os militares presentes no local ainda não estavam técnica e operacionalmente preparados para evitar os excessos das forças policiais e militarizadas, nem para intervir em insubordinações deste tipo. Isto pode explicar de alguma forma a inacção da força de

fuzileiros relativamente ao que se passava dentro e fora da Penitenciária de Lisboa.
Indiferentes à indignação da multidão exaltada que aguardava na rua o desfecho dos acontecimentos, os amotinados procuravam por todos os meios de que dispunham fazer chegar aos representantes da comunicação social presentes e à população em geral as suas queixas contra o que afirmavam ser a injusta situação em que se encontravam. Cá fora, o povo ouvia-os reclamar a aplicação dos direitos humanos que nunca antes tinham respeitado, afirmar a sua adesão aos ideais do 25 de Abril que sempre tinham reprimido e a dar vivas ao Programa do MFA que se preparavam para perseguir na fase final da conspiração. Ao mesmo tempo, gritavam para o exterior, repetida e provocatoriamente, as suas exigências para pôr fim ao motim: interrupção do aprisionamento sem culpa formada em que se encontravam, maior celeridade dos processos que lhes diziam respeito, a atribuição de meios de subsistência para as suas famílias e, por último, um encontro com o general Galvão de Melo, que diziam ser o único interlocutor em quem confiavam para negociar.
Isto é, aqueles homens exigiam para eles e para os seus tudo aquilo que sempre haviam negado às vítimas das suas perseguições e ódios pessoais, ideológicos e políticos!
Nós desempenhávamos nessa altura, em representação do MFA, as funções de chefe de gabinete do general Galvão de Melo, que naqueles dias se encontrava no sul do país. Por isso, antes de o contactar, resolvemos recolher

PRETEXTO INVOCADO PELOS INSURRECTOS FOI A MORTE DE UM DOS COLEGAS NA CELA

in loco informação sobre o que estava a acontecer na prisão. Deslocámo-nos à Penitenciária de Lisboa em duas ocasiões: a primeira, no final do dia 11, quando recolhemos informação sobre a situação e confirmámos a intrigante história da bandeira nacional na posse dos detidos; a outra, no dia seguinte, acompanhado pelo alferes Francisco Seixas da Costa,[11] que desempenhava na altura as funções de assessor do general Galvão de Melo. O nosso objectivo principal era demover os amotinados dos seus propósitos e comunicar-lhes de viva voz que o general só aceitaria dialogar com eles depois de o motim terminar. Escusado será dizer que não fomos bem-sucedidos.
Depois desta diligência, procurámos contactar telefonicamente com o general para lhe relatar as nossas diligências e transmitir as impressões recolhidas durante as visitas à prisão. Foi com manifesta surpresa que o ouvimos dizer que tinha acedido ao *pedido de alguns oficiais, um dos quais se deslocou a sua casa, de madrugada* – de 12 para 13 – [12] para que interviesse directamente na resolução do conflito.
Sabendo que o general Galvão de Melo era incapaz de voltar a cara a um desafio, mesmo que isso pudesse implicar prejuízo para a sua imagem pública, a decisão de conceder uma entrevista aos representantes dos amotinados desagradou-nos, mas não nos surpreendeu.
Como lhe competia, o comandante Conceição Silva preparou o encontro do general com uma delegação de detidos da PIDE/DGS, que se realizou no comando da 1.ª Região Aérea, em Monsanto, por volta das 11h00 do dia 13 de Agosto de 1974. Pouco depois, ouvi-o na rádio informar que o general Galvão de Melo tinha telefonado para lhe dizer que o motim estava terminado e que as forças militares e policiais presentes iam retirar-se do local.
Esperámos com alguma impaciência o regresso do general ao seu gabinete, na Cova da Moura, para saber pormenores do que se tinha passado na reunião de Monsanto. Logo ao chegar, mandou-nos chamar e, perante as dúvidas que lhe colocámos, informou-nos que, apesar de saber que o motim era um problema do domínio prisional e das forças de segurança com o qual nada tinha a ver directamente, temeu que a situação se agravasse e se transformasse num problema político sério e a todos os títulos indesejável e, para evitá-lo, decidiu receber os representantes dos amotinados. Porém, só o tinha feito depois de ter obtido o compromisso de que o motim terminaria no preciso momento em que regressassem à Penitenciária de Lisboa. No entanto, teve o cuidado de sublinhar que a única promessa que lhes fez foi empenhar-se, como era seu dever, na dinamização do processo de desmantelamento da organização a que eles tinham pertencido, mas sempre dentro dos limites das suas novas competências e em estrita obediência a critérios de justiça, isenção, rapidez e eficácia.

O POVO OUVIA-OS RECLAMAR A APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS QUE NUNCA ANTES TINHAM RESPEITADO

Rematou a conversa, afirmando: *eu intervim no apaziguamento da situação porque outros, antes de mim, não foram capazes de o conseguir*.[13] Este episódio estigmatizou politicamente o general Galvão de Melo, que desde então passou a ser injustamente acusado de simpatizar com a causa dos pides e legionários.
É nosso dever aproveitar esta oportunidade para discordar (mais uma vez) desta acusação elaborada por desconhecimento ou por razões estritamente político-ideológicas. Consideramos justo repetir nesta ocasião que o general Galvão de Melo, apesar de política e ideologicamente conservador, defendeu sempre os ideais republicanos e democráticos. Só que, ao mesmo tempo, cultivava em público, e muitas vezes desnecessariamente, virtudes e valores que politicamente acabavam por se voltar contra ele. Foi esta sua maneira de estar na vida, de que nunca abdicou, que o levou a entrar em choque com o ditador Salazar e a abandonar, por vontade própria, uma promissora carreira militar já quando estava muito perto de atingir

o generalato.[14] Ou, ainda, quando em plena revolução afirmou publicamente:

Sou anticomunista na medida em que sou contra qualquer regime totalitário. [...] [No entanto], o homem que possui um Ideal e por ele luta sacrificando-lhe fazenda e vida, ainda que esse ideal esteja errado, merece o nosso respeito. Para lutar, antes me quero ao lado de um comunista convicto, do que rodeado de cem democratas nascidos tarde [...].[15]

Quanto à questão da PIDE/DGS, o seu pensamento foi sempre muito claro. Mas deixamos essa avaliação ao critério do leitor, transcrevendo umas curtas passagens de uma entrevista que, já depois de ter se ter demitido da Junta de Salvação Nacional, foi publicada pela *Portugal Editora*, em 1975, sob o título *MFA, Movimento Revolucionário:*

Encarei o desmantelamento da DGS e LP como um acto necessário e perfeitamente coerente com a revolução. Sem mesmo analisar estes dois organismos, [...] bastaria saber que eles constituíram pilares do regime ora derrubado para que a sua neutralização fosse automaticamente decidida e executada. Não o fazer teria sido desprezar a mais elementar, e, ao mesmo tempo, a mais perigosa regra de segurança. Não o fazer teria sido condenar o MFA a fracasso certo em alguns meses [...].

No entanto, isto que afirmo acerca da DGS e LP como órgãos policiais e políticos em nada altera as posições que, mais de uma vez, assumi em relação a aspectos humanos e de justiça, inerentes à prisão maciça de indivíduos que, muito provavelmente, não [deviam] ser tratados por igual. [...]. Além de tudo, a Justiça, para ser verdadeiramente justa, tem de ser rápida. Tem de aplicar-se apenas consoante a culpa e só o culpado deve ser castigado. Não era o que se passava.

Pelo meu lado, apenas acrescentarei que o general Galvão de Melo sempre receou que a lentidão processual e a falta de uma estratégia firme e transparente do poder político-militar para resolver rapidamente a questão da PIDE/DGS e LP pudesse ser legitimamente interpretada como uma intencional ausência de vontade política para punir exemplarmente os mentores e os autores dos ominosos crimes perpetrados por aquelas organizações. Ambos acreditávamos que, se nada fosse feito rapidamente para corrigir o rumo dos acontecimentos, os carrascos de antigamente acabariam por se transformar em vítimas do tempo presente aos olhos de muitos cidadãos democratas, acabando por escapar dessa forma à aplicação de penas proporcionais à gravidade dos crimes que tinham cometido.

Acrescentamos, por último, que o breve mandato exercido pelo general como presidente do SCEDGSLP ficou também assinalado pela primeira e única reunião que fez com o major João Menino Vargas e o grupo de militares responsáveis pelos arquivos da PIDE/DGS, LP e outros que se encontravam depositados no reduto sul do Forte de Caxias. Nessa reunião debateram as dificuldades com que se confrontavam para prosseguir a análise da documentação com maior eficácia e celeridade, tendo ficado decidido como solução imediata começar por convidar todos os partidos políticos nacionais para participarem, de forma previamente planeada, organizada e controlada, nos trabalhos do grupo. Com excepção do Centro Democrático Social (CDS), curiosamente o partido do qual o general Galvão de Melo foi mais tarde deputado independente, todos responderam afirmativamente.

Segundo a opinião do major Menino Vargas, as orientações do general Galvão de Melo resultaram e permitiram acabar de vez com a intromissão frequente de indivíduos, militares e civis, nos referidos arquivos, que surgiam frequentemente no reduto norte de Caxias munidos de credenciais emitidas superiormente, a maior parte das vezes sem critério nem fundamento aceitáveis.

Esta primeira crise do sistema prisional militar foi o primeiro aviso sério de que as forças contra-revolucionárias estavam atentas, activas e prontas a obstaculizar e reverter a já de si complexa e difícil tarefa de construção do Estado de direito democrático prometido em 25 de Abril de 1974. Além disso, veio demonstrar também que era urgente que as autoridades político-militares introduzissem novas alterações no sistema de justiça militar que ainda se encontrava em vigor.

Desconhecemos se alguma vez foi feito um inquérito ao motim da Penitenciária de Lisboa para apurar responsabilidades e punir os seus mentores e autores. Se realmente existiu, o SCEDGSLP, tanto quanto sabemos, nunca o divulgou. Caso contrário, teríamos provavelmente evitado, poucos meses mais tarde, uma nova e ainda mais grave crise prisional, desta vez materializada numa espectacular fuga maciça de detidos da ex-PIDE/DGS da Penitenciária de Alcoentre.

Dela falaremos na altura própria.

EXIGIAM PARA ELES E PARA OS SEUS TUDO AQUILO QUE SEMPRE HAVIAM NEGADO ÀS SUAS VÍTIMAS

2.4 REFORMAS NO SISTEMA PRISIONAL MILITAR

É importante começar este capítulo por esclarecer que, à data do 25 de Abril, as Forças Armadas dispunham de um sistema prisional constituído por uma rede de estabelecimentos prisionais da responsabilidade directa do Chefe de Estado-Maior do Exército para acolhimento dos presos dos três ramos das Forças Armadas condenados em Tribunal Militar. As penas previstas no Código de Justiça Militar em vigor, além da pena de morte em tempo de guerra, eram as seguintes: Prisão Maior Celular, Reclusão, Presídio Militar, Deportação Militar, Prisão Militar e incorporação em depósito disciplinar. O sistema era conhecido pela designação genérica de "Serviços Prisionais Militares". No caso dos reclusos em prisão preventiva, a Marinha e a Força Aérea também podiam usar instalações prisionais próprias, cuja gestão era da exclusiva responsabilidade dos respectivos Chefes de Estado-Maior.

Direitos Reservados

Vista aérea do Estabelecimento Prisional de Alcoentre

Pelas razões atrás descritas, depois do 25 de Abril foi criado na dependência directa da Junta de Salvação Nacional, através do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, uma outra organização, independente da primeira, que manteve a mesma designação. Por isso, para distinguir claramente um da outra, optámos por designar esta última por Sistema Prisional Militar, mas só até ao momento em que foi devidamente institucionalizada e, simultaneamente, extinta a sua homóloga. Feita esta observação, passemos adiante.

O mês de Setembro de 1974 foi fértil em movimentações das diferentes tendências políticas do MFA para se posicionarem o melhor possível no despique pelo aumento de influência nos órgãos do poder político-militar. A facção mais impaciente e activa era a dos spinolistas, liderada pelo próprio Presidente da República, que não tardou em promover, com o apoio da população politicamente mais conservadora e defensora da posse dos domínios coloniais, um movimento popular de apoio ao seu mentor que designou por "Maioria Silenciosa". As tendências progressistas do MFA reagiram prontamente e, no dia 28 de Setembro de 1974, neutralizaram esta primeira manifestação pública organizada com objectivo de travar a influência e o protagonismo crescentes do MFA e dos seus órgãos representativos, a Comissão Coordenadora do Programa e a Assembleia do MFA, na sociedade portuguesa. Como referimos na primeira parte deste trabalho, o general Spínola e seus prosélitos sofreram um desaire com consequências políticas e militares de grande relevância, as mais importantes das quais foram a sua renúncia ao cargo de Presidente da República, a recomposição da Junta de Salvação Nacional e a execução de uma série de detenções sob a acusação da prática de crimes económicos e conspiração contra a ordem estabelecida.

Estas detenções vieram aumentar a grande pressão a que já estava submetido o Sistema Prisional Militar e evidenciar a necessidade de corrigir com urgência as fragilidades demonstradas por ocasião do motim da Penitenciária de Lisboa. Além disso, em consequência do 28 de Setembro, o general Galvão de Melo foi demitido pelo MFA de membro da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado, deixando vago o cargo de presidente do SCEDGSLP, que foi outra vez ocupado interinamente pelo comandante Conceição e Silva.

Um pouco mais tarde, no início do mês de Dezembro, este oficial foi substituído pelo coronel Pestana, que nomeou o capitão-tenente fuzileiro João E. C. Xavier para as funções de director do Sistema Prisional Militar. Nessa altura, o total de presos sujeitos ao foro militar já ultrapassava o milhar, distribuídos pelos seguintes estabelecimentos prisionais: Monsanto, Penitenciária de Lisboa e Hospital Prisional São João de Deus (Caxias), dirigidos pelo Ministério da Justiça, e, ainda, pelo reduto norte do Forte de Caxias e pelo Forte de Peniche, ambos sob comando militar desde o 25 de Abril. Havia ainda um número residual de reclusos noutros estabelecimentos prisionais militares e civis espalhados pelo País.

Em meados de Janeiro de 1975, o almirante Rosa Coutinho regressou de Angola (16) para a posição de membro da JSN que lhe atribuiu por intermédio do general Costa Gomes (CEMGFA) a função de director-geral da recém-criada Direcção-Geral de Reclassificação e Saneamento (DGRS),[17] órgão do qual passou a depender o Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP (SCEDGSLP).

Após ter sido informado das dificuldades que as prisões com detidos do foro militar estavam a atravessar, decidiu concentrar numa única prisão os reclusos da PIDE/DGS que se encontravam distribuídos por várias cadeias do País, ajustando com o Ministério da Justiça a cedência temporária do recém-construído estabelecimento prisional de Alcoentre em troca da devolução dos espaços ocupados nas penitenciárias de Lisboa e Monsanto. No entanto, por não dispor de pessoal militar qualificado e treinado para garantir a segurança e o funcionamento da prisão, solicitou também ao Ministério da justiça um corpo de guardas prisionais compatível com o número de reclusos a transferir.

A prisão de Alcoentre era moderna, espaçosa e equipada com sofisticados sistemas de alta segurança. O único inconveniente que apresentava residia no facto de alguns desses sistemas ainda se encontrarem em fase de acabamento, pelo que o EMGFA/DGRS assumiu a responsabilidade dos trabalhos ainda por fazer e o pagamento dos respectivos encargos financeiros. Além disso, para resolver o problema da segurança interior e exterior da prisão, o almirante Rosa Coutinho, em 27 de Fevereiro de 1975, dirigiu ao general-comandante da Guarda Nacional Republicana (GNR) um ofício em que solicitava a permanência no Forte Militar de Alcoentre de uma força da GNR em *virtude de no próximo mês de Março ser ocupado por estes serviços*.[18]

Porém, devido à agitada situação político-militar que o país atravessava, a transferência dos elementos da PIDE/DGS para Alcoentre acabou por ser adiada.

De facto, desde Janeiro de 1975 que se suspeitava da existência de reuniões conspirativas em casa do general Spínola, em Massamá, em que participavam militares e civis descontentes com o rumo da revolução, havendo justificados rumores de que estava em preparação um golpe contra-revolucionário liderado pelo ex-Presidente da República. Por exemplo, a 5.ª Divisão do EMGFA, em 4 de Março de 1975, redigiu um memorando em que informava a Comissão Coordenadora do MFA da existência de uma *fortíssima campanha anticomunista, com o apoio internacional, e consequente identificação MFA-PC, campanha essa tendo em vista a desagregação das FA e criação de um clima propício a um golpe militar de direita*.[19]

Em 9 de Março, no final de um jantar realizado na Feira Internacional de Lisboa (FIL) que reuniu largas dezenas de oficiais em despedida e homenagem ao tenente-coronel Firmino Miguel, do Exército, que seguiria em breve para Angola, diversos participantes terão expressado informalmente a opinião de que era necessário concretizar com urgência o golpe de Estado que já estava a ser preparado por alguns deles, visando destituir o Presidente da República, general Costa Gomes, e promover a investidura do general Spínola. Não temos provas de que falassem a sério. O que podemos dizer é que, dois dias depois, alguns desses oficiais participaram no golpe militar do 11 de Março.

No dia anterior, precisamente em 10 de Março de 1975, o 1.º tenente Carlos Juzarte Rolo, um dos conspiradores confessos do golpe, trouxe de Espanha a notícia de que a polícia política espanhola (DGS/E) sabia da existência de uma lista de 500 militares e 1000 civis a eliminar no âmbito de uma operação organizada pela LUAR,[20] com o apoio do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) e guerrilheiros Tupamaros.[21] Segundo o mensageiro, a operação dava pelo nome de "Matança da Páscoa". Porém, apesar de o próprio general Spínola ter confirmado a notícia junto dos serviços secretos franceses, certo é que, tanto quanto sabemos, a famigerada lista nunca foi vista por quem quer que fosse, sendo possível que se tenha tratado de um boato posto a circular por militares de esquerda com o intuito de precipitar o golpe em preparação. Como se dizia na altura em certos meios militares, *era preciso picar o touro para o fazer sair, porque quem sair primeiro perde*.

Porém, há também quem defenda que a notícia da "Matança da Páscoa" não passou de um expediente utilizado por alguns conspiradores spinolistas para convencerem os conspiradores mais indecisos a participarem no golpe, tese que se baseia nos seguintes pressupostos:

- A generalidade dos agentes da PIDE/DGS lucrariam com o eventual regresso do general Spínola ao poder;
- Havia vários agentes desta organização que se refugiaram em Espanha depois do 25 de Abril;
- Do grupo dos spinolistas fazia parte o 1.º tenente Nuno Barbieri, filho de um influente inspector da PIDE/DGS com o mesmo apelido, e o comandante Alpoim Calvão, de quem se dizia ainda antes do 25 de Abril que seria o substituto do director-geral na altura, major Silva Pais;
- O 1.º tenente Carlos Juzarte Rolo, que trouxe o boato de Espanha para Portugal, tinha relações pessoais e profissionais com o 1.º tenente Nuno Barbieri;
- A PIDE/DGS, por definição, era especialista na preparação de ciladas deste tipo;
- O ambiente que se vivia nas vésperas do golpe militar contra-revolucionário na prisão de Caxias, onde se encontravam detidos importantes elementos daquela organização, era de inusitada agitação e euforia.

OS CARRASCOS DE ANTIGAMENTE ACABARIAM POR SE TRANSFORMAR EM VÍTIMAS DO TEMPO PRESENTE

Sem pretendermos deslindar o mistério que outros poderão fazer com certeza bem melhor do que nós, limitar-nos-emos a considerar que qualquer uma das hipóteses é plausível e merece ser considerada pelos que tencionem aprofundar esta história. Por agora, o que interessa registar é que a contra-revolução spinolista do 11 de Março de 1975 teve inicio às zero horas e o respectivo auge por volta das 11h50, com um violento ataque aéreo contra o RALIS, uma das unidades fiéis ao MFA, apoiado no terreno por tropas pára-quedistas vindas de Tancos.[22] Como se sabe, o golpe falhou e o general Spínola, acompanhado por alguns dos seus apoiantes que se encontrava na Base Aérea de Tancos a aguardar o desfecho da aventura em que se tinham metido, foram obrigados a fugir, sem honra nem glória, para a vizinha Espanha,[23] deixando para trás umas dezenas de derrotados que foram detidos e enviados para a prisão de Caxias. Neste grupo, havia militares dos três ramos das Forças Armadas, alguns deles a prestar serviço na Guarda Nacional Republicada (GNR) e na Polícia de Segurança Pública (PSP) e cerca de uma dezena de civis. Além destes, foram intimados a permanecer nas suas residências um conjunto de suspeitos

de terem colaborado na conspiração, enquanto não fossem apuradas pela comissão de inquérito criada para o efeito as suas eventuais responsabilidades no processo conspirativo e na execução do golpe.

Na prática, o falhado golpe militar spinolista acabou por contribuir para que acontecesse aquilo que o general Spínola tanto temia: o fortalecimento do MFA e o avanço do "processo revolucionário em curso", o "PREC", como viria a ser conhecido. Uma espécie de *efeito bumerangue*. De facto, a principal consequência do 11 de Março foi a criação de um poderoso órgão de soberania, o Conselho da Revolução (CR), que herdou os poderes, responsabilidades e atribuições da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Conselho de Chefes de Estado-Maior, todos extintos na mesma ocasião.[24] O respectivo diploma instituía também a Assembleia do Movimento das Forças Armadas (AMFA), cuja definição e composição foi deixada a cargo do CR. A composição do conselho foi publicada em 17 de Março,[25] a primeira reunião plenária do CR ocorreu no Palácio de Belém no dia 27 de Março seguinte. Pouco mais tarde, em 3 de Abril, foi publicada a composição da assembleia.[26]

Depois disto, a transferência dos elementos da PIDE/DGS para a prisão de Alcoentre, que se encontrava suspensa, foi reactivada, em finais de Abril, pelo almirante Rosa Coutinho, que ordenou ao comandante Xavier para avançar com a deslocação anteriormente programada. Ao mesmo tempo, solicitou ao comandante-geral da GNR a atribuição de homens, armamento e equipamento destinados a garantir a segurança da nova prisão militar, sublinhando que o destacamento ficaria *dependente oficialmente dos Serviços Prisionais Militares à semelhança do que se [passava] nos Fortes de Caxias e de Peniche*.[27] A transferência dos elementos da ex-PIDE/DGS de Monsanto para Alcoentre iniciou-se na madrugada do dia 24 de Maio de 1975. Alguns reclusos resistiram com violência às ordens dadas pelo comandante Xavier, provocando alguns distúrbios e estragos materiais, sem que os seus actos tivessem sido penalizados. Poucos dias depois, ocorria a transferência dos reclusos da Penitenciária de Lisboa, só que desta vez sem quaisquer incidentes. No total, foram deslocados de Lisboa para Alcoentre cerca de novecentos indivíduos. O comandante Xavier atribuiu o comando da prisão ao tenente Baptista de Castro, que era o oficial da GNR mais antigo dos que prestavam serviço naquelas duas prisões, que pediu, poucos dias depois, em 6 de Junho, a demissão do cargo, tendo sido imediatamente substituído pelo tenente Gaiolas, outro dos oficiais da GNR que transitaram para Alcoentre.

Após a mudança, o Sistema Prisional Militar passou a ser constituído por uma Direcção, pelo Forte Militar de Caxias, Prisão-Hospital de S. João de Deus, Forte Militar de Peniche e Prisão de Alcoentre, impropriamente designada por Forte Militar de Alcoentre. Com excepção da Prisão-Hospital de S. João de Deus, que continuava a ser gerida exclusivamente pelo Ministério da Justiça, os outros três estabelecimentos prisionais ficaram sob a inteira responsabilidade do EMGFA/DGRS.

2.5 INQUIETAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Após o 11 de Março, todas as atenções se concentravam em Lisboa. Dada a situação político-militar por que Portugal estava a passar e a aproximação do momento da independência das colónias portuguesas, em particular de Angola, a comunicação social, os serviços diplomáticos e os serviços secretos azafamavam-se na recolha de informações que pudessem ser vantajosas para os seus países. Não fugindo à regra, as organizações de defesa dos direitos humanos, nacionais e internacionais, também acharam que era chegado o momento propício para fazerem a avaliação da forma como os presos do foro militar estavam a ser tratados pelas autoridades político-militares.

A primeira dessas organizações foi a Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem (LBDDH), cujo presidente, em 4 de Junho de 1975, solicitou formalmente ao almirante Rosa Coutinho, responsável pela DGRS/SCEDGSLP, autorização para visitar a prisão de Caxias, onde se encontrava detida a maioria dos implicados no golpe do 11 de Março e alguns dos mais importantes dirigentes da ex-PIDE/DGS, incluindo o director-geral da organização, major Silva Pais. O pedido foi prontamente aceite com a condição de os visitantes se comprometerem a não prestar declarações à comunicação social sobre as impressões que recolhessem. A visita, a 6 de Junho de 1975, foi liderada pelo próprio presidente da Liga, o jurista Marc de Kock. No final do mesmo mês, as autoridades portuguesas receberam o respectivo relatório.

Porém, antes disso, já tinham chegado ao Conselho da Revolução rumores de que nem tudo estava a correr bem na prisão de Caxias. Nós próprios, no plenário de 14 de Maio de 1975, sugerimos que poderia ser vantajoso substituir a guarnição militar que ali prestava serviço, propondo que fosse o CEME a fornecer uma nova guarnição. Dias mais tarde, em 21 de Maio, foi a vez de *o major Pinto Soares [pedir] a realização de um inquérito, para já informal, à forma processual como [estavam] a ser tratados os detidos de Caxias*. Tais inquietações resultavam de frequentes queixas que chegavam ao CR de reclusos, advogados, familiares e amigos dos detidos. O CR decidiu encarregar-nos de verificar até que ponto elas tinham fundamento.

Sem que tivéssemos sido informados da visita feita por Marc le Kock, deslocámo-nos no dia 12 de Junho de 1975 à prisão de Caxias para nos encontrarmos com o comandante Xavier, que acumulava as funções de director do Sistema Prisional Militar com as de comandante daquele estabelecimento prisional. Questionado sobre o assunto, informou-nos que a maior parte das situações anómalas não tinham a gravidade que normalmente lhes era atribuída, sendo na maioria dos casos intencionalmente exageradas e deturpadas. Mas, reconheceu também a existência de algumas, que considerava mais graves, que resultavam sobretudo da falta de autoridade delegada para evitá-las e corrigi-las. Citou vários exemplos, todos eles

relacionados com deficiências de organização, regulamentação e disciplina do funcionamento das actividades internas da prisão, designadamente na parte que se relacionava com as visitas das entidades judiciais e outras entidades oficiais autorizadas a visitar e a interrogar os detidos sem respeitar as normas prisionais aprovadas.

Sensibilizado pela apresentação feita pelo comandante Xavier, decidimos agir imediatamente e redigir logo ali, em nome do Conselho da Revolução, três directivas internas de cumprimento imediato e obrigatório, que classificámos cautelosamente de provisórias porque o CR não nos tinha mandatado para esse efeito, que procuravam responder imediatamente aos problemas relatados pelo comandante Xavier sobre "Transferência de Detidos", o "Regime de Isolamento Contínuo e Incomunicabilidade" e "Interrogatórios". Tal como esperávamos, o CR, depois de nos ouvir no plenário seguinte, confirmou integralmente o conteúdo das citadas directivas e encarregou-nos de estudar e propor a criação de dois novos serviços na sua dependência directa, um judiciário e outro prisional.

Dias depois, a DGRS recebeu o relatório de Marc de Kock, datado de 22 de Junho de 1975, que começava por explicar, de forma franca e transparente, a razão de ser da sua missão a Portugal: *Durante a reunião de 15 de Maio de 1975, o Comité Central da Liga Belga [...] depois de ter ouvido diversos relatos sobre a situação em Portugal, decidiu aí enviar um observador com o objectivo de determinar com toda a objectividade se as queixas formuladas sobre violações dos direitos do homem, principalmente no plano judiciário, eram fundamentadas e, caso afirmativo, em que medida.*[28]

Apesar de o relatório do jurista Marc le Kock não explicitar o teor das queixas formuladas, era fácil imaginar que provinham, sobretudo, de fontes militares e civis relacionadas com a questão da ex-PIDE/DGS, do 28 de Setembro e do 11 de Março, naturalmente apostadas em tudo fazer para denegrir, nacional e internacionalmente, a imagem do actual poder político-militar em geral e, em especial, do Conselho da Revolução. Porém, se o objectivo que os movia era de facto esse, o texto do relatório de Marc de Kock reservou-lhes uma grande surpresa. Diz assim:

Tendo em conta o que precede, penso poder formular as conclusões seguintes:

a) No plano dos direitos e liberdades fundamentais, a situação actual constitui um progresso enorme em relação ao regime anterior. Por isso, não nos parece ser permitido tomar – após um período de transição de apenas um ano que se seguiu a meio século de ditadura, perturbado entre outras situações por dois contragolpes de Estado – uma atitude negativa e de condenação do regime, do ponto de vista dos direitos do homem, na base de um certo número de lacunas.

b) No que diz respeito à situação dos detidos, nós pudemos recolher um conjunto de testemunhos, confirmados por certas constatações pessoais, que nos permitem acreditar que o Poder quis afastar toda a tortura e maus tratamentos dos detidos e que esta vontade de respeitar a pessoa humana é largamente seguida pelo pessoal subalterno.[29]

O texto do relatório descrevia também uma série de situações que não acrescentavam nada de novo ao que o CR já sabia. Lendo-o na íntegra, era fácil perceber que as críticas que continha diziam essencialmente respeito a aspectos jurídicos que só poderiam ser convenientemente ultrapassados com uma revisão profunda do Código de Justiça Militar do velho regime, que ainda estava em vigor. Isto é, a responsabilidade não podia nem devia ser atribuída ao Sistema Prisional Militar e ainda menos ao seu director. Aliás, era o próprio Marc de Koch que indirectamente o confirmava, ao constatar que os detidos em Caxias estavam sujeitos a prisões preventivas e processos de instrução demasiado longos e que a capacidade de intervenção dos seus advogados era muito limitada, designadamente quanto à utilização da figura do *habeas corpus*, inexistente na lei militar.

É justo reconhecer que o relatório do jurista Marc de Kock é um documento lúcido, objectivo e imparcial, constituindo, acima de tudo, uma reflexão esclarecida sobre os propósitos da revolução e a intenção evidente das autoridades militares cumprirem escrupulosamente a aplicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem nas suas prisões.

Infelizmente, o ambiente de abertura e tolerância que estava a ser praticado nas prisões do foro militar estava nessa mesma altura a ser abusivamente aproveitado pelos elementos da ex-PIDE/DGS recém-transferidos para Alcoentre para planearem uma espectacular fuga colectiva de largas dezenas de prisoneiros, dando origem à segunda grande crise do sistema prisional militar após o 25 de Abril.

DESCONHECEMOS SE ALGUMA VEZ FOI FEITO UM INQUÉRITO AO MOTIM DA PENITENCIÁRIA DE LISBOA

2.6 EVASÃO DO FORTE MILITAR DE ALCOENTRE

No dia 29 de Junho de 1975, ao fim da tarde de um domingo calmo e soalheiro, os presos da ex-PIDE/DGS do forte militar de Alcoentre foram protagonistas de uma fuga que surpreendeu e escandalizou a opinião pública nacional e internacional e fez tremer os alicerces da revolução. Em menos de duas horas, evadiram-se com espantosa facilidade oitenta e nove dos cerca de mil prisioneiros que ali se encontravam encarcerados.

Sem sombra de dúvida que o exemplo do motim da Penitenciária de Lisboa não tinha servido para nada. As autoridades militares continuavam a não encarar de frente e com determinação a questão da PIDE/DGS, que continuava por ser devidamente resolvida. A falta de recursos humanos e meios não justificavam por si só o que acabara de acontecer. As recentes medidas tomadas pelo CR não tinham tido tempo de frutificar. Além disso, por trás de um acontecimento de tão graves proporções estava,

à semelhança do que já acontecera na Penitenciária de Lisboa, uma espécie de complexo de culpa de muitos dos que tinham agora por obrigação estrita vigiar os presos e assegurar a aplicação rigorosa dos regulamentos prisionais. Os próprios o reconheciam, mas, obviamente, beneficiavam com a situação. Estavam no seu papel. Aliás, é bem elucidativa a opinião expressa por um desses detidos 30 anos depois dos acontecimentos e que resume o ambiente que se vivia naquela altura no interior da prisão de Alcoentre da seguinte forma: *Tínhamos liberdade absoluta!*[30]

Atendendo ao facto de termos sido encarregados pelo CR para estudar uma nova organização prisional militar que servisse a globalidade das Forças Armada, contactámos imediatamente o comandante Xavier para lhe sugerir a substituição imediata do oficial que exercia o comando da prisão, indicando-lhe para o substituir o capitão Manuel Francisco Marques, oficial de armamento e equipamento (TMAEQ) da Força Aérea, com quem já tínhamos trabalhado e, por isso, estávamos em condições de atestar as suas excelentes qualidades profissionais e de carácter, tais como competência, dedicação ao trabalho, como coragem, determinação, lealdade e, ainda, fidelidade ao programa do MFA. Em nosso entender, o capitão Marques era sem sombra de dúvida a pessoa certa para introduzir rapidamente as alterações organizativas, disciplinares e de segurança que a dimensão do problema requeria.

O director do Sistema Prisional Militar aceitou a sugestão e requisitou o capitão Marques à Força Aérea, tendo-se apresentado na prisão de Alcoentre a 1 de Julho de 1975[31]. Para o coadjuvar como 2.º comandante, propôs o capitão de abastecimento Augusto Manuel Coimbra do Amaral,[32] outro distinto oficial da Força Aérea de reconhecida competência e também ele afecto ao MFA.

FORÇAS ARMADAS DISPUNHAM DE UM SISTEMA PRISIONAL

Apesar da gravidade da situação, o Conselho da Revolução reagiu oficialmente à fuga dos agentes da ex-PIDE/DGS apenas a 2 de Julho de 1975. Houve várias intervenções a condenar a tão grave quanto desprestigiante provação político-militar, a mais relevante das quais foi a do general Otelo que, na sua qualidade de comandante do COPCON, leu uma violenta moção do seu Estado-Maior a insurgir-se contra *as facilidades com que os ex-PIDE-DGS se [moviam] e [organizavam] dentro das prisões e a pedir responsabilidades aos Serviços Prisionais Militares. Seguiu-se um debate sobre a questão, no final do qual o CR [reconheceu] a extrema gravidade da fuga de 89 ex-agentes e funcionários da extinta GDS da Cadeia de Alcoentre, decidindo o julgamento de possíveis culpados de negligência em Tribunal Militar, sem contemplação.*

Como o Serviço Coordenador da Extinção da Direcção-Geral de Segurança e da Legião Portuguesa, do qual dependia antes o Sistema Prisional Militar, continuava a manter a competência e os meios para investigar, interrogar e instaurar processos-crime em matérias relacionadas com os elementos da ex-PIDE/DGS, iniciou as suas próprias diligências para apurar eventuais responsabilidades criminais relativamente à fuga, que foram conduzidas pelos oficiais de polícia judiciária militar ali colocados pelos ramos das Forças Armadas. Simultaneamente, o capitão Marques ordenou também a abertura de um processo de averiguações interno, que foi conduzido pelo capitão Coimbra do Amaral, que se tinha apresentado em Alcoentre no dia 15 de Julho de 1975.

Foi precisamente neste dia que nos foi enviado um surpreendente depoimento prestado a 9 de Julho pelo tenente Carvalho, do Regimento de Infantaria n.º 5, das Caldas da Rainha, na altura a desempenhar as funções de comandante do Forte Militar de Peniche. Depoimento prestado aos referidos oficiais da Polícia Judiciária Militar no qual afirmava *ter pessoalmente informado Alcoentre e os Serviços Prisionais Militares com alguns dias de antecedência que se preparava uma fuga [da prisão] de Alcoentre para breve, talvez mesmo para domingo*. Acrescentou, ainda, *que foi informado internamente por um PIDE que se iria dar a fuga [...] e que esse PIDE já levou uma sova dos colegas de cadeia sem que no entanto apresentasse queixa à Direcção da cadeia.*

Reforçando a acusação, acrescentou que *a censura interna do Forte de Peniche [tinha interceptado] uma carta [...] contendo a planta de Alcoentre, da cadeia e algumas indicações preciosas, como por exemplo a altura do muro exterior (7 metros) e pormenores acerca da utilização dos guardas da GNR*. Por último, declarou aos três oficiais auditores da Polícia Judiciária Militar (do SCEDGSLP) e respectivos escrivães que *alguns PIDES de Peniche procuraram anteriormente, [...] alegando reumatismo, ser transferidos de Peniche para Alcoentre. [...] Dois deles conseguiram, tendo chegado a Alcoentre no sábado [anterior à fuga] e um deles ter participado na fuga.*

A acreditar neste arrasador depoimento no tenente Carvalho, e não há a mínima razão para não o fazer, a fuga dos ex-PIDE/DGS de Alcoentre tinha obedecido a um meticuloso plano, certamente urdido e preparado com importantes cumplicidades internas e externas. Curiosamente, trinta anos passados, um dos fugitivos admitiu que *tinha sido contactado previamente por alguns dos seus companheiros de prisão, que o alertaram para a iminência da fuga.*[33]

Para ilustrar o à vontade com que os detidos se moviam no interior da prisão no período que antecedeu a fuga, vale a pena mencionar que, no decorrer dos autos conduzidos pelo capitão Coimbra do Amaral, se descobriu que um dos reclusos enviara alguns dias antes do incidente uma carta para a agência de viagens Terra Nova a solicitar informações sobre o aluguer de um autocarro para uma excursão de fim-de-semana entre o Porto e Alcoentre, carta essa que não fora verificada pelo serviço de censura regulamentar da prisão. Por ironia do destino, o autor só recebeu a resposta no próprio dia da fuga, informando-o de que o aluguer diário de um autocarro de 42 lugares custava cinco mil reis, mas, lamentavelmente, o Porto não fazia parte dos itinerários da empresa!

Direitos Reservados

Material apreendido no inquérito à evasão dos presos da ex-PIDE/DGS da prisão de Alcoentre

No decorrer das investigações, apurou-se também que, *no dia 24 do mês de Junho de 1975 [...] cerca das 22.45 horas, [houve] grande agitação dos detidos no Pavilhão "C" [...], algazarra que se prolongou por cerca de meia hora, [...] tempo esse [...] aproveitado [...] para serrar, nas duas extremidades, o varão da grade da cela n.º 32 – a da fuga - no Pavilhão "A", [...] conseguindo assim que a atenção dos guardas prisionais de serviço e do Oficial de Dia se concentrassem num único ponto, o Pavilhão "C"[...].*

Ainda segundo os autos, no dia da fuga o comandante Xavier, no desempenho das suas funções de director do Sistema Prisional Militar, deslocou-se pelas 11h00 a Alcoentre, para se encontrar com um delegado dos presos, Xabregas de seu nome, com a finalidade de o informar *sobre o debate em Conselho da Revolução, da lei revolucionária que o julgará proximamente.*[34]

A conversa decorreu na presença do comandante da prisão, tenente Gaiolas, da GNR, que aproveitou a oportunidade para satisfazer uma anterior reivindicação dos detidos que consistia na entrega de uma quantia de quinhentos escudos para gastos pessoais aos detidos sempre que o solicitassem. Esse dinheiro, apesar de lhes pertencer, estava devidamente inventariado, guardado e controlado nos cofres da prisão, em conformidade com as regras de segurança estabelecida. Terminado o encontro, o comandante Xavier trocou impressões com o tenente Gaiolas relativamente às rotinas de serviço e encarregou-o de estudar a possibilidade de os detidos poderem receber as visitas ao ar livre, no campo de futebol do forte, localizado no interior do complexo prisional.

O comandante Xavier retirou-se da prisão cerca das 13h00 desse dia.

A partir daí, a vida prisional continuou a decorreu normalmente até que, pouco depois das 16h00 e já depois do início do período de visitas, a mulher de um dos reclusos, junto ao posto de revista e controlo de entradas, provocou uma inesperada e violenta discussão com o oficial de dia à prisão. A cena gerou uma grande agitação e a senhora acabou por sofrer um violento ataque de nervos que lhe provocou um prolongado desmaio. O único enfermeiro de serviço, que se encontrava na enfermaria, foi chamado urgentemente ao local para a socorrer. Curiosamente, os fugitivos, para se deslocarem das celas para o local onde tinham planeado o início da fuga, eram obrigados passar por uma zona facilmente observável da janela da enfermaria. Por isso, é provável que já estivessem à espera do momento em que o enfermeiro se ausentasse para se dirigirem ao local que lhe daria acesso ao exterior do edifício, o que leva a supor que o episódio do desmaio da mulher mais não fora do que uma convincente artimanha previamente preparada para desviar temporariamente o enfermeiro do seu habitual local de trabalho.

Aliás, mais ou menos à mesma hora, algumas dezenas de detidos, sem qualquer razão aparente, concentraram-se junto de um portão que dava acesso a um dos pavilhões da prisão situado do lado contrário ao edifício onde devia começar a fuga, fazendo uma grande algazarra ao mesmo tempo que procuravam forçar a entrada. Também neste caso é-se levado a pensar que a estranha e inesperada atitude dos detidos teria sido outra das manobras de diversão para desviar a atenção dos guardas de serviço do local onde estava já a ocorrer a evasão.

A fuga só foi descoberta pelas 19h20 por uma sentinela da GNR, que disparou para o ar uma rajada de metralhadora para avisar os seus colegas de serviço do que se estava a passar. O comandante da prisão accionou imediatamente o dispositivo de segurança e solicitou reforços ao COPCON, à Base Aérea n.º 2 (Ota), à Escola Prática de Cavalaria (Santarém) e ao Regimento de Infantaria n.º 5 (Caldas da Rainha), para o auxiliarem na perseguição e recaptura dos evadidos. Muitos dos fugitivos foram novamente presos nos dias que se seguiram, mas, infelizmente, uns quantos conseguiram escapar definitivamente. Destes últimos, alguns fugiram para a Espanha e solicitaram ao ditador Franco o tão almejado asilo político que lhes iria permitir reciclar o passado e começar um novo modo de vida no país vizinho. Há quem diga que contaram com o apoio com o Exército de Libertação Português (ELP), que por ali se preparava para

desferir virulentos ataques contra a surgente democracia portuguesa.
O relatório elaborado pelo capitão Coimbra do Amaral é claro ao assinalar a existência de *toda uma série de facilidades facultadas [aos ex-pides], ainda que involuntariamente devido à exiguidade de meios, quer humanos quer estruturais, [...] facultadas pelos Serviços Prisionais Militares, que teriam atingido o auge no "modus vivendi" diário na prisão de Monsanto, [donde uma grande parte tinham sido transferidos recentemente], onde os detidos, no seu próprio seio, se organizaram em esquema democrático, elegendo, de entre si, por votação, os seus delegados.*
Refere também o impacto da transferência quase simultânea de um tão grande número de reclusos de Lisboa para Alcoentre sem que alguns dos modernos sistemas de segurança da prisão estivessem completamente prontos (anti-sísmico, detecção de incêndios, videovigilância, rondas telefónicas e controlo automático da abertura e fecho do portão principal da prisão).
Minucioso e bem fundamentado, o relatório caracterizava também o ambiente de inexplicável indulgência em que viviam os prisioneiros no Forte Militar de Alcoentre:

- Regime de cela aberta e completa liberdade de circulação interna e contacto entre detidos;
- Falta de rigor nos processos de controlo de visitas e encomendas;
- Deficiente sistema de controlo de correspondência;
- Posse de objectos susceptíveis de serem utilizados para fins ilegítimos;
- Posse, acumulação e circulação interna de dinheiro em espécie;

AINDA SENTIMOS UM CERTO INCÓMODO QUANDO SE DEBATE O TEMA DO 25 DE NOVEMBRO

- Jogo clandestino;
- Posse de documentos de identificação pessoais nas celas;
- Fruição não controlada de pequenos electrodomésticos nas celas, incluindo aparelhos de rádio e TV.

Em 3 de Novembro de 1975, os autos foram dados por concluídos e dois guardas prisionais acusados de conduta negligente. O comandante do Forte, capitão Manuel Francisco Marques, dois dias mais tarde, exarou o seguinte despacho:
Dado que as responsabilidades da fuga não são imputáveis apenas a dois guardas prisionais, mas sim a todo o sistema prisional militar, envolvendo a própria Direcção dos Serviços Prisionais Militares, de quem este comando depende, proponho que o presente processo passe à Polícia Judiciária Militar para que seja possível chegar a conclusões mais profundas.
Assim foi. O processo foi posteriormente enviado ao comandante Xavier e remetido para a secção de justiça do SCEDGSLP para apuramento de eventual matéria criminal. Desconhecemos o andamento que lhe foi dado. No entanto, somos levados a crer que é correcta a declaração de um dos fugitivos ao afirmar que *a Comissão de Extinção não fez nada acerca do nosso procedimento.*[35]
Resolvida esta segunda crise prisional, nunca mais, até à extinção do Conselho da Revolução, o País assistiu a qualquer outra fuga ou motim nas prisões do foro militar, sinal claro de que as medidas adoptadas para melhorar a segurança do sistema prisional foram realmente eficazes. E, vale a pena lembrá-lo, sem nunca atropelar as regras internacionais para o tratamento dos prisioneiros, aliás, como teremos a oportunidade de provar mais adiante.

2.7 ENDURECIMENTO DO REGIME PRISIONAL NA PRISÃO DE ALCOENTRE

O impacto público negativo da fuga dos presos da ex-PIDE/DGS implicava das autoridades político-militares uma resposta imediata e firme que evitasse a repetição de acontecimentos semelhantes e que, ao mesmo tempo, atenuasse a percepção generalizada de fraqueza das autoridades militares que a jornalista Maria José Oliveira, numa entrevista a um ex-PIDE/DGS que tinha participado nessa evasão, traduziu numa simples frase: *fuga insólita que abalou o País e fez estremecer o Conselho da Revolução.*[36]
A primeira grande resposta do sistema prisional à ocorrência foi a imediata suspensão das visitas para todos os reclusos da ex-PIDE/DGS, a colocação em celas disciplinares os indivíduos que eram recapturados, a interrupção imediata do permanente convívio em cela aberta de que disfrutavam os prisioneiros e a aplicação rigorosa das normas de segurança em vigor. Quanto aos evadidos recapturados, foram dadas ordens para permanecerem incomunicáveis até à conclusão do inquérito interno à evasão.

MESMO EM TEMPO DE GUERRA NÃO PODE VALER TUDO

Seguidamente, iniciou-se o planeamento das alterações de fundo a introduzir, com prioridade para a reorganização da segurança interna e externa da prisão. Nesta área, um dos aspectos fundamentais tinha a ver com o aprontamento final dos já referidos sistemas automáticos internos de vigilância e de abertura e fecho automático dos portões do estabelecimento prisional, tarefa que implicava contactos estreitos com o Ministério da Justiça e os fornecedores desses equipamentos. Além disso, era fundamental reforçar o dispositivo de segurança das instalações da prisão, até ali assegurado exclusivamente pela GNR. Por proposta do capitão Manuel Marques, o problema foi resolvido, ainda que temporariamente, com a colocação em Alcoentre de tropas do Regimento de Tropas Pára-quedistas de Tancos.
Complementarmente, impunha-se rever também o conjunto de normas de funcionamento interno da prisão, com prioridade às que regulavam as visitas, horários de funcionamento, entradas e saídas de correspondência e encomendas, etc.. Para que o conjunto funcionasse harmoniosamente, era preciso repensar tarefas logísticas e administrativas e aumentar o

número de pessoas nelas envolvidas. Nesse sentido, o novo comandante submeteu à consideração superior um programa de contratação de pessoal devidamente fundamentado, que foi despachado favoravelmente e imediatamente accionado.

Por ocasião da evasão, os serviços de saúde da prisão, pese embora as modernas instalações e equipamentos de que dispunha, eram assegurados apenas por um sargento enfermeiro da Marinha e, para o ajudar, quatro ou cinco cabos, também eles da Marinha. Como se imagina, os serviços clínicos eram francamente insuficientes para prestar assistência a um tão elevado número de detidos e, por isso, o comando do forte determinava frequentes deslocações dos doentes até à Prisão-Hospital de S. João de Deus, em Caxias, à distância de cerca de 100 quilómetros de Alcoentre. Este procedimento, além de dispendioso e de comprometer desnecessariamente meios e recursos humanos já de si insuficientes, aumentava o risco de fuga – e de acidente – durante os trajectos e os tempos de espera para consulta. Nestas circunstâncias, foi também considerado prioritário desenvolver os serviços médicos e medicamentosos internos da prisão, procedendo à contratação de cinco médicos, um dos quais dentista, para organizarem em conjunto o serviço de saúde interno da prisão, de forma a responder, pronta e eficazmente, às necessidades dos doentes. Após as contratações, só em casos graves e a pedido de um dos médicos internos, o comando da prisão recorreria aos serviços de saúde externos.

Como se compreenderá, nem tudo foi fácil e os problemas surgiam constantemente e de onde menos se esperava. Por exemplo, quando se aproximou a data da passagem à disponibilidade dos pára-quedistas que tinham sido destacados de Tancos para reforçar a segurança da prisão após a fuga, em 10 de Julho de 1975, submetemos o problema à consideração do CR nos seguintes termos:

Não existe segurança capaz nas prisões militares. Alcoentre ficou sem segurança depois de terem saído os paraquedistas. Há fortes possibilidades de tentativas de fuga de Caxias - Hospital de S. João de Deus. [...] [Pedimos] que os CEM forneçam urgentemente reforços. Caso contrário os Serviços Prisionais não se responsabilizarão pelo que possa vir a acontecer.

Na sequência do nosso alerta, o CR determinou que os *CEM tratassem do reforço da segurança das prisões*. Porém, o tempo foi passando sem que o problema se resolvesse. Como acontece frequentemente, um pouco por todo o lado, as dificuldades e resistências, burocráticas e outras, são bem mais fortes do que o desejo de cumprir e, por isso, como Alcoentre continuava sem o problema da segurança resolvido, e perante o insondável silêncio dos Chefes de Estado-Maior, decidimos aprovar a seguinte proposta alternativa do capitão Marques:

Existindo nos Serviços Prisionais militares vagas para vigilantes, solicitam estes serviços a publicitação em ordem de serviço desta informação, acompanhada da indicação de que tais lugares deverão ser preenchidos por ex-pára-quedistas na situação de disponibilidade, preferencialmente desempregados. O texto explicitava também os locais de trabalho de cada candidato e o valor da remuneração mensal.[37] Desta nossa decisão, demos o devido conhecimento em plenário do CR, sem que houvesse quaisquer comentários das partes interessadas.

Como se vê, tudo isto foi transparente, posto por escrito e submetido superiormente, contrariamente ao que foi posto a circular por ocasião do 25 de Novembro de 1975 pelo director dos Serviços Prisionais Militares de então, coronel Gaspar de Melo, fosse por inexplicável ignorância, fosse para comprometer intencionalmente a acção de comando do capitão Marques e dos militares e funcionários que prestavam serviço na prisão de Alcoentre, como mais adiante se provará.

É compreensível que os detidos de Alcoentre, seus familiares e amigos, não tivessem aceitado de bom grado a radical alteração do regime prisional em que os elementos da ex-PIDE/DGS viviam antes da fuga. Seria, porém, incompreensível e censurável que o Sistema Prisional Militar e, especialmente, o novo comando do Forte Militar de Alcoentre, passasse uma esponja por cima de uma situação acerca da qual um dos evadidos da PIDE/DGS fez o seguinte comentário: *Tínhamos liberdade absoluta. Dormíamos com as portas das celas abertas, conversávamos, recebíamos visitas, utilizávamos o telefone e ouvíamos rádio. [...] A GNR e os guardas informavam os presos do que se passava lá fora.*[38]

Terminaremos este ponto informando que as restrições impostas às visitas e recreios dos presos de Alcoentre, com excepção dos casos considerados urgentes e de força maior, só terminaram completamente já no decorrer do mês de Novembro. Reconhecemos que o recomeço das visitas aos detidos podia ter sido mais cedo. No entanto, tendo em conta a forte turbulência política e militar que se prolongou desde o chamado Verão Quente até ao 25 de Novembro, entendemos que era preferível esperar um pouco mais para evitar que os portugueses acordassem de novo com a notícia de uma nova evasão duma prisão militar.

HÁ LIMITES INULTRAPASSÁVEIS E MENTIRAS QUE NÃO DEVEM SER DITAS

2.8 NOVAS INQUIETAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Diz o ditado popular que "não há fome que não dê em fartura". Foi o que se passou com os pedidos de autorização de entidades externas ligadas aos direitos humanos, nacionais e estrangeiras, para visitar as prisões sob jurisdição militar. Depois da Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem, foi a vez do Comité Internacional da Cruz-Vermelha (CICV) dirigir ao governo um pedido semelhante. Obviamente, o governo reencaminhou-o para Conselho da Revolução, que imediatamente o autorizou.

As visitas do CICV às prisões de Alcoentre, Caxias e Peniche decorreram no período de 14 a 19 de Agosto de 1975 e foram feitas por uma

equipa liderada pelo conselheiro e delegado do CICV, M. Gaillard, que enviou o seu relatório de Genebra para o ministro da Defesa de Portugal, que por sua vez o remeteu ao Conselho da Revolução em 14 de Outubro de 1975.
É curioso assinalar que, quer no texto do documento, quer na correspondência trocada com o governo português, o CICV nunca mencionou o CR, como se desconhecesse que era dele e não do governo que dependiam, legal e directamente, os estabelecimentos prisionais que pretendia visitar.
Na carta de envio do relatório, o vice-presidente do CICV, Jean Pictet, depois dos agradecimentos de circunstância ao governo português, sublinha os seguintes aspectos negativos:

- *A principal preocupação dos presos parece residir no facto de não saberem a duração da sua detenção e não disporem de qualquer garantia judicial;*
- *Muitos detidos preocupam-se com o futuro das suas famílias e com as condições materiais e sociais dos seus parentes;*
- *Os [detidos] de Alcoentre estavam [na ocasião] há mais de 50 dias privados de qualquer exercício ao ar livre, de visitas e de receberem encomendas.*

As soluções para os dois primeiros assuntos ultrapassavam a competência do Sistema Prisional Militar, por dizerem respeito a aspectos relacionados com leis e regulamentos, ainda por alterar, herdados do tempo da ditadura. Por isso, abordá-las-emos quando tratarmos do sistema judiciário militar na terceira parte deste trabalho. Isto é, de relevante sobra apenas a terceira daquelas críticas, relativamente à qual o relator se esqueceu de assinalar que a situação descrita era temporária e que resultava da fuga maciça de detidos da PIDE/DGS da prisão de Alcoentre no dia 29 Junho daquele ano.
Apesar disso, devemos sublinhar que, globalmente, o relatório do CICV foi francamente positivo na apreciação que fez sobre a forma como o comando dos três estabelecimentos prisionais observados estava a ser exercido.
Sobre o Forte Militar de Caxias, que tinha na altura 197 homens e 23 mulheres detidos, o relatório diz o seguinte:

- *A cubicagem de ar e espaço estão correctos. As mulheres estão detidas numa parte separada da prisão;*
- *A alimentação foi considerada correcta e suficiente pelos detidos, que podem receber alimentos das famílias, quando estas os visitam;*
- *A correspondência com a família [é] autorizada sem limites. [Há] autorização para [detidos] receberem encomendas das famílias quando estas os visitam;*
- No que respeita ao regime material de detenção na prisão, nenhuma queixa de importância.

Relativamente a Peniche, cuja população prisional era na altura de 154 homens, na maioria antigos agentes da PIDE/DGS, apenas eram apontadas duas insuficiências:

- *Passeios considerados muito curtos;*
- *Visitas consideradas insuficientes.*

Foi pena que o relator, também neste caso, se tivesse esquecido de assinalar que ambas as situações eram consequência directa de medidas de segurança transitórias introduzidas após a referida fuga da prisão de Alcoentre.
Finalmente, sobre a prisão de Alcoentre, com uma população de cerca de 800 detidos, praticamente todos elementos da ex-PIDE/DGS, dos quais 36 se encontravam na altura em regime de isolamento, por terem sido capturados após a evasão, o relatório diz apenas o seguinte:

- *Devido à actual situação na prisão e às severas medidas tomadas em relação aos detidos, o CICV não conseguiu fazer uma visita completa: nomeadamente o seu representante não pode encontrar-se livremente com os detidos;*
- *As medidas de isolamento, às quais se juntaram outras medidas respeitantes, em particular, às visitas de familiares e encomendas [...] criaram um clima de grande tensão que é urgente remediar.*

Lamentavelmente, o relatório omitiu que as medidas de isolamento só se aplicaram aos protagonistas da fuga recapturados e duraram apenas enquanto decorreram as investigações para apuramento de responsabilidades. Aliás, tendo em conta o número de detidos e as condicionantes infra-estruturais, era materialmente impossível manter em isolamento toda a população prisional da prisão.
Apesar de tudo, foi gratificante para o CR e para responsáveis do Sistema Prisional Militar constatarem que o Comité Internacional da Cruz Vermelha não tinha identificado anomalias importantes no funcionamento das prisões visitadas e que, *de acordo com a impressão geral que [ressaltou] das conversas com os detidos [...] a inquietação maior [residia] no facto de eles não conhecerem a duração da sua detenção e não disporem de alguma garantia judiciária.*

A FILANTROPIA TAMBÉM DEVE FAZER PARTE DA DIALÉCTICA MILITAR

Regista-se, por último, que o delegado do CICV, apesar de ter sido informado aquando das visitas, se esqueceu de mencionar que a referida inquietação dos detidos carecia de fundamento porque, quando ocorreu a visita, já o Conselho da Revolução tinha mandado publicar a Lei n.º 8/75, de 25 de Julho, que criminalizava os elementos da extinta polícia política e da Legião Portuguesa, funcionários e informadores e fixava as penas a aplicar-lhes em Tribunal Militar,[39] lei essa que, como nós próprios sempre reconhecemos (ver I Parte, n.º 1.4), só pecou por tardia.
Apesar de tudo, esta visita do Comité da Cruz vermelha Internacional teve o mérito de desmistificar muito do que falsamente se fez constar sobre maus-tratos infligidos aos presos dos estabelecimentos prisionais militares sob jurisdição militar, antes e depois do 25 de Novembro de 1975.
Voltaremos mais tarde a este assunto.

2.9 REFLEXOS DO PRONUNCIAMENTO MILITAR DE 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Pese embora os esforços que desenvolvemos internamente para evitar que o Sistema Prisional Militar fosse contagiado pelos antagonismos políticos e ideológicos no meio civil e militar nos meses que antecederam o 25 de Novembro, não tivemos o sucesso que desejávamos.

Pela manhã do dia 21 de Novembro de 1975, o comandante Xavier apresentou-nos a sua intenção de substituir o comandante da prisão de Caxias, capitão de Cavalaria João Nunes da Palma, pelo oficial mais antigo dos que ali prestavam serviço no forte, o capitão Orlando Ventura de Mendonça. Concordámos com a proposta e o comandante Xavier, na tarde desse mesmo dia, *deslocou-se a Caxias, onde deu directivas ao capitão Mendonça. Seguiu depois para Alcoentre, onde chegou já de noite, com a finalidade de fazer uma análise da situação [para o caso de] abandono do capitão Marques das funções de comandante de Alcoentre.*[40]

Percebemos imediatamente que iríamos ter problemas, até porque estávamos a par do mal-estar que sempre existiu entre o director dos SPM e o comandante de Alcoentre, sobretudo por terem entendimentos diferentes acerca da condução de certos assuntos internos de serviço, designadamente em relação ao regime de visitas e isolamento de alguns dos detidos após a fuga de Alcoentre. Decidimos intervir no assunto e convocar ambos os oficiais para uma reunião às 10h00 do dia 22 de Novembro de 1975, na qual participariam também os oficiais que na altura prestavam

NO PORTO, O APRISIONAMENTO DOS ELEMENTOS DA PIDE MOSTROU-SE MAIS COMPLEXO

serviço na direcção e na prisão de Alcoentre. No decorrer da reunião, o comandante Xavier fez certos reparos à acção de comando do capitão Marques, que reagiu mal e apresentou o pedido de demissão.[41]

Por consideramos que as medidas organizativas e de segurança entretanto introduzidas pelo capitão Marques asseguravam a continuidade da acção de comando e a estabilidade e segurança na prisão, aceitámos o seu pedido de demissão e substituímo-lo interinamente pelo tenente miliciano Mário José dos Santos da Cunha Pignatelli, da Força Aérea, enquanto se aguardava o regresso de férias do segundo comandante de Alcoentre, capitão Augusto Amaral.

Em nosso entender, o que acabara de suceder, apesar de desagradável, era perfeitamente controlável.

Três dias depois, precisamente em 25 de Novembro de 1975, o País despertou com a notícia de que estava em marcha um pronunciamento militar conduzido por tropas pára-quedistas, que durante a madrugada tinham ocupado várias unidades do seu próprio ramo (Força Aérea). Alegavam pretender demonstrar publicamente a sua oposição às políticas injustas e lesivas dos seus interesses que lhes tinham sido aplicadas ultimamente pelo Chefe de Estado-Maior, general Morais de Silva, forçando-o a renunciar ao cargo que exercia. Sublinhe-se que esta acção militar tinha na sua génese motivações políticas acumuladas ao longo do Verão Quente de 1975, durante o qual moderados e radicais do MFA procuraram influenciar a relação de forças resultante das recentes decisões emitidas pelas assembleias do MFA realizadas em Tancos, que implicaram a remodelação do Conselho da Revolução e a substituição do general Otelo pelo capitão Vasco Lourenço no Comando da Região Militar de Lisboa (RML).

Confrontado com o pronunciamento militar dos pára-quedistas, o Conselho da Revolução decidiu que, *enquanto [durassem] os acontecimentos desencadeados a partir da madrugada de 25 de Novembro e até à normalização da situação, [considerava-se] em reunião permanente na Presidência da República [e], por determinação do Presidente da República e CEMGFA, foi criado um PC [posto de comando] que funcionou neste período na Presidência da República em ligação com um PC operacional no Regimento de Comandos.*[42]

Definida a cadeia de Comando - PR/CEMGFA (general Costa Gomes), capitão Vasco Lourenço e, como seu adjunto, o tenente-coronel Ramalho Eanes - foi decidido declarar o estado de sítio na Região Militar de Lisboa (RML), que acabaria por durar até às 05 horas do dia 2 de Dezembro de 1975.

No seguimento destas decisões, o General Costa Gomes contactou todos os comandantes das unidades da RML, informando-os das decisões

AGENTES DA POLÍCIA POLÍTICA OPTARAM, NA SUA MAIORIA, POR ENTREGAR-SE ÀS FORÇAS MILITARES

já tomadas e sublinhando que a partir daquele momento ficariam sobre o seu comando directo e só receberiam ordens dele próprio ou do capitão Vasco Lourenço, que passaria a ser o novo comandante da RML, com a graduação de brigadeiro. Depois disso, foi a vez de o brigadeiro graduado Vasco Lourenço comunicar pessoalmente com os mesmos comandantes de unidade para lhes transmitir a sua primeira ordem: a partir daquele momento passariam a obedecer também às ordens do tenente-coronel Ramalho Eanes. A este ordenando a este que avançasse para o Regimento de Comandos, situado na Amadora, e instalasse ali o Posto de Comando Avançado, onde aguardaria a sua chegada.[43]

Como é do conhecimento geral, o pronunciamento militar foi neutralizado e, em poucas horas, os rebeldes renderam-se sem resistência, após o que, por decisão dos responsáveis pelo referido posto de comando, foram presos e enviados para a prisão civil de Custóias, no Porto, cerca de 130 militares. O director era, na altura, o dr. João Rodrigo Pinheiro Torres. Nesta operação participara directamente o general Morais da Silva (CEMFA) e o brigadeiro Pires Veloso, este último no desempenho das funções de comandante da Região Militar do Norte.

Estas detenções fizeram-se sem a intervenção do Serviço de Polícia Judiciária Militar e Sistema Prisional Militar, apesar de ambos estarem na dependência directa do Conselho da Revolução. Por essa razão, não dispomos de elementos concretos sobre o processo de cedência das instalações pelo Ministério da Justiça ao Exército, nem sobre as razões que presidiram à designação do coronel Sampaio Rodrigues para exercer o comando do sector da prisão reservado para acolher os detidos do 25 de Novembro.

Quando o assunto foi debatido no CR, não houve unanimidade à volta da decisão de enviar os prisioneiros para estabelecimento prisional civil do Porto. O próprio Presidente da República, no plenário do CR de 3 de Dezembro de 1975, *sugeriu que os militares não [seguissem] para prisões civis e que se [utilizassem] as Casas de Reclusão Militares, e considerou conveniente que o CEME [procurasse] pôr em condições a Casa de Reclusão da Trafaria* para os receber. Outras vozes expressaram-se noutros sentidos, acabando por prevalecer a opinião dos que propunham que essa responsabilidade fosse atribuída ao *Serviço Prisional Militar*.

Causou também alguma polémica o facto de existirem prisioneiros em Custóias, cuja participação no pronunciamento militar não estava provada, o que nos levou a intervir para lembrar ao CR que a experiência recente do 11 de Março e as boas práticas de justiça aconselhavam a *que não se [deixassem] radicalizar posições e se [investigasse] primeiro e só depois se prendesse, se [fosse] caso disso. Chamámos, ainda, a atenção para a necessidade [urgente] de legalizar as detenções do 25 de Novembro e [apresentámos] uma proposta de Resolução do Conselho da Revolução que [conferia] competência aos Serviços da Polícia Judiciária Militar para instruir os processos-crime relativos aos implicados no golpe militar do 25 de Novembro e promover a tramitação consequente, que o Conselho aprovou.*[44]

Como é procedimento militar habitual, após o 25 de Novembro, os vencedores procuraram explorar o sucesso alcançado no conflito em conformidade com um dos princípios da reciprocidade do velho mestre da guerra Clausewitz - ou não fossem eles militares experimentados – que defendia o seguinte: *enquanto o indivíduo não estiver derrotado, pode derrotar-me. Neste caso deixarei de ser senhor de mim mesmo; ele ditar-me-á a lei, tal como eu lhe ditei a ele.*[45]

No entanto, este ponto de vista, correcto numa perspectiva estritamente operacional, pode e deve ser temperado com outros importantes factores, como, por exemplo, a prévia avaliação deontológica do grau de proporcionalidade entre as sanções aplicadas aos derrotados e a gravidade dos actos cometidos, ou, ainda, o grau de correspondência entre a versão dos acontecimentos transmitida à sociedade pelos vencedores e a verdade dos factos que realmente se passaram. Queremos com isto dizer que, mesmo em tempo de guerra, não pode valer tudo. Há limites inultrapassáveis e mentiras que não devem ser ditas. Se é certo que na guerra a benevolência não deve condicionar a acção operacional, não é menos certo que a filantropia também deve fazer parte da dialéctica militar. Só assim se pode distinguir a fronteira entre civilização e a selvageria.

Carlos Barroso, Lusa

Memorial de homenagem aos presos políticos do Forte de Peniche inaugurado em 2019, na celebração do 45.º aniversário do 25 de Abril

Relativamente ao que se passou em 25 de Novembro, não restam dúvidas de que, sob o ponto de vista legal, é incontornável que a acção militar protagonizada pelas tropas pára-quedistas da Força Aérea foi deliberada e, por isso, os seus autores mereciam ser responsabilizados. Mas é nosso dever acrescentar que a lei militar aplicável na altura também mandava, nestes casos, apurar eventuais atenuantes quando se provasse que a insubordinação resultara de actos de abuso de autoridade.[46]

Por esta e outras razões, ainda hoje sentimos um certo incómodo quando se debate o tema do 25 de Novembro que, à semelhança da lua, tem um obscuro e misterioso lado escondido de que pouco se fala e ainda menos se conhece. Voltando ao Sistema Prisional Militar, é importante assinalar que uma parcela do grupo vencedor decidiu atingi-lo também no seguimento da exploração política e militar do sucesso após o 25 de Novembro. A principal arremetida foi dirigida à prisão de Alcoentre, talvez por estar ocupada por ex-funcionários da extinta PIDE/DGS e, por isso, ter para alguns um certo valor simbólico. Ou, simplesmente, como pretexto para sacrificar no altar da opinião pública conservadora mais uns quantos Novembristas dos que se dizia, com intencional exagero, estarem a envenenar o ambiente naquela prisão militar.

Por isso, foi sem grande surpresa que recebemos, no dia 30 de Novembro de 1975, um telefonema do comandante Xavier a comunicar que um camarada do Exército, o coronel de Infantaria António Gaspar de Melo, se tinha apresentado nas instalações da direcção com instruções para o substituir imediatamente nas

funções de director de serviços. Perguntou-nos se sabíamos o que se estava a passar, ao que respondemos negativamente. Até lá, acrescentámos, não cederia o lugar, a quem quer que fosse, sem receber instruções directas da nossa parte, até porque, naquela altura, a nossa prioridade era preparar a já anunciada visita da Comissão Internacional da Cruz Vermelha aos estabelecimentos prisionais militares.

2.10 SISTEMA PRISIONAL MILITAR SEGUNDO O COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

A visita do CICV realizou-se, como planeado, no período de 3 a 11 de Dezembro, e o teve o mérito de desmistificar o que aqui e além se dizia sobre o mau tratamento dado aos detidos nas prisões do foro militar, com a intenção clara de denegrir a imagem do Sistema Prisional Militar e, consequentemente, do próprio Conselho da Revolução. Por isso, julga-se que será útil registar neste momento os resultados da avaliação que os delegados da referida organização internacional fizeram das prisões militares dependentes do CR.

As visitas foram conduzidas pelo delegado M. François Payot, acompanhado pelo coronel médico Tender (FAP), na altura presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP). Apesar do curto espaço de tempo decorrido desde a visita anterior, os relatórios do referido delegado continuaram a reflectir claramente o esforço desenvolvido para melhorar as condições de funcionamento das prisões visitadas.

Todos os relatórios abrangeram basicamente os seguintes itens: cuidados médicos, alimentação, cantina, encomendas, correio, visitas, recreio, culto e condições de detenção. No entanto, por razões de espaço, apenas se apontarão seguidamente apenas as deficiências registadas em cada um deles.

A propósito do Forte Militar de Caxias, comandado pelo capitão Orlando Ventura de Mendonça, é dito o seguinte:

- *Os detidos não podem sair para o exterior dos muros do edifício da prisão;*
- *A prisão não possui biblioteca;*
- *Os detidos queixam-se de não ter a cela aberta durante o dia;*
- *Algumas mulheres queixam-se de não receberem os cuidados ginecológicos que pedem.*

Ainda que sendo basicamente verdadeiras, as supracitadas observações merecem-nos alguns reparos. Primeiro, porque se limitaram a transcrever as queixas de alguns detidos, sem as confrontar com as explicações dadas na ocasião pelo comandante do Forte. Por exemplo, o relatório omitiu que a prisão de Caxias tinha sido uma infra-estrutura recentemente herdada do regime anterior, cuja concepção e respectivos equipamentos tinham por objectivo principal encarcerar preventivamente os presos políticos de então e mantê-los por longos períodos incomunicáveis e em regime de total isolamento. Daí, a referida inexistência de áreas de recreio individual ou colectivo ao ar livre ou de quaisquer outras zonas de lazer, designadamente biblioteca ou capela. Omitiu também que essas obras já estavam já planeadas e autorizadas no sentido de resolvê-las a curto prazo, aliás, como sobressai de relatórios posteriores.

Além disso, o relatório devia ter dito, ao contrário do que disseram alguns detidos, que o regime de cela aberta já era na altura autorizado, só que, naturalmente, obedecendo aos horários e normas de segurança da prisão.

Por último, o relatório não mencionou que a presença de mulheres no forte de Caxias era episódica e, por isso, os cuidados ginecológicos de que necessitavam eram-lhes prestados, mediante autorização do médico da prisão, no vizinho Hospital Penitenciário de São João de Deus, cujas instalações se encontravam a escassas centenas de metros do Forte de Caxias.

No caso do Hospital Penitenciário de São João de Deus, cujo director era o dr. Abel da Silva, cirurgião, o relatório não registou qualquer queixa.

Quanto à Penitenciária de Lisboa, prisão civil cujo sector militar era comandado pelo tenente Armando José de Rosário Apetato, a delegação do CICR limitou-se a assinalar o seguinte:

- *Os detidos queixam-se da antiguidade das instalações higiénicas e da humidade da prisão.*
- *A direcção da prisão estima que precisa de dispor de uma segunda viatura para assegurar o transporte de detidos doentes*;

A primeira observação era verdadeira e aplicava-se à generalidade da prisão. Resultava da antiguidade das instalações e dos seus equipamentos. Aliás, esta foi uma das razões que, associada à duração, custo e complexidade das obras necessárias, levou a direcção do Sistema Prisional Militar a optar pela devolução dessas instalações ao Ministério da Justiça. Claro que, a partir daí, deixou de também de existir a necessidade apontada de uma segunda viatura.

MILITARES AMBICIONAVAM MUITO MAIS DO QUE UM SIMPLES GOLPE DE ESTADO

Sobre o Forte Militar de Peniche, comandado pelo capitão M. Henriques, o delegado do CICV escreveu as seguintes observações:

- *Nenhuma queixa, a não ser que, de vez em quando, a carne não era fresca;*
- *As visitas são por vezes anuladas por razões de segurança e os detidos queixam-se disso;*
- *Durante os últimos meses, várias visitas de famílias foram anuladas à última da hora, sem explicação. Famílias muitas vezes vindas de longe, após uma viagem cara, tiveram que regressar a casa sem ter visto o seu parente internado. Estes detidos queixam-se e insistem para que as visitas tenham lugar de maneira regular.*

Todas estas questões, com excepção da que se refere à discutível frescura da carne, já tinham sido referidas no anterior relatório do CICV, e, como se disse na ocasião, resultavam de medidas de segurança temporárias relacionadas com a fuga dos elementos da ex-PIDE/DGS de Alcoentre, facto que continuou a não ser mencionado pelo delegado CICV.

Relativamente ao Forte Militar de Alcoentre, comandado pelo Capitão Cunha Pignatelli, as

queixas dos detidos transpostas para o relatório da CICV foram mais numerosas e variadas:

- *Os detidos têm sistematicamente pedido que as suas famílias possam também visitá-los sábado-domingo. Com efeito as suas mulheres trabalham durante a semana e as deslocações são por vezes assaz longas. Além disso, seria muito desejável que sejam instaurados dias fixos para cada família, o que permitiria uma melhor planificação.*
- *Os detidos queixam-se de não poderem receber encomendas com cigarros, jornais e livros, etc..*
- *Os detidos pedem para poder dispor de rádios pessoais ou aparelhos de televisão.*
- *Os detidos desejam igualmente poder dispor de mais uma hora por dia para os seus passeios no exterior da cela. Este pedido justifica-se pelo facto de actualmente não poderem ter lazer nas suas células, nem de rádio, nem de jogos, etc..*
- *Eles pedem para poder comprar na cantina diferentes produtos, em maior quantidade, seja de cigarros ou material de toilete.*
- *No plano dos cuidados médicos, os detidos queixam-se do facto dos seus pedidos para visitar o médico nem sempre recebem resposta ou por vezes recebem com atraso.*
- *Os detidos pedem para receber regularmente a visita dum padre católico e poderem assistir à missa.*
- *Por fim, certos jovens detidos desejam poder fazer exames escolares na prisão.*

À semelhança do relatório anterior, nada se diz sobre o facto de o endurecimento do regime prisional em Alcoentre ter resultado do inaceitável facilitismo em que viviam os presos da ex-PIDE/DGS, que teve o seu ápice no momento da fuga de 29 de Junho de 1975. Apesar disso, é de assinalar que o delegado do CICV não deixou de reconhecer os progressos significativos em relação ao mês de Agosto anterior e registar que, *desde 15 de Novembro de 1975, as visitas de familiares retomaram um ritmo progressivamente normal, [...] que todas as celas [estavam] abertas e os detidos [podiam] por isso se encontrar livremente no corredor central e [...] passear uma vez durante uma hora por dia no pátio exterior. Além disso, o relator sublinhou também que a chegada dum novo comandante e dum novo responsável do serviço social, que desejam manifestamente melhorar este estado de coisas, [foi] de natureza a distender a atmosfera [prisional].*

Por último, e apesar de na altura não fazer parte do Sistema Prisional Militar, convém referir as observações contidas no relatório do CICV sobre a prisão de Custóias, cujo sector militar era comandado pelo coronel Sampaio Rodrigues. Nele se referem, ainda que sem grande desenvolvimento, três situações anómalas, todas de carácter temporário e impostas, não pela autoridade prisional, mas pelas exigências processuais da exclusiva responsabilidade da Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro:

- *Os militares não podem passear e estão todo o dia encerrados na sua cela individual;*
- *Os militares estão incomunicáveis e não têm direito a visitas;*
- *Os detidos não têm qual qualquer possibilidade de ter recreios. Não têm rádio nem televisão individual.*

Mesmo o leitor pouco familiarizado com estas matérias percebe facilmente que as queixas registadas pelo CICV não são de molde a ferir os critérios e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) relativas ao tratamento de reclusos. Isto é, contrariamente ao que se fez constar em certos meios militares e civis, antes e depois do 25 de Novembro, nem a Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem nem antes o Comité Internacional da Cruz Vermelha referiram nos seus relatórios quaisquer indícios da existência de maus-tratos ou sevícias infligidos aos reclusos internados em qualquer um dos estabelecimentos prisionais militares visitados.

Se os houve, eles foram certamente praticadas por gente agindo por conta própria e fora dos muros das prisões militares, aliás, como mais adiante se referirá.

Nota: Retomaremos o tema das consequências do 25 de Novembro no Sistema Prisional Militar na próxima edição de O Referencial, começando por relatar o motim na cadeia de Custóias, no Porto, no primeiro dia do ano de 1976 e Dia Mundial da Paz.

---

(1) *Operação Viragem Histórica, 25 de Abril – 25 de Abril de 1974*, Edições Colibri, 2017 pag. 234. O tenente-coronel Azeredo era um oficial do MFA, spinolista convicto, que se preparava para assumir o comando da Região Militar do Norte em vez do preferido do MFA, major Corvacho, intenção frustrada pelo capitão Vasco Lourenço após seu regresso dos Açores, reassumindo a liderança operacional do MFA no Exército.

(2) Este foi o título dado a uma peça de teatro escrita pelo major Menino Vargas sobre o assunto com assinalável sucesso. Edições Colibri e A25A, Abril de 2019.

(3) Esta é a opinião do general (então tenente-coronel) Franco Charais que acompanhou de perto os desenvolvimentos político-militares naquele período inicial, primeiro no Posto de Comando do MFA na Pontinha, onde esteve reunido na noite de 25 para 26 com os membros da Junta, e depois no EMGFA, para onde transitou com o major Vítor Alves para apoiar, em nome do MFA, o general Costa Gomes.

(4) *Operação Viragem Histórica*, Edições Colibri-A25A, 1.ª edição, pág. 411.

(5) O capitão Andrade de Moura faleceu sem que tivesse comunicado ao capitão Alberto Ferreira quem, da Pontinha, lhe tinha dado a ordem para regressar a Estremoz. No entanto, atendendo a que a missão incluía a escolta do novo comandante da Região Militar do Sul, militar da confiança do general Spínola, é muito provável que o telefonema tenha sido feito por alguém do grupo que o acompanhava quando se deslocou à Pontinha para tentar assumir a direcção do Movimento.

Durante o período da conspiração, cada Ramo das FA, à semelhança do Exército, constituiu a sua própria Comissão Coordenadora. Logo a seguir ao 25 de Abril, as figuras do MFA envolvidas na acção militar acordaram entre a constituição de uma Comissão Coordenadora do Programa do MFA (CCPMFA) única, constituída por 7 elementos - 3 do Exército, 2 da Marinha e 2 da Força Aérea, de preferência elementos que tivessem participado na Revolução. A estes juntar-se-iam também os elementos do MFA escolhidos por cada um dos Ramos para estabelecerem uma ligação permanente entre o membro da Junta e a CCPMFA, de preferência a desempenhar a função de chefe de gabinete. O conjunto foi designado por Comissão Coordenadora Alargada do Programa do MFA. Até ao 28 de Setembro, a CCPMFA foi a seguinte: coronel Vasco Gonçalves, major Melo Antunes e major Vítor Alves, do Exército; comandante Victor Crespo e 1.º tenente Almada Contreiras, pela Marinha; capitão Costa Martins e capitão Pereira Pinto, pela Força Aérea. Nos gabinetes dos membros da Junta estavam colocados: capitão Vasco Lourenço com o general J. Silvério Marques, comandante Martins Guerreiro com o almirante Pinheiro de Azevedo, comandante Cavalheiro com o almirante Rosa Coutinho, major Costa Neves com o general Galvão de Melo e major Seabra com o general Diogo Neto. Os generais Spínola e Costa Gomes escolheram os seus próprios chefes de gabinete, respectivamente o tenente-coronel Dias de Lima e tenente-coronel Ferreira da Cunha, nenhum deles com ligação directa ao MFA. Após esse período, houve importantes alterações na composição da Comissão: saíram o coronel Vasco Gonçalves, major Melo Antunes, major Vítor Alves e capitão Costa Martins; entraram capitão Vasco Lourenço, tenente-coronel Franco Charais, capitão Pinto Soares e capitão Canto e Castro. Mais tarde, haveria ainda de sair o comandante Vítor Crespo para entrar o 1º tenente Miguel Judas. A CCPMFA alargada acabou por nunca funcionar.

(7) Os grupos de militares que precederam o SCEDGSLP foram conhecidos, primeiro, por Comissão de Desmantelamento da PIDE/DGS e LP, e, depois, por Comissão de Liquidação da PIDE/DGS, esta última já dirigida pelo comandante Conceição Silva.

(8) O almirante Rosa Coutinho foi para Angola ocupar o de cargo de Presidente da Junta Governativa daquela Colónia após a demissão do último Governador-Geral, general Silvino Silvério Marques.

(9) Guarda prisional Maximino Alves Martins.

(10) Decreto-lei n.º 310/74, de 8 de Julho.

(11) Ilustre diplomata por diversas vezes embaixador de Portugal, aposentou-se da função pública a seu pedido em 11 de Março de 2013. É autor do blogue generalista "Duas ou Três Coisas", no qual escreveu um bem-humorado texto sobre a nossa segunda ida à Penitenciária de Lisboa.

(12) Entrevista publicada pela *Portugal Editora* sob o título *MFA, Movimento Revolucionário* (1975).

(13) *Ibidem*, n.º 9, p. 11.
(14) Depois de o general Galvão de Melo ter sido demitido da Junta de Salvação Nacional, entregou-me um requerimento dirigido ao MFA a solicitar o regresso ao posto de coronel que tinha à data do 25 de Abril, por entender que a isso o obrigava o facto de ter perdido a confiança do Movimento, única razão que tinha justificado a sua promoção a general. Entreguei pessoalmente este requerimento ao tenente-coronel Victor Alves, pedindo-lhe para o fazer chegar à Comissão Coordenadora do MFA.
(15) *Ibidem*, nº 9, p. 12
(16) Em Janeiro de 1975, delegações do governo português e dos três movimentos de libertação angolanos, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) iniciaram, no Alvor, as negociações para a celebração de um acordo sobre a partilha do poder após a obtenção da independência, que foi assinado no dia 15 desse mês.
(17) Decreto-Lei n.º 36/75, de 31 de Janeiro, que criou a DGRS.
(18) EMGFA, Direcção-Geral de Recursos e Saneamento, ofício n.º 20/75, 27 de Fevereiro de 1975, dirigido ao general-comandante da GNR.
(19) Memorando de 4 de Março de 1975, da 5ª Divisão do EMGFA. A este propósito, devo acrescentar que a 9 de Março, em casa do general Galvão de Melo, em Birre, onde fui entregar já no fim do dia, com a concordância do general Pinho Freire, que o tinha substituído na Junta de Salvação Nacional, propondo-me que eu me mantivesse no desempenho das funções de chefe de gabinete, um pacote de documentos pessoais que tinham ficado nos armários. A determinada altura, entrou na sala um elemento da embaixada alemã com ar muito preocupado exclamando: "os militares estão na rua!". Galvão de Melo perguntou-me se sabia o que se passava. A resposta foi negativa, mas prometi-lhe que, caso houvesse problemas, o avisaria. Saí e telefonei ao Vasco Lourenço que disse desconhecer. Ainda dei umas voltas por Lisboa, mas a cidade estava calma.
(20) Liga de Unidade e de Acção Revolucionária, fundada em Paris em 1967 e liderada por Palma Inácio.
(21) Grupo marxista-leninista uruguaio de guerrilha urbana.
(22) O golpe militar encontra-se descrito no *Relatório Preliminar de Inquérito* elaborado por uma comissão constituída para o efeito por elementos dos três ramos das Forças Armadas, solidamente apoiado nas declarações dos próprios detidos e posteriores investigações. Os respectivos processos foram instruídos no Serviço de Polícia Militar.
(23) O general Spínola fugiu de helicóptero para base aérea de Talavera la Real, em Espanha, acompanhado por outros intervenientes no golpe.
(24) Lei n.º 5/75, de 14 de Março.
(25) Decreto-lei 137-A/75, de 17 de Março.
(26) Decreto-Lei n.º 184-A/75, de 3 de Abril.
(27) EMGFA, Direcção- Geral de Recursos e Saneamento, ofício n.º 41/75, 2 de Maio de 1975.
(28) Tradução do francês da responsabilidade do autor do artigo.
(29) *Ibidem*, nº 25, p. 20.
(30) Entrevista do jornal *Público* a fugitivos da prisão de Alcoentre, sob anonimato, conduzida pela jornalista Maria José Oliveira (3 de Julho de 2005).
(31) Forte Militar de Alcoentre, Ordem de Serviço n.º 27, de 2 Julho de 1975.
(32) Forte Militar de Alcoentre, Ordem de Serviço n.º 35, de 15 de Julho de 1975.
(33) Ibidem, n.º 27, p. 23
(34) Processo de Averiguações à fuga de Alcoentre, fl. 4.
(35) Ibidem, nºs 27, 30 – p. 25
(36) Ibidem, nºs 27, 30, 32 – p. 26
(37) Ofícios números 1290/75, 1293/75 e 1294/75, todos de 17 de Novembro de 1975, assinados pelo director dos Serviços Prisionais, comandante Xavier.
(38) Entrevista à jornalista Maria José Oliveira, jornal *Público* (3 de Julho de 2005).
(39) O Decreto-Lei nº 13/75, de 12 de Novembro, definiu a composição de um Tribunal Militar Conjunto encarregado dos julgamentos dos elementos das extintas polícia política e da legião portuguesa
(40) Declarações escritas do próprio comandante Xavier.
(41) Forte Militar de Alcoentre, Ordem de Serviço n.º 126, de 24 de Novembro de 1975.
(42) Acta do CR de 29 de Novembro de 1975.
(43) Informação confirmada pelo coronel Vasco Lourenço ao autor no âmbito deste trabalho.
(44) Acta do CR do plenário de 3 de Dezembro de 1975.
(45) Da Natureza da Guerra, de Carl von Clauzewitz, Coisas de Ler Edições, Lda., 2.ª edição, Agosto de 2007, pág. 14.
(46) Art.º 108º do Código de Justiça Militar, 11ª Edição, 1971.

ERRATA – CORONEL CAMPOS ANDRADA

Na Parte I deste trabalho, publicada na edição anterior de *O Referencial*, referimo-nos ao coronel Campos Andrada, na altura major, como pertencendo a Cavalaria 7, quando este oficial, em 25 de Abril de 1974, já se encontrava colocado há cerca de quatro meses no Regimento de Lanceiros 2, vizinho de Cavalaria 7, na Calçada da Ajuda. Aqui fica registada a devida correcção, com o nosso pedido de desculpa pelo lapso cometido.

DIREITO DE RESPOSTA

CARLOS JOSÉ DE CAMPOS ANDRADA, Cor. Cav. Ref. de acordo com o artigo 24.° da secção I do Capitulo V da Lei de Imprensa n.° 2/99, vem, em resposta ao artigo escrito por Costa Neves sob o tema MEMÓRIAS DE ABRIL, publicado na revista O REFERENCIAL N° 136 de Janeiro – Março de 2020, na PARTE I em 1.4 POLÍCIA POLÍTICA SEGUNDO O PROGRAMA DO MFA, Solicitar a Publicação do seguinte texto:

1 – Sinto-me profundamente ofendido na forma como o meu nome é tratado nas descrições de Costa Neves que me trata como "personagem" numa descrição inventada para valorizar a Marinha. Com declarações falsas de Alberto Ferreira, que mais à frente provarei, para denegrir o meu nome. Também me incluem nos "prosélitos" do Gen. Spínola o que também não é verdade.
2 – Fazia parte da Ordem de Operações (OP) elaborada pelo Otelo, que os dois Esquadrões do RC3 de Estremoz, comandados por Andrade de Sousa (infelizmente falecido a 23 de Março de 2020) e Alberto Ferreira, montar o cerco ao Edifício da PIDE/DGS.
A ser verdade que o Esquadrão de Alberto Ferreira estava no Largo Camões, não era o local apropriado para a sua missão de cerco utilizando as viaturas blindadas, mas sim nas entradas da Rua António Maria Cardoso no Largo do Chiado e Rua Duque de Bragança para cobrir as traseiras do Edifício da PIDE. O Esquadrão de Andrade de Moura ocuparia as mesmas Ruas mas do lado oposto. Era este dispositivo que pretendia adotar para realizar o previsto ataque à PIDE contando ainda com uma Companhia de Infantaria da Amadora que ocupava o Largo do Chiado.
3 – Costa Neves escreve que eu era de Cav. 7 mas está enganado. Estava colocado no Reg. Lanceiros 2 desde Janeiro de 1974, após a promoção a Major.
4 – Para que fique esclarecido uma vez por todas e acabem as calunias, vejo-me obrigado a relatar o que fiz nos dias 25, 26 e 27de Abril de 1974.
Assim na noite de 25 de Abril após o primeiro sinal saí de casa e fui para o Reg. Lanc.2, para cumprir a minha missão da OP para cercar o Forte da Trafaria e soltar os camaradas ali detidos na sequência da saída falhada das Caldas Rainha a 16 de Março. Entrei no Regimento à meia-noite para deter o oficial de dia que não tinha aderido ao Movimento dos Capitães, que me perguntou o que estava ali a fazer e que tinha recebido ordem do Quartel-General para enviar 2 Rondas PE ao CIAC de Cascais, por o guarda do Palácio ter informado que havia grande movimento naquele Quartel anexo do Palácio. Saí do Regimento com as Rondas e dei-lhes ordem para não irem para Cascais e ficarem pela Calçada da Ajuda e segui para Lisboa com 3 Alferes no carro do Manuel Madeira para verificar o que se estava a passar e o porquê dos atrasos pois já passava da 01 da manhã. De uma cabine telefónica, ligamos para Regimento e o telefonista informou que o comandante estava no Quartel e lhe dera ordem para contactar todos os Oficiais e sargentos para se apresentarem no Regimento com urgência.
Fiquei preocupado com a notícia do comandante já estar em Lanceiros 2 e telefonei para casa ficando a saber pela minha Mulher que este já tinha ligado à minha procura. Desfiz-me da Ord. Op. que tinha comigo e fui de TP para o Regimento onde cheguei já de dia. Percebi que Jaime Neves com o seu grupo

não tinha conseguido prender os Cmdts. de Lac.2 e Cav. 7. Eu era o único Oficial Superior na unidade que tinha aderido ao movimento desde o início, ainda quando estava em Cav, 7 e o Vasco Lourenço me veio convidar para aderir ao Movimento. Em Lanc. 2 tinha comigo os Comandantes dos 3 Esquadrões Ten. Ravara, Cap. Baltazar e Alferes Anjos a quem no dia 24 Abril de 1974 lhes dei conhecimento dos códigos, palavras passe e missão da Or. de Op.

Às 09.00h não houve o render da parada e o Cmdt. manda formar o 1° Esquadrão para ir atacar o QG que já tinha sido ocupado pelo Major Fontão com as forças de Caç 5, e da sala de oficiais pelo telefone militar, informei o Major Fontão que ia sair um Esquadrão para o atacar, mas era dos nossos pelo que não o faria. Respondeu-me que não precisava dele e que o mandasse estacionar na Praça de Espanha. Depois de ir à Parada falar com o Ten. Ravara e dar-lhe ordem para estacionar na Praça de Espanha, fui dizer ao cmdt. que iria ser responsabilizado pelas ordens que estava a dar e depois de ele me ter dito "está também metido nisto" percebi que podia ser detido pelo que falei com o Otelo que me disse para tentar sair do Regimento e com o Esquadrão estacionado na Praça de Espanha tentar cumprir a missão e se conseguisse fosse para o Posto de Comando na Pontinha.

Consegui sair de Lanc. 2 com o meu condutor numa viatura com rádio, mas ao chegar à Praça de Espanha verifiquei com o Cmdt do 1° Esquadrão que só com G3 não era possível cumprir a missão, pelo que depois de informar o Otelo da situação fui para a Pontinha onde permaneci até ao fim do dia e só saí da Pontinha depois do Gen. Spínola ter entrado Posto de Comando para felicitar o Otelo que estava ao meu lado e me ter dado ordem de ir comandar as forças que estavam a cercar a sede da PIDE/DGS.

Saí da Pontinha e cheguei ao Largo do Chiado cerca das 20.00 horas, quando tinham acabado de ser mortos pela PIDE 4 civis e vários feridos, onde a confusão era enorme com o movimento das ambulâncias e uma multidão de populares. Apercebi-me então da dificuldade da missão de atacar o edifício da sede da PIDE para obter a sua rendição, sem primeiro afastar os populares da Rua António Maria Cardoso. Já era noite e qualquer ação militar só era possível de dia, pelo que foi montada segurança pelas forças Reg. de Infantaria da Amadora para evitar mais acidentes.

Fui para o Quartel do Carmo que já se tinha rendido ao Salgueiro Maia onde reuni com os camaradas das forças do Reg. Cav. 3 e Reg. Infantaria da Amadora.

Quando pela manhã de 26 de Abril me ia dirigir para o Largo do Chiado, apareceu uma escolta com o PIDE Coelho Dias, que informou que o Major Silva Pais se rendia ao Major Campos Andrada conforme tinha combinado com o General Spínola e que as portas já estavam abertas.

Para mim, isto foi um grande alívio, pois não tinha dúvidas do número de baixas que o ataque tinha previsto iria causar, se as forças da PIDE resistissem à rendição.

Ao chegar ao Largo do Chiado, quando ia a entrar na Rua António Maria Cardoso, aparece uma força da Marinha comandados pelo Costa Correia, que já conhecia por pertencermos ao mesmo Curso Geral Preparatório (1956/57) na Escola do Exército, a quem expliquei a situação sobre a rendição do diretor Silva Pais e que ia entrar na PIDE//DGS, que me perguntou se me podia acompanhar, ao que respondi sim. Assim, seguimos para o edifício tendo-se juntado a nós o jornalista João Garin do Diário de Notícias.

Já no interior, Coelho Dias levou-nos ao gabinete onde estava o diretor e vários inspetores superiores. Recebi a rendição de Silva Pais, mandei retirar os quadros das paredes com Salazar, Caetano e Tomás e desarmar todos os agentes com entrega das armas, que foram sendo depositadas numa mesa que em pouco tempo ficou cheia, quando passavam para a biblioteca onde ficaram detidos. Foram-me entregues pelo inspetor Pereira de Carvalho as chaves das instalações e com ele fui passar revista aos vários setores desde escutas telefónicas, Interpol, comunicações rádio etc, e verifiquei que ao abrir as gavetas das secretárias havia quase sempre uma arma, pelo que foi necessário colocar militares de guarda nas várias salas.

Ao chegar à sala onde estavam as Fichas dos Opositores ao Regime, pedi a Pereira de Carvalho para verificar se eu tinha ficha, o que ele fez e me mostrou, onde constava apenas um número de processo, estando o mesmo noutro andar.

Mais tarde, recebi ordens via telefone do Gen. Spínola, para mandar revistar um gabinete, chamar o inspetor Coelho Dias, que me iria dar uma Lista com os nomes dos agentes, a quem devia fornecer viaturas e armas, para irem guarnecer as fronteiras. Quando passado algum tempo, Coelho Dias me entregou a dita Lista, verifiquei que os nomes não coincidiam com os cargos, pois desde o condutor ao rádio telegrafista eram todos inspetores de primeira, que confirmei nos ficheiros da PIDE, apercebi-me que se tratava de uma fuga de responsáveis, pelo que telefonei ao Gen. Spínola e disse-lhe que não iria cumprir a ordem que me tinha dado e desligou telefone.

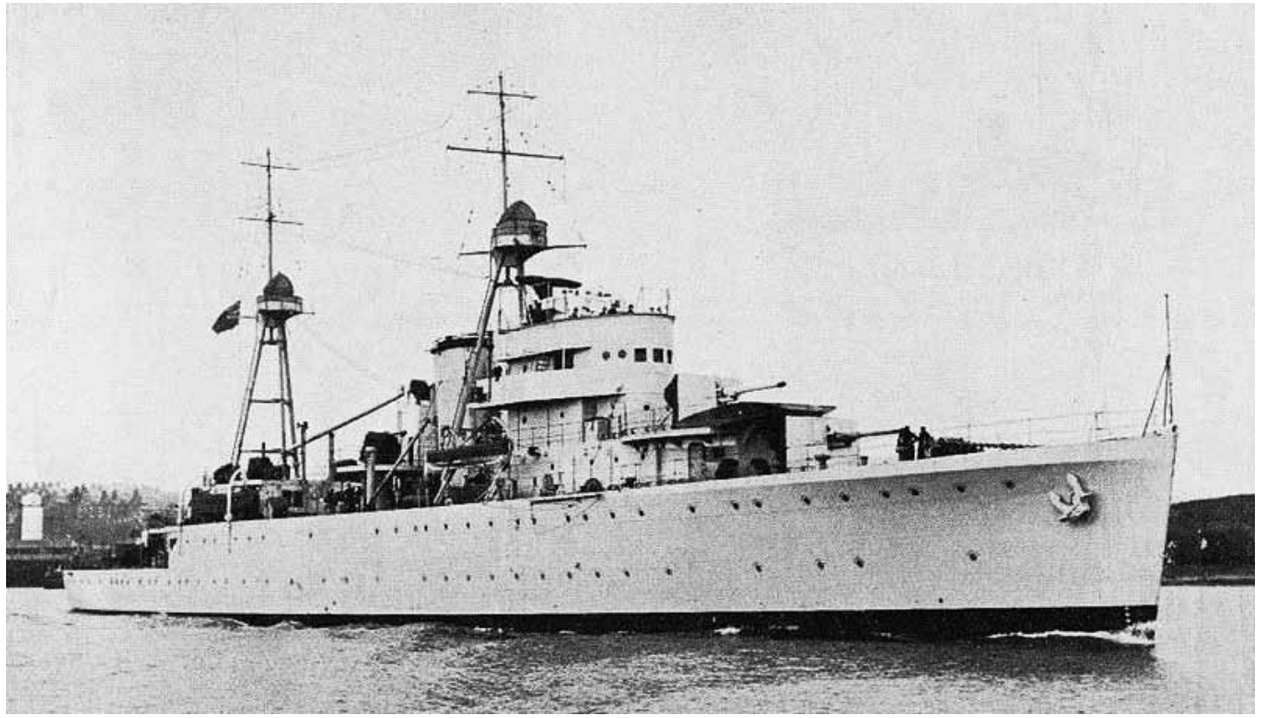
Passado cerca de uma hora recebi uma chamada do Gen. Costa Gomes que me deu ordem para com viaturas do RL 2, que já se tinha rendido ao Coronel, Correia de Campos, organizar uma coluna para transportar os agentes detidos para a Prisão de Caxias, o que cumpri, ficando as instalações da PIDE à guarda de Costa Correia.

Ao chegar a Caxias, os presos Políticos ainda não tinham saído, pelo que tive de colocar a coluna dentro da prisão Hospital e deslocar-me à prisão, onde uma multidão aguardava a saída dos seus familiares presos. Ali fui informado pelos camaradas da marinha que tinham ocupado a prisão, que a demora se devia a uma ordem do Gen. Spínola, para que não fossem libertados todos os presos Políticos de uma Lista não concluída da qual constava Tengarrinha e outros. Disse-lhes que tinha uma coluna com 80 pides na prisão Hospital para lhes entregar, mas só o faria depois de serem libertados todos os presos políticos, pois não os ia misturar com pides, devendo informar o Gen. Spínola desta minha afirmação.

Só passado quase duas horas veio a ordem para serem soltos todos os presos Políticos e só depois de ter verificado que celas estavam vazias, fui buscar a coluna dos Pides que entreguei aos marinheiros que guarneciam o Forte, concluindo a minha missão.

Em 01de Junho de 2020

Carlos José de Campos Andrada
Cor. Cav. Ref.



Direitos Reservados

Marinheiros do NRP Afonso de Albuquerque foram os primeiros presos do Tarrafal depois da sublevação contra a ditadura de Salazar

REVOLTA DOS MARINHEIROS

O Referencial **traz à memória um episódio ocorrido em Setembro de 1936 e ocultado durante muitos anos: a sublevação dos marinheiros do navio-almirante da Armada portuguesa, o Afonso de Albuquerque e do seu acompanhante o Dão, contra a ditadura de Salazar**

CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS

A ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DA ARMADA havia-me convidado para, a 8 de Setembro 2016, falar sobre o Movimento das Forças Armadas na cerimónia Comemorativa da Revolta dos Marinheiros.

Tendo anteriormente, na sequência dos contactos entre o MFA e a Unión Militar Democrática (UMD), travado conhecimento com alguém que havia tocado tangencialmente a Revolta dos Marinheiros, entendi que a melhor forma de homenagear os nossos marinheiros, na cerimónia organizada pela Associação de Praças seria, para além de falar sobre a participação da Marinha no 25 de Abril, transmitir uma mensagem viva de alguém que estivera embarcado e tinha navegado com os heróis daquele acto de revolta.

Esse alguém era o então jovem Nicolás, que com 10 anos, embarcara no porto mediterrânico de Alicante no Navio da República Portuguesa (NRP) Afonso de Albuquerque, com destino a Lisboa, com o fim de se juntar à família, e dele desembarcou, em Alcântara, a 7 de Setembro de 1936, o dia anterior ao navio tomar parte activa na Revolta dos Marinheiros.

Assim, solicitei ao professor D. Nicolás Sánchez-Albornoz que nos enviasse uma mensagem para ser lida naquela cerimónia.

É essa mensagem que se reproduz nas páginas seguintes, naturalmente traduzida, precedida de um breve apontamento sobre os antecedentes aos factos aqui referidos e relativos àquele ano de 1936.

ANTECEDENTES

Decorria o verão de 1936 quando se dá em Espanha, a 18 de Julho, o "Alzamiento", que iria dar lugar a uma guerra civil impiedosa, a que se seguiriam 36 anos de tirânica ditadura.

Era Embaixador da República espanhola em Lisboa, desde 15 de Maio desse mesmo ano, o Professor D. Cláudio Sánchez-Albornoz, historiador de renome mundial, antigo reitor da Universidade Central de Madrid, deputado, ministro da República e, agora, diplomata.

D. Cláudio Sánchez-Albornoz e alguns dos funcionários que se mantiveram fiéis à República, designadamente o seu adido militar, sofreram a partir do levantamento de 18 de Julho os maiores vexames e mesmo agressões físicas por parte dos falangistas espanhóis que passaram a enxamear Lisboa. Refira-se que esta situação, vergonhosa e contra tudo o que o direito internacional permite, tinha o descarado apoio das autoridades policiais e diplomáticas portuguesas.

Entretanto, o embaixador D. Cláudio Sánchez-Albornoz consegue que o seu filho Nicolás, na altura com apenas dez anos, e que estava de férias em Espanha e na falta de outro meio de transporte, embarque no porto de Alicante, no N.R.P. Afonso de Albuquerque, que ali se encontrava de passagem para Portugal, no regresso de uma acção de transporte de exilados espanhóis e repatriamento de cidadãos portugueses.

Precisamente na véspera da revolta dos navios, o jovem Nicolás chega a Lisboa, a bordo do *Afonso de Albuquerque*, navio que algumas horas depois será bombardeado pelas baterias dos fortes de defesa costeira, fiéis a Salazar, tendo, em consequência, encalhado posteriormente na praia de Algés.

Finalmente, quando em 31 de Outubro desse ano e na sequência da ruptura das relações diplomáticas com o governo da República espanhola imposta pelo governo de Salazar, o embaixador Sánchez-Albornoz, apesar de alguma dificuldade, consegue embarcar em Lisboa com destino a Bordéus, para um exílio que durará quarenta longos anos.

Com a saída do embaixador D. Cláudio Sánchez-Albornoz para França, onde reinicia a sua carreira académica até à invasão do país pelos alemães, e depois na Argentina, onde busca novo local de exílio, que terminará com o seu regresso a Espanha, depois da morte de Franco, em 1975.

Entre 1962 e 1979, D. Cláudio Sánchez-Albornoz voltou à política, após ter sido eleito presidente do governo republicano espanhol no exílio.

Com uma vasta obra publicada sobre a Idade Média na Península Ibérica, foi nomeado doutor *honoris causa* por várias Universidades americanas e europeias, entre as quais a de Lisboa.

DECORRIA O VERÃO DE 1936 QUANDO SE DÁ EM ESPANHA, A 18 DE JULHO, O "ALZAMIENTO", QUE IRIA DAR LUGAR A UMA GUERRA CIVIL IMPIEDOSA

NICOLÁS SÁNCHEZ-ALBORNOZ

Não podendo acompanhar o pai no exílio, quando este teve de fugir de novo, agora da França invadida, D. Nicolás Sánchez-Albornoz regressa a Espanha com as irmãs, vindo posteriormente, quando aluno universitário, corria o ano de 1946, a ser preso em Madrid e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão e obrigado cumprir a pena nas obras – eufemismo para trabalhos forçados - que então se iniciavam no Vale dos Caídos, no município de San Lorenzo de El Escorial, integrado no Destacamento Penal do Mosteiro de Colgamuros, donde consegue fugir com um companheiro, em Agosto de 1948, exilando-se na Argentina, depois de passar por França.

Terminados os estudo académicos, já na Argentina, desenvolve ali uma brilhante carreira académica no campo da sociologia, que estende posteriormente aos Estados Unidos, onde leciona nas universidades de Nova Iorque, Texas e Austin.

Regressado a Espanha depois da morte de Franco é escolhido pelo governo de Espanha para ser o primeiro Director do recém-criado Instituto Cervantes.

Não há muito tempo, tive a honra e agradável surpresa de conhecer tão ilustre personagem, durante uma jornada em Madrid em torno do 25 de Abril, organizada pelos nossos camaradas militares espanhóis da UMD.

A propósito daquela comemoração do 8 de Setembro de 1936, organizada pelo Clube de Praças da Armada, pareceu-me que a melhor forma de a ela nos associarmos e contribuir para seu o merecido relevo, era apresentar o contributo vivo de alguém contemporâneo daqueles acontecimentos e que havia estado embarcado no Afonso de Albuquerque com os marinheiros que então se homenageavam e havia desembarcado do navio, já em Lisboa e poucas horas antes de aqueles largarem para a acção heróica.

Assim, solicitei a D. Nicolás Sánchez-Albornoz o envio de uma mensagem para ser lida naquela sessão, pedido a que ele respondeu positivamente.

É pois do então jovem companheiro de viagem dos Marinheiros da Gesta do 8 de Setembro de 1936, a bordo do Afonso de Albuquerque e também ele veterano combatente pela democracia, a mensagem que se transcreve nas páginas seguintes.

ESSE ALGUÉM ERA O ENTÃO JOVEM NICOLÁS QUE, COM 10 ANOS, EMBARCARA NO NRP AFONSO DE ALBUQUERQUE COM DESTINO A LISBOA

BIBLIOGRAFIA:

- Nicolás Sánchez-Albornoz, *Cárceles y Exilios*, Editorial Anagrama, Barcelona, 2012.
- António Pedro Vicente, *Espanha e Portugal, Um olhar sobre as relações Peninsulares no sé. XX*, Tribuna da História, Lisboa 2003.
- Iva Delgado - *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Publicações Europa-América, s/d.
- Jorge Fazenda Lourenço e Inês Espada Vieira (org.), *"Un niño en Palhavã", Guerra Civil de Espanha: Cruzando Fronteiras - 70 Anos Depois*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2007.
- Manuel Guedes, *El Paseo*, Edições Sociais, Lisboa, 1976.
- Gisela Santos de Oliveira, *A Revolta dos Marinheiros de 1936*, Amadora, Agosto 2009.

HOMENAGEM AOS MARINHEIROS SUBLEVADOS

O autor deste texto tinha então 10 anos quando em Setembro de 1936 os marinheiros do *Afonso de Albuquerque* e do *Dão* se revoltaram contra a ditadura de Salazar. Tinha viajado no dia anterior no navio-almirante da Armada portuguesa, o *Afonso de Albuquerque*, vindo de Espanha, quando se deu a sublevação

D. NICOLÁS SÁNCHEZ-ALBORNOZ*

COMEMORA-SE NESTES DIAS os 80 anos* de um episódio ocultado durante muitos anos, a sublevação dos marinheiros do navio-almirante da Armada portuguesa, o *Afonso de Albuquerque* e do seu acompanhante o *Dão,* contra a ditadura de Salazar e tendo em vista, assim o afirmo, o objectivo de se unirem de imediato à frota leal que fez abortar o levantamento do corpo de oficiais contra a República espanhola.

D. Nicolás Sánchez-Albornoz viajou no NRP Afonso de Albuquerque de Alicante até Lisboa em 1936

Daquele acontecimento singular na luta pelas liberdades em Portugal e pela fraternidade entre países vizinhos, tenho receio que somente esteja viva uma testemunha, dado o privilégio de ter então somente dez anos de idade e pelo facto de conservar ainda fresca a memória.

Que fazia um rapazinho espanhol a bordo de navios de guerra portugueses nos inícios da Guerra Civil de Espanha?

Embarquei no *Afonso de Albuquerque*, em Alicante, numa operação de repatriamento voluntário de cidadãos portugueses devido ao deflagrar da guerra civil. Não era português, mas o meu pai era nessa altura embaixador da República Espanhola em Lisboa. Como estavam cortadas as comunicações ferroviárias via Badajoz, a única possibilidade que existia, a partir de Madrid, de me juntar a ele era por via marítima. O governo português concedeu ao meu pai o favor de eu poder embarcar na expedição humanitária organizada em colaboração com a marinha lusitana.

Horas depois de largarmos de Alicante, os dois navios portugueses fundearam, sem que tal estivesse previsto, na baía de Cartagena, em frente dos navios cujos marinheiros tinha feito fracassar semanas atrás a sublevação dos oficiais e que com a sua determinação assegurou a lealdade da esquadra à República. Nos escaleres, os marinheiros portugueses aproximaram-se dos navios fundeados, sem a companhia ou comando de algum dos seus oficiais. Naturalmente, ninguém explicou a um rapazinho os motivos nem o que foi tratado naquele encontro, mas, com a distância dos anos, tenho-o por um facto dos mais significativos para a interpretação das intenções que evolvem os acontecimentos posteriores.

Cláudio Sánchez-Albornoz, pai de Nicolás Sánchez-Albornoz, era o embaixador de Espanha em Lisboa

Passado o Estreito de Gibraltar, o convés animou-se com uma intensa movimentação da marinhagem em disciplinada revista de armamento, ligeiro ou pesado, ante o olhar atónito de um rapazinho chegado de terra adentro e que navegava pela primeira vez, fascinado pela visão de canhões e baleias com as quais nos cruzámos no nosso caminho. A altas horas da noite fomos acordados intempestivamente para desembarcar em Lisboa, apesar de nos haver sido dito que tal aconteceria às primeiras horas da manhã.

A essas horas, já em Palhavã, fui despertado, tal como o resto de Lisboa, pelo ribombar dos disparos das baterias de costa situadas no estuário do Tejo, contra os navios que tinham içado a bandeira da revolta e tinha largado com rumo desconhecido. Neutralizados os navios e presos os marinheiros, o acontecimento encheu inevitavelmente as primeiras páginas dos jornais lisboetas, para desaparecer logo de imediato por obra da censura, com uma eficácia que me veio a surpreender. Estando em Londres em 1960, entrei em contacto com o exílio português. Este não tinha ouvido falar daquele garboso acto opositor.

Encerro a minha recordação prestando uma homenagem àquela que se presta neste aniversário aos marinheiros com os quais convivi alguns dias, faz agora 80 anos e dos quais recebi numerosas atenções, com uma recordação de profunda admiração, maculada infelizmente pela dor que os esperaria no sinistro Campo do Tarrafal.

*Esta mensagem de D. Nicolás Sánchèz-Albornoz foi escrita e traduzida em Setembro de 2016, a propósito dos 80 anos da revolta dos marinheiros

João Relvas, Lusa

Que conceito de FFAA será capaz identificar ameaças, reduzir vulnerabilidades e minimizar riscos inerentes à crise ambiental e climática?

Que forças armadas na época das emergências globais?

O velho Serviço Militar Obrigatório tinha numerosos defeitos e anacronismos, mas a sua abolição não melhorou nenhum dos aspectos que afectavam negativamente a instituição militar, antes os agravou a todos

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

A PANDEMIA EM CURSO DA COVID-19 não é um acaso da natureza. Ela nasceu da destruição dos *habitats* naturais de espécies ameaçadas pela predação humana, um dos capítulos da crise global do ambiente que ameaça transformar a Terra num planeta inabitável por uma civilização complexa como a nossa. Nos últimos vinte anos, as alterações climáticas transformaram-se na face mais visível dessa crise. Todos os estudos, comprovados pelos factos, apontam para que ao longo das próximas décadas iremos travar uma luta pela sobrevivência colectiva. Esta é a época de uma verdadeira emergência existencial global. Em numerosos países, mas não até agora em Portugal, verificamos que as Forças Armadas (FFAA) são cada vez mais chamadas a desempenhar um papel nessa luta pelo futuro.

Em 2004, a abolição do Serviço Militar Obrigatório (SMO) iniciou um processo de esvaziamento do papel das FFAA, tanto em relação a missões clássicas, como por maioria de razões em relação à possibilidade de assumir novas tarefas. O velho SMO tinha numerosos defeitos e anacronismos, mas a sua abolição não melhorou nenhum dos aspectos que afectavam negativamente a instituição militar, antes os agravou a todos, como aliás tinha sido previsto pelo general Pedro Pezarat Correia, já em 1988, na sua obra *Centuriões ou Pretorianos*? Chegámos hoje (dados de 2018) à caricatural situação de existirem nas FFAA mais sargentos e oficiais (15 643) do que praças (11 369).

REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS?

Infelizmente, não só o mundo não caminha para a paz perpétua, como os desafios que se colocam hoje à segurança nacional se tornaram mais diversificados e complexos. O País não tem meios nem tempo de sobra para experimentalismos espúrios. A reestruturação das Forças Armadas - caso a III República não decida privatizar a defesa nacional a empresas de segurança, ou fazer o *outsourcing* a uma potência estrangeira, abolindo definitivamente a instituição das FFAA - deverá ser efectuada em função da identificação dos novos desafios de segurança com os quais o País se confronta.

Na minha perspectiva, os impactos crescentes da crise ambiental e climática afiguram-se como o eixo central para a reorganização conceptual e funcional das FFAA. Essa tendência está a ocorrer em vários países que, tomando a iniciativa antes de a situação objectiva se agravar, minimizarão os custos e aumentarão os benefícios desse processo de mudança. A vertente de actuação das FFAA será crucial na componente das **políticas de adaptação** às alterações climáticas que, ao contrário das **políticas de mitigação** (que envolvem as relações internacionais e a diplomacia ambiental), se encontram na competência estrita da soberania de cada Estado.

A intervenção crescente das FFAA no combate às consequências da crise ambiental e climática esteve bem patente, em muitos países, desde o início do surto pandémico na Europa. Antes

disso, em Outubro de 2019, quando milhares de militares japoneses foram chamados a missões de resgate e apoio humanitário às vítimas do tufão Hagibis. Espanha tornou-se um país pioneiro nesta matéria ao criar uma força de elite em 2005, agregando 3 500 elementos de várias armas e especialidades, a Unidade Militar de Emergências (que já actuou em Portugal no combate aos incêndios florestais, no trágico ano de 2017). Os EUA publicaram em 2019 um relatório onde se propõe uma profunda revisão tanto da doutrina como dos meios das FFAA em função dos novos desafios, internos e internacionais, provocados pelas alterações climáticas (US Army War College, *Implications of Climate Change for the U.S. Army*, Agosto de 2019).

PERGUNTAS DE RESPOSTA URGENTE

Uma reforma profunda das FFAA não pode ser efectuada sem reflexão informada sobre a situação actual, os objectivos que se visa atingir e os meios que permitirão a transição do ponto de partida para o processo de implementação das mudanças desejadas.
Algumas perguntas se impõem:

1) Que conceito de FFAA será capaz identificar ameaças, reduzir vulnerabilidades e minimizar riscos inerentes à crise ambiental e climática? Será a resposta doutrinária estabelecida na Lei de Defesa Nacional (Lei 31-A/2009) suficiente?
2) Fará sentido a continuação do modelo de FFAA profissionalizadas de 2004? Para o desempenho de missões de resgate, apoio humanitário e apoio a medidas de adaptação à emergência ambiental e climática não será necessária uma considerável ampliação de efectivos?
3) A actual protecção civil e o *formato de outsourcing* de meios estarão à altura dos desafios de crescente magnitude e complexidade? O seu sucessivo falhanço no Verão de 2017, no caso dos incêndios florestais, mostra bem a necessidade de novos caminhos.
4) Como reconfigurar o *software* e o *hardware* das FFAA numa perspectiva multinível à altura de novas missões? A recente Lei de Programação Militar (Lei 2/2019, de 17 de Junho) é grandemente omissa nesse campo. A sua revisão em 2022 poderia ser o momento apropriado para fazer alterações ao nível dos equipamentos.
5) Que alterações devem ser introduzidas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros 19/2013)? Embora a crise ambiental e climática nele não se encontre completamente ausente, seria importante reformular o seu significado e aumentar a sua prioridade na hierarquia das ameaças e riscos.
6) Como ganhar eficácia através de uma redefinição das tutelas da protecção civil e da conservação da natureza e recursos naturais? Quais as relações a estabelecer entre o Ministério da Defesa Nacional, o Ministério da Administração Interna e o comatoso Ministério do Ambiente?

António Cotrim, Lusa

É imprescindível a reforma das FFAA, em qualquer dos cenários europeus que venha a prevalecer

7) Que articulação com parceiros da União Europeia (EU)? No passado, antes da "crise das dívidas soberanas", esteve no ar a ideia de criar uma Guarda Costeira Europeia. Fará sentido, agora que a UE procura reerguer-se do choque pandémico, sondar a possibilidade de alguma estrutura militar de reacção conjunta à emergência ambiental e climática?

PERIGO DE POLÍTICAS INCERTAS

A crise pandémica da Covid-19 demonstrou que os impactos da crise global do ambiente podem ser terrivelmente destrutivos, mesmo antes do pico da emergência climática começar a afectar gravemente os centros urbanos e as infra-estruturas do litoral, forçando operações de socorro e realojamento de populações, ainda maiores do que as que ocorreram nos incêndios florestais de 2017. Estamos a falar de uma inevitabilidade. As dinâmicas biofísicas de mudança entrópica em curso só poderão ser minimizadas, pois já é demasiado tarde para as evitar. O perigo crescerá, numa paisagem política incerta. Seria desejável que a União Europeia se transformasse numa verdadeira união federal, constitucional e democrática, ao serviço dos povos europeus. Mas não podemos ficar à espera que outros façam o que nos compete. A imprescindível reforma das FFAA, em qualquer dos cenários europeus que venha a prevalecer, será um passo decisivo na nossa determinação colectiva em afirmar que Portugal continua a ser uma comunidade de destino resiliente, Capaz de enfrentar e superar as décadas muito difíceis em que acabámos de entrar.

Defensor dos mais desprotegidos

Nascido em Abril de 1925, partiu em Abril deste ano o capitão-de-mar-e-guerra EMQ, Martins Nabais, oficial discreto, excelente profissional, um humanista bem aceite por todos, com uma profunda cultura social e política

MARTINS GUERREIRO

TIVE O PRIVILÉGIO DE CONHECER BEM o engenheiro Nabais nos anos 1972, 73 e 74. Tivemos um contacto muito próximo, prestando ambos serviço na Direcção das Construções Navais, no edifício do Ministério da Marinha. O engenheiro Nabais como chefe do serviço de manutenção dos navios existentes e eu no serviço de construção dos novos navios.

Nós, os mais jovens, havíamos criado na Marinha a nossa organização de acção associativa cultural e política.

O engenheiro Nabais, já então capitão-de--fragata, integrava um grupo de engenheiros

maquinistas navais mais velhos de que faziam parte o Ferreira Onofre e o Lemos Pinheiro colocados em direções técnicas da Marinha, no mesmo edifício. Foi então fácil perceber que podíamos contar uns com os outros, pois tínhamos uma ligação bastante próxima e falávamos muitas vezes nos intervalos do almoço.

Oficial discreto, excelente profissional, um humanista bem aceite por todos, Martins Nabais tinha uma profunda cultura social e política. Era um homem já com muito saber e conhecimento político, mas sem o afã de dar lições e sempre disponível para ajudar, esclarecer e aconselhar.

Sabíamos que podíamos contar com o seu apoio em todas as nossas acções realizadas no Clube Militar Naval ou nas unidades, mesmo quando revestiam forte carga política; era uma firme e segura ligação aos oficiais da sua geração, na qual se incluía o comandante Ramos Rocha.

Após o 25 de Abril, empenhou-se totalmente na construção de um novo país: democrático, solidário e justo. Por isso, foi chamado a desempenhar funções fora da Marinha - na indústria naval. Em 1975/76, após a nacionalização, presidiu à Comissão de Gestão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Quando em 2002, exerci as funções de presidente dos Estaleiros de Viana do Castelo constatei que nos trabalhadores, e sobretudo na Comissão de Trabalhadores, persistia uma memória viva e positiva da personalidade e do desempenho do engenheiro Nabais na difícil situação de 1975. Falava-se da sua atitude firme,

APÓS O 25 DE ABRIL, EMPENHOU-SE TOTALMENTE NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAÍS

nomeadamente quando impediu que o embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa, Frank Carlucci, visitasse o estaleiro em roda livre, não obstante ter aceitado recebê-lo.

Homem coerente, defensor dos mais desprotegidos, foi um exemplo de dignidade e dedicação aos princípios e valores da cidadania, liberdade e emancipação dos seres humanos.

O seu exemplo de coerência, dignidade, profissionalismo e solidariedade continua a orientar-nos para uma sociedade mais livre, justa e solidária

Viveu as causas sociais

Capitão-de-mar-e-guerra Fernando de Almeida Cavaco, sócio fundador da A25A, membro do Conselho Fiscal de 1992 a 2000 e do Conselho da Presidência, faleceu inesperadamente na sua residência a 9 de Maio de 2020

RAMIRO ANTÓNIO SOARES RODRIGUES

FOI DESDE SEMPRE UM DEMOCRATA CONVICTO

O FERNANDO Cavaco, quando há 58 anos o conhecemos e com ele convivemos na Escola Naval, já era um cidadão que se preocupava com as questões de índole social. Lúcido e esclarecido, procurava informação que o habilitasse a compreender e a avaliar a situação vivida no País, naqueles anos da década de sessenta do século passado.

A sua avidez intelectual e curiosidade relativa às questões da sociedade e da guerra, incutiam-lhe determinação e persistência na procura de fontes de informação e leitura que, sérias e esclarecedoras, lhe permitissem formular as suas próprias ideias e interpretar a situação social real vivida na segunda metade do século passado. Incentivado pela sua paixão pelas coisas do social procurava insistentemente informação e leitura que, do âmbito da filosofia, da psicologia e das ciências sociais, lhe propiciassem conhecimento para antever e formular os possíveis e prováveis porquês da existência de tão degradada e iniqua situação social vigente, prepotente e imposta coercivamente.

Quis o destino que o Fernando Cavaco, por razões de índole profissional, estivesse deslocado em França em serviço quando do Maio de 1968, situação que lhe propiciou assistir e, de certa maneira, viver aquela icónica efeméride de uma época de renovação de valores e promotora de mudança de comportamentos. A filosofia, a cultura, as artes, as relações pessoais e afectivas, desideratos tão ao gosto das apetências intelectuais do Fernando Cavaco, foram objecto de um mundo tentado pelas mudanças.

Terminada a sua comissão de serviço em França, o Fernando Cavaco embarcou em Nantes no NRP Comandante Roberto Ivens, como membro da respectiva guarnição, onde efectuou uma longa comissão de embarque, entre 1970 e 1972, nas colónias de Angola e Cabo Verde.

O Fernando Cavaco, na continuação da sua apetência intelectual e do conhecimento pelas causas da cultura, da filosofia, da psicologia e da sociologia, licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e doutorou-se na Universidade de Liverpool, obtendo a respectiva equivalência legal ao grau académico de doutor no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE), em 1994.

Fernando Cavaco foi desde sempre um democrata convicto, ávido e preocupado pelos saberes e esclarecimento das questões do social e das relações de poder que as determinam e condicionam. Militar de Abril, militante esclarecido, presente, empenhado e resiliente até ao seu desaparecimento físico.

PROCURAVA INSISTENTEMENTE INFORMAÇÃO E LEITURA

À sua Mulher Odete e sua Filha Gabriela e, demais Família, apresentamos as nossas condolências.

Fernando Cavaco, Amigo e Camarada, até sempre!

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Efectivos: João Baptista Parente Borlido; António Augusto Pinho da Cunha Leal; Carlos Alberto da Silva Galvão.
Sócios Fundadores: Armando Martins Nabais; Fernando Almeida Cavaco; Jaime Fernando Soares.

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

Direitos Reservados

Brilhante capitão de Abril

Cruz de Guerra, Prémio Alcazar de Toledo e do Exército Brasileiro, Luís Andrade de Moura, brilhante capitão de Abril, faleceu a 28 de março de 2020

ALBERTO FERREIRA

PEDIRAM-ME CAMARADAS e amigos militares para, não em muitas linhas, escrever algo sobre o também camarada e amigo Luís Andrade de Moura, falecido a 28 de março de 2020. Resumir em poucas linhas algumas vivências relevantes de um brilhante capitão de abril, que o foi também das guerras de África com quem tínhamos partilhado peripécias várias para ajudar a implantar a democracia em Portugal, pecará por insuficiências, omissões de factos talvez mais importantes e erros involuntários dado a distância de 46 anos no tempo.

Para estas hipotéticas falhas, peço vénia.
Considero desde já, no entanto, como das mais importantes atuações de Luís Moura, três eventos históricos e que por terem sido comigo partilhados, menos sujeitos a erros estão.

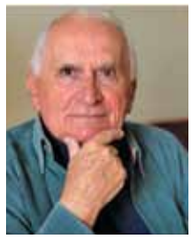
- O Acordo de Oeiras, a 3 de março de 1973, na casa de Vítor Alves, com Hugo dos Santos, Hotel Saraiva de Carvalho, Vítor Alves, Armando Ramos, Virgílio Varela e eu próprio. (Vasco Lourenço cuja presença estava prevista não compareceu por estar doente).
- A nossa ajuda, com o esquadrão de reconhecimento do R. Cav. 3 de Estremoz, ao Cap. Salgueiro Maia, no Largo do Carmo, para a neutralização da GNR e das tropas ainda ativas do brigadeiro Junqueira dos Reis, que faziam demorar a rendição de Marcelo Caetano e por tal poderem trazer repercussões negativas internacionais, sempre desagradáveis.
Para isto me alertou Otelo quando chegámos à Ponte de Salazar, onde já estavam as tropas da E.P.A, e alterou a ordem que primeiro dera de "Dividir o Esquadrão de Reconhecimento em duas forças. Com uma, libertar os nossos camaradas presos na Trafaria; com outra, cercar o Reg. de Lanceiros (Polícia Militar) e prender o ministro Mário Silva" por uma segunda ordem de "Reforçar o Salgueiro Maia".
- A nossa atuação na Rua António M. Cardoso, ainda com o esquadrão de Estremoz, para a rendição da Pide-DGS, em colaboração com os fuzileiros da marinha portuguesa comandados por Luís Costa Correia.

Por relatos, relatórios e descrições diversas, estes dois últimos eventos, Carmo e DGS, estão desde há muito divulgados, ainda que por vezes, com erros de palmatória.
O mesmo não acontece com o Acordo de Oeiras, também chamado Acordo de Cavalheiros, que é pouco conhecido. Sem ele não teriam sido tomadas as grandes decisões da reunião de Cascais, a 5 de março, que levaram, por parte de alguns dos intervenientes ao golpe das Caldas da Rainha. Golpe intempestivo, mas que teve o condão de acelerar a data da revolução e acautelar, prevenir eventuais fracassos.
Este Acordo de Oeiras contou com a participação e a colaboração também de Luís Andrade de Moura.
Deste Acordo de Cavalheiros se falará em artigo autónomo no próximo número d' *O Referencial*.

ERRATA

Manuel Bogonha é o autor, por lapso omitido, do texto de homenagem ao Comandante Vieira Nunes publicado no n.º135 d'O Referencial. O nosso pedido de desculpas ao autor e aos leitores.

PANDEMIA
NÃO É UMA GUERRA



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

Ouvimos responsáveis políticos, em comunicação solene, caraterizar a pandemia covid-19 como uma guerra. Considero que este equívoco não é inocente e é propiciador de efeitos perversos que importa prevenir. Qualificar uma pandemia como uma guerra é criar o ambiente psicológico para que o cidadão aceite tudo

NO MOMENTO MAIS SENSÍVEL da crise pandémica com que a humanidade se confronta, quando se impunha aos portugueses o estado de emergência, ouvimos responsáveis políticos, em comunicação solene, caraterizar a pandemia como "uma guerra", fazendo mesmo questão de enfatizar o sentido reiterando: "porque de uma verdadeira guerra se trata". Não estando em causa uma banalidade nem uma figura de retórica numa amena conversa de café, mas uma afirmação responsável, logo assumi, publicamente (A Viagem dos Argonautas, Giro do Horizonte, 23 Mar e 5 Abr), em relação a este desvio concetual e terminológico, uma posição crítica. A ela volto aqui já que *O Referencial* dedicou, na última edição, algum desenvolvimento ao tema e ao contexto da crise gerada pelo coronavírus e pela covid-19.

Como disse então, não o faço apenas por preciosismo académico ainda que, por fidelidade aos princípios concetuais, também isso me motive. Faço-o principalmente porque considero que este equívoco não é inocente e é propiciador de efeitos perversos que importa prevenir.

Direitos Reservados

Não há conflito quando o ser humano se confronta com riscos colocados pela natureza ou por animais irracionais, como não há conflito entre seres humanos desinseridos de contextos sociais

A pandemia covid-19 provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 confinou os cidadãos dentro das suas casas, confinou os povos dentro dos seus países e, numa era civilizacional cuja marca é a mobilidade e a convivência cosmopolita, confinou a humanidade, isolando-a e remetendo-a a um mero relacionamento virtual. Mas confinou também as mentalidades, já fragilizadas porque reféns de medos naturais perante riscos que escapam à sua compreensão, agravadas com medos artificiais que os poderes vários lhes injetam para melhor as condicionar através de estados de exceção. É neste contexto que deve entender-se a invocação da guerra no combate à pandemia.

O estado de guerra é a situação de exceção mais gravosa que uma sociedade enfrenta e que justifica limitações de direitos, garantias e mais restrições que as comunidades devem suportar em nome da segurança. Qualificar uma pande-

mia como uma guerra é criar o ambiente psicológico para que o cidadão se disponibilize para aceitar tudo.

GUERRA

Permito-me trazer aqui, do muito que sobre os conflitos e a guerra tenho escrito e para enquadrar este tema, uma síntese de algumas reflexões que sistematizei no meu livro *Guerra e Sociedade*[1].

A guerra é um conflito. A guerra cabe, inteiramente, no conceito mais amplo de conflito, esgota-se no conceito de conflito. Inversamente, o conflito não se esgota no conceito de guerra - excede-o. Todas as guerras são conflitos, mas nem todos os conflitos são guerras.

Comecemos então pela definição de conflito: é um afrontamento intencional que pressupõe uma vontade racional, que opõe seres da mesma espécie, exclusivamente seres humanos. É, então, um fenómeno humano, social e, para além disso, implica o uso da coação que pode ser, ou não, violenta.

O aspeto mais importante a reter desta caracterização do conflito, para dele partirmos para o conceito de guerra, é a sua natureza humana e social, isto é, não há conflito sem a intervenção do ser humano. Assim sendo, não há conflito quando o ser humano se confronta com riscos colocados pela natureza ou por animais irracionais, como não há conflito entre seres humanos desinseridos de contextos sociais. O conflito é um fenómeno do ser humano vivendo em sociedade.

É exatamente este o sentido que se retira de Gaston Bouthoul, que introduziu no léxico militar o termo polemologia para designar a ciência que estuda os conflitos, a guerra e a paz. Apoiando-se numa citação de M. Julien Freund, diz Bouthoul que

> *O conflito é definido por M. Julien Freund como um afrontamento intencional entre dois seres ou dois grupos de seres da mesma espécie, animados de uma vontade agressiva comportando uma intenção hostil por causa de um direito e que podem [...] para manter ou recuperar esse direito, tentar quebrar a resistência pelo recurso à violência. Por outras palavras: os conflitos não são necessariamente acompanhados de violência; um choque não intencional, uma hostilidade instintiva [...] uma crueldade alimentar [...] não são conflitos.*[2]

Nos meios académicos militares portugueses esta é, digamos, a doutrina oficiosa e Abel Cabral Couto acolhe-a no seu livro *Elementos de Estratégia*. Na linha de Bouthoul invoca também Freund mas acrescenta o ponto de vista de L. Coser para definir o conflito como *[...] um afrontamento em torno de valores e de reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada um dos oponentes visa neutralizar, causar danos ou eliminar o seu adversário.*[3]

TODAS AS GUERRAS SÃO CONFLITOS MAS NEM TODOS OS CONFLITOS SÃO GUERRAS

António Pedro Santos, Lusa

O recurso à violência pode limitar-se à ameaça do seu emprego sem chegar à efetiva utilização de meios violentos mas, sem violência, não há guerra

É, pois, a um afrontamento entre oponentes racionais, logo humanos, que Coser e, através dele, Couto, se referem.

Onde o conflito excede a guerra é que pode ser individual, ou seja, há conflito mas não guerra quando um ser humano se confronta com outro ser humano, ou quando se verifica um mero confronto entre pequenos grupos de seres humanos em disputas particulares ou privadas. A guerra, pelo contrário, sendo também um fenómeno humano e social, tem um carácter coletivo, de grupo organizado, e envolve o recurso a meios de coação violentos. O recurso à violência pode limitar-se à ameaça do seu emprego sem chegar à efetiva utilização de meios violentos mas, sem violência, não há guerra.

Carl Von Clausewitz, ao enunciar a filosofia política da guerra, trouxe o discurso sobre a guerra para o domínio da racionalidade, tornou-a entendível, retirou-lhe interpretações escatológicas e cataclísmicas que a atribuíam a desígnios messiânicos, flagelos divinos, catastróficos. Diz o seu prefaciador, Anatole Rapoport, que Clausewitz *[...] encara a guerra como um instrumento*

Direitos Reservados

Não há guerras contra coisas, contra animais irracionais ou contra fenómenos da natureza

racional de política nacional[4]. Instrumental, porque tem em vista o alcance de um objetivo para além de si própria; racional, no sentido de que é baseada numa avaliação de custos e benefícios; nacional, porque o objetivo implica a satisfação dos interesses de um Estado nacional. É isto que Rapoport rotula de "paradigma" de Clausewitz.

Duas definições muito breves são pilares no pensamento do filósofo militar. Na primeira, destaca que *A guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade*[5], e aqui sobressai a sua racionalidade. Na segunda, salienta que *[...] a guerra não é somente um ato político mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios*[6], no qual reforça a sua natureza instrumental em benefício do poder político. Foi a este último que Raymond Aron chamou a "fórmula" de Clausewitz e que veio a tornar-se a definição mais invocada e citada de toda a história militar[7].

Este clássico francês, Raymond Aron, já nosso contemporâneo, segue com rigor o pensamento de Clausewitz quando afirma que *[...] a guerra é um ato político, surge de uma situação política e resulta de um motivo político [...] é um instrumento da política*.[8] Para o tema que vimos tratando é taxativo ao afirmar que, sendo a guerra um fenómeno social implica, por definição, a sociedade[9]. Ou seja, a guerra é entre seres humanos e exclusivamente entre seres humanos. Também Gaston Bouthoul, sem margem para equívocos e com muita nitidez, demarca a guerra, como já demarcava o conflito, de outras formas de luta que não envolvam seres conscientes, logo humanos:

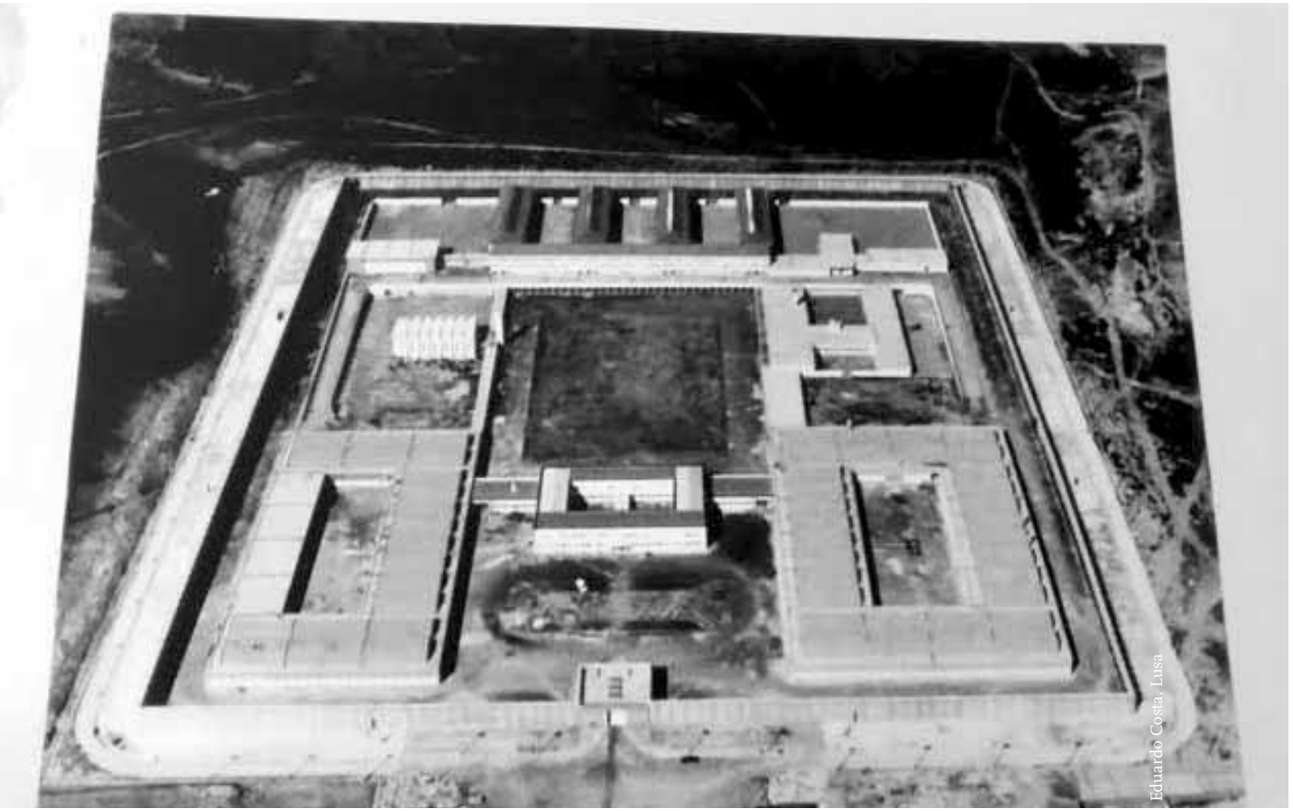
> *A primeira distinção que se pode estabelecer entre a guerra e as outras formas de luta é que estas últimas podem desenrolar-se contra coisas inertes ou adversários inconscientes. A guerra, ao contrário, supõe um inimigo ativo e organizado. Implica reciprocidade e ação voluntária [...] O traço mais surpreendente da guerra parece ser o seu carácter de fenómeno coletivo. Neste sentido é que deve ser nitidamente diferenciada e separada dos atos de violência individuais*.[10]

Por último Samuel Huntington, influente politólogo norte-americano da escola realista, também define a guerra como *[...] um violento embate entre grupos políticos organizados*.[11] Mais uma vez é no campo do relacionamento entre seres humanos que situa a guerra.

GUERRAS ATÍPICAS

A conjuntura política mundial com que se encerrou a Segunda Guerra Mundial e o sistema bipolar que se seguiu fez surgir novas tipologias bélicas, a que chamamos guerras atípicas pelo facto de se distinguirem das anteriores guerras clássicas ou convencionais. Referimo-nos à guerra nuclear, à guerra fria e à guerra irregular. Toda a conflitualidade da segunda metade do século XX teve por cenário envolvente o ambiente gerado pela combinação destas guerras atípicas. Atípicas mas guerras, porque era de conflitualidade entre seres humanos socialmente organizados que se tratava. Mais recentemente, com a chamada Revolução dos Assuntos Militares (RAM), que agitou o pensamento polemológico e na qual se inscrevem as novas guerras da era da globalização, o conceito clássico da guerra sofreu uma rotura radical incidindo nos seus aspetos tecnológico, organizacional, concetual e doutrinário: causas identitárias (nacionalismos xenófobos e chauvinistas, fundamentalismos religiosos) passaram a sobrepor-se às causas de natureza política; o Estado perdeu o monopólio da violência legítima e confronta-se ou é substituído por novos atores paraestatais, subestatais ou não estatais; a guerra deixou de ser conduzida apenas por forças armadas institucionais ao serviço de interesses nacionais e passou a sê-lo também por grupos terroristas, marginais, empresas militares privadas, seitas religiosas ao serviço de interesses particulares, económicos, identitários ou criminosos; a guerra passou a incluir conflitos

O CONFLITO É UM FENÓMENO DO SER HUMANO VIVENDO EM SOCIEDADE



Eduardo Costa, Lusa

A guerra é um fenómeno social, do homem em sociedade

violentos dos quais está ausente uma racionalidade político-social.
A verdade é que também esta evolução da RAM não pôs em causa a essência dos fundamentos da guerra tal como aqui vimos equacionando. A guerra continuava a ser um confronto apenas entre grupos humanos em sociedade.
Fixemo-nos, então, nesta síntese que resulta de uma reflexão influenciada pelos autores clássicos mais citados e que fizeram escola pelo seu pensamento sobre a guerra, dos quais aqui me limitei a recorrer aos que reputo indispensáveis na fundamentação do tema em análise: a guerra é um fenómeno humano, social, coletivo, violento. É nesta síntese que sustento toda a minha argumentação.
É óbvio que neste contexto, neste quadro que delimita os contornos da guerra, seja das guerras de tipo clausewitziano, seja das guerras atípicas ou das novas guerras, não cabe uma pandemia. Pelo contrário uma pandemia, sendo uma catástrofe natural que não é provocada pela vontade humana, não envolvendo confronto entre entidades racionais que se oponham, não entra no âmbito geral dos conflitos e, muito menos, no âmbito particular da guerra.

ESTA PANDEMIA NÃO É UMA GUERRA PORQUE NÃO FOI INTENCIONALMENTE PROVOCADA POR ENTIDADES RACIONAIS

GUERRA BACTERIOLÓGICA

Dir-se-á que uma doença pode ser provocada, com intenções bélicas, pela inteligência e pela mão do homem e tornar-se uma epidemia que deriva numa pandemia. Pode, e isto merece ser considerado.
No espetro da guerra contam-se diferentes tipos e formas de guerra. Os tipos de guerra distinguem-se conforme os agentes, a natureza dos objetivos estratégicos, a amplitude do conflito. As formas de guerra distinguem-se conforme os meios, as modalidades de ação e os fins imediatos. Cada tipo de guerra comporta várias formas de guerra.
Sendo matéria que não cabe aqui detalhar, apenas vem a propósito para referir que, no século passado, com as duas guerras mundiais, apareceram novas formas de guerra que vieram a configurar a sigla ABQ (Atómica, Bacteriológica e Química), mais tarde NBQ (Nuclear, Bacteriológica e Química). São formas de guerra que passam pela utilização das chamadas armas de destruição maciça (ADM): atómicas (ou nucleares) que têm por base a manipulação do átomo ou outras matérias básicas; bacteriológicas que resultam da manipulação de bactérias ou afins; e químicas derivadas da manipulação de substâncias químicas. Hoje há quem acrescente as armas radiológicas.
Fixemo-nos na guerra bacteriológica que é a que está em questão com a atual pandemia. A haver, não será uma guerra de um grupo humano, racional, de um lado, contra o vírus, do outro. Só se verificará uma guerra bacteriológica se num conflito entre grupos humanos, racionais, uma ou ambas as partes usarem no combate, intencionalmente, armas bacteriológicas. A guerra será contra quem usa a arma bacteriológica e provoca a pandemia, não contra o vírus ou a pandemia em si. Uma pandemia, enquanto tal, não entra no espetro da guerra.
No contexto em análise, ao que se sabe com os dados disponíveis, enfrentamos uma pandemia. A covid-19 é uma catástrofe natural, não foi provocada pela vontade humana. Esta pandemia não é uma guerra porque não envolve nem foi intencionalmente provocada por entidades racionais em confronto.

EFEITOS PERVERSOS

Dizia na Introdução que não me movo apenas por preciosismo académico. Quando responsáveis políticos justificam a declaração de estados de exceção para enfrentar a pandemia invo-

cando o estado de guerra, não estão a recorrer a uma figura de retórica para levar os cidadãos a mobilizarem-se face à emergência, para que assumam voluntariamente um comportamento "como se estivessem numa guerra". O que visam, chamando-lhe guerra, é reforçar o dramatismo da conjuntura para obter maior efeito com a declaração do estado de exceção.

Uma situação de guerra pressupõe que se priorize a componente militar da sociedade, que tudo se subordine às necessidades militares. Discordo em absoluto que se militarize uma conjuntura em que a prioridade é sanitária e social. As pessoas estavam sensibilizadas para a gravidade da situação e para a necessidade de condicionar comportamentos, mantendo a crise no seu campo próprio. São aquelas, a sanitária e a social, as linhas da frente e deram boa resposta. O comportamento das pessoas mostrou que não era necessário ir além disso. Exige-se uma estratégia global de combate à pandemia e são necessárias estruturas excecionais para a execução do planeamento que for concebido, mas não militares. À componente militar, sempre em prontidão, caber-lhe-á um papel complementar. Como aliás às forças de segurança, à proteção civil, a instituições de solidariedade.

António Garcia Pereira (AGP) publicou no seu blogue, em 28 de Maio, um texto a que chamou "A covid-19 e a Doutrina do Choque na Educação". Interessou-me esta referência à "doutrina do choque" que, segundo AGP, se deve à jornalista e ativista canadiana Naomi Klein, que eu **não conhecia** e se aplica por inteiro às preocupações que registei sobre o abusivo recurso à terminologia guerreira no tratamento de uma crise pandémica. Diz AGP que consiste em aproveitar, pela "gestão científica do medo", o momento e o estado de choque provocado por uma tragédia, acidente ou catástrofe natural, para fazer aprovar medidas políticas e legais que, em condições normais, não haveria força suficiente para adotar e executar. AGP identifica Milton Friedman, o economista liberal da Escola de Chicago, como um árduo defensor da aplicação da doutrina do choque. Entre nós, a doutrina do choque terá servido à tróika e ao governo português que foi seu intérprete para, aproveitando um clima de ansiedade e angústia permanentes, impor ao povo português o Memorando de Entendimento dos anos 2011 a 2015, paralisando a sua capacidade de reação e de revolta. A doutrina do choque funciona como um anestésico mental e anímico.

O QUE VISAM, CHAMANDO-LHE GUERRA, É REFORÇAR O DRAMATISMO DA CONJUNTURA PARA OBTER MAIOR EFEITO COM A DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

A combinação da doutrina do choque com a aceitação de que a pandemia é uma guerra, é o que considero um desvio perverso na abordagem da crise pandémica.

CONCLUSÃO

Concluo com seis frases sínteses das reflexões e preocupações que aqui deixei expressas:

- A guerra é um fenómeno social, do homem em sociedade. Não há guerras contra coisas, contra animais irracionais ou contra fenómenos da natureza.
- Uma pandemia, sendo uma catástrofe natural não provocada pela vontade humana e não envolvendo confronto entre entidades racionais que se oponham, não entra no espetro da guerra.
- Há guerra quando coisas, animais ou fenómenos da natureza são utilizados como armas; não uma guerra contra os animais ou os fenómenos naturais, mas contra os agentes humanos que os utilizam.
- Na atual conjuntura, sendo possível, ainda que não provável, nada indica que enfrentemos uma guerra bacteriológica; a confirmar-se, não será contra o coronavírus ou a pandemia gerada pela covid-19, mas contra quem os tenha manipulado para construir uma arma bacteriológica que usou contra outros.
- A identificação abusiva da pandemia com uma guerra comporta efeitos perversos da doutrina do choque, uma violência psicológica sobre as populações no sentido de as tornar recetivas a medidas de exceção que se traduzem no condicionamento abusivo dos seus direitos e garantias.
- O combate à pandemia do covid-19 é uma missão nacional centralizada no Estado, mas, não se tratando de uma guerra, não deve ser militarizado.

1 CORREIA, Pedro Pezarat. *Guerra e Sociedade*, Edições 70, Lisboa
2 BOUTHOUL, Gaston, *La paix*, Presses Universitaires de France, Paris 1974 pp. 77 e 78
3 COUTO, Abel Cabral, *Elementos de estratégia*, Vol I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa 1988 p. 100
4 RAPOPORT, Anatole, "Prefácio", *Da guerra*, Perspectivas e Realidades, Lisboa 1976 p. 8
5 CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Guerra*, Perspectivas e Realidades, Lisboa 1976 p. 73
6 Id, p. 87
7 ARON, Raymond, *Paix et guerre entre les nations*, Calmann-Lévy, Paris, 1962, p. 35
8 Id, p. 35
9 Id, p. 349
10 BOUTHOUL, Gaston – *A guerra*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo 1964 pp. 30 e 31
11 HUNTINGTON, Samuel P., "A guerra de guerrilhas em teoria e plano de acção", Introdução a *A moderna guerra de guerrilhas* de Franklin Mark Osanka, 1.º Vol, QG da RMM, Lourenço Marques 1963 p. IX

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |Presidente da direcção: Vasco Lourenço| Director: Martins Guerreiro | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes| Conselho editorial: Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço| Fotografia: Agência Lusa| Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | www.guerracolonial.org |delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA Endereço electrónico: a25a.del-alentejo@25abril.org|delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | impressão e acabamento: NORPRINT

DELTA CAFÉS

DRIP COFFEE
Slow coffee

NOVIDADE

**MAIS DO QUE UM CAFÉ
UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA.**

100% ARÁBICA . 100% ÚNICO

CHEGOU O DELTA DRIP COFFEE

Puro café 100% arábica, proveniente das melhores origens e ideal para levar para onde quiser. O Delta Drip Coffee é a nova experiência de preparação de café, para a qual apenas deve adicionar água quente. Está disponível em saquetas individuais e é a solução ideal para saborear em casa, no trabalho ou em momentos de lazer, sempre que necessitar do reconforto de um bom café. Faça uma pausa nas rotinas e desfrute do tempo que a vida lhe dá.

Saiba mais em

PUB

Desconto sobre desconto em combustível

O cartão que lhe permite poupar a dobrar ou a triplicar

Com o Cartão Associação Mutualista Montepio Repsol é certo que vai poupar mais. Porque além do habitual desconto de 6 cêntimos, este cartão permite acumular outras vantagens em vigor nas estações de serviço aderentes.

São descontos sobre descontos, no caminho de vantagens que é ser nosso Associado.

Informe-se já em
montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa